

1 **ATA DA CENTÉSIMA VIGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO**
2 **UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS.** Aos vinte cinco
3 dias do mês de setembro de dois mil e doze, às nove horas, reuniu-se o Conselho
4 Universitário da Universidade Estadual de Campinas, em sua sede, no prédio da Reitoria II,
5 Cidade Universitária “Zeferino Vaz”, em Barão Geraldo, Campinas, sob a presidência do
6 **MAGNÍFICO REITOR**, Professor Doutor **FERNANDO FERREIRA COSTA** e com o
7 comparecimento dos seguintes conselheiros: Adalberto Bono Maurizio Sacchi Bassi, Adilton
8 Dorival Leite, Alan Godoy Souza Mello, Alberto Soares da Silva, Aloísio José Freiria Neves,
9 Caio José Colletti Negreiros, Carlos Henrique Polli, Claudia Maria Bauzer Medeiros, Cláudio
10 José Servato, Daniel Pereira, Diana Nascimento Moraes Novaes, Edgar Salvadori De Decca,
11 Esdras Rodrigues Silva, Flávio Ribeiro de Oliveira, Felipe Tannus Moreira da Costa,
12 Fernando Sarti, Francisco Hideo Aoki, Gláucia Maria Pastore, Guilherme Araújo Wood, Hans
13 Kurt Edmund Liesenberg, Isabela Cristina Rigonato Amante, Jacks Jorge Junior, Jessé
14 Targino da Silva, João Frederico da Costa Azevedo Meyer, João Raimundo Mendonça de
15 Souza, Joni de Almeida Amorim, Jorge Megid Neto, José Antenor Pomilio, José Cláudio
16 Geromel, José Ellis Ripper Filho, José Geraldo Pena de Andrade, José Teixeira Filho, Júlio
17 César Hadler Neto, Lair Zambon, Liliane Maria Ferrareso Lona, Luiz Carlos de Freitas, Luiz
18 Fernando Milanez, Manoel Barros Bértolo, Marcelo Brocchi, Marcelo Knobel, Margarida
19 Barbosa, Maria Silvia Viccari Gatti, Mário José Abdalla Saad, Nádia Farage, Osvaldir Pereira
20 Taranto, Paulo Ferreira de Araújo, Paulo Sérgio Franco Barbosa, Roberto Rodrigues Paes,
21 Roberto Teixeira Mendes, Rodnei Bertazzoli, Ronaldo Aloise Pilli, Sérgio Luiz Monteiro
22 Salles Filho, Sérgio Robles Reis de Queiroz, Shirlei Maria Recco-Pimentel, Silvia Fernanda
23 de Mendonça Figueirôa, Sylla John Lerro Taves, Vicente José Costa Vale, Vivaldo Silveira
24 Junior, Walkiria Hanada Viotto e Watson Loh. Como convidados especiais, compareceram os
25 professores Ary Orozimbo Chiacchio, Celso Akira Nishibe, Leandro Silva Medrano, Luiz
26 Antonio Viotto, Osvaldir Vidal Trevisan e Teresa Celina Meloni Rosa; os doutores Octacílio
27 Machado Ribeiro e Patrícia Maria Morato Lopes; e os senhores Antonio Félix Duarte, Edison
28 Cardoso Lins, Fernanda Gagliardi Amantini, Marcos Zanatta e Orlando Carlos Furlan.
29 Justificaram ausência à Sessão os seguintes conselheiros: Alvaro Penteado Crósta, Antonio
30 Alcir Bernárdez Pécora, sendo substituído pelo professor Aloísio José Freiria Neves,
31 Fernando Antonio Vanini, Lilian Tereza Lavras Costallat, sendo substituída pelo professor
32 Lair Zambon, Matilde Virginia Ricardi Scaramucci, sendo substituída pelo professor Flávio
33 Ribeiro de Oliveira, Ricardo Luiz Coltro Antunes; o pró-reitor de pós-graduação, professor
34 Euclides de Mesquita Neto; o representante discente da pós-graduação, Gustavo Hiroaki
35 Shimizu; e os representantes da Comunidade Externa, professor doutor Sedi Hirano e senhor
36 Alexandre Eugênio Serpa. Havendo número legal, o **MAGNÍFICO REITOR** inicia a
37 Centésima Vigésima Nona Sessão Ordinária do Conselho Universitário submetendo à
38 apreciação a Ata da Terceira Sessão Extraordinária, realizada em 27 de junho de 2012, e a Ata
39 da Centésima Vigésima Oitava Sessão Ordinária, realizada em 07 de agosto de 2012. Não
40 havendo manifestações, submete à votação as referidas Atas, sendo aprovadas por

1 unanimidade. Em seguida, informa que duas apresentações referentes ao programa de bolsas
2 do Serviço de Apoio ao Estudante – SAE e à Moradia Estudantil serão realizadas
3 respectivamente pelos professores Leandro Medrano e Luiz Antonio Viotto. O professor
4 Leandro colocará os dados do SAE e também mostrará alguns resultados de um programa
5 pioneiro que a Unicamp implantou, depois de um ano de funcionamento, chamado *Estante*
6 *Literária*, destinado a incentivar a prática de leitura entre os estudantes; estão próximos de
7 premiar os alunos que mais se destacaram em leitura no *campus*. O Professor LEANDRO
8 SILVA MEDRANO aponta que o programa *Estante Literária* foi idealizado no começo do
9 ano passado e a ideia era incentivar os alunos da Unicamp à prática da leitura na área de
10 literatura e em áreas diversas. Foi convidado pela Reitoria para atuar junto com os professores
11 Paulo Elias Allane Franchetti, Antonio Alcir Bernárdez Pécora, Eduardo Roberto Junqueira
12 Guimarães, Marcelo Knobel, e chegaram a um primeiro desenho desse programa, que seria
13 um *site* na internet, o qual funcionaria como uma rede social, tendo como cadastrados alunos
14 da Unicamp que poderiam propor obras literárias, fazer resenhas, trocar livros lidos, ou seja,
15 seria uma rede interna constituída por leitores de diversas áreas. A Unicamp se propôs
16 também a oferecer um prêmio para a melhor estante literária, as melhores resenhas, as
17 melhores leituras, o que será divulgado, pela primeira vez, no final deste ano. O *site* foi
18 lançado em etapa experimental e teve um sucesso enorme, cerca de 1.800 obras cadastradas e
19 resenhadas, quase oitocentos alunos inscritos, por enquanto. Estão lançando uma segunda
20 fase, na qual o *site* passa a conter também notícias, dicas de leituras, epígrafes, um local maior
21 para trocas, uma maior interatividade com o *Facebook* e prêmios mensais. A Editora da
22 Unicamp disponibilizou dois livros que serão sorteados para os alunos cadastrados, a fim de
23 que tenham um incentivo para se cadastrar, ler e colocar suas leituras. No *site* existe uma lista
24 dos dez livros mais lidos, que mostra um pouco o retrato da leitura, dentre eles está *O*
25 *Pequeno Príncipe*. O sistema de trocas tem funcionado muito bem, os alunos cadastrados
26 disponibilizam um livro para troca, mandando um *e-mail*, combinando um local na Unicamp
27 onde livros já lidos são trocados. O programa ainda está no início, mas vem avançando de
28 maneira muito interessante. O MAGNÍFICO REITOR questiona sobre os livros mais lidos. O
29 Professor LEANDRO SILVA MEDRANO comenta que as obras mais lidas são de Clarice
30 Lispector, Machado de Assis, Eça de Queiroz e Graciliano Ramos; o livro *O Pequeno*
31 *Príncipe*, que já mencionou, *Iracema* etc. O MAGNÍFICO REITOR acrescenta que as
32 resenhas dos alunos serão analisadas por uma comissão e o primeiro prêmio será uma viagem
33 a uma feira literária. O Professor LEANDRO SILVA MEDRANO diz que o outro assunto
34 que deve tratar se refere às bolsas do SAE. A ideia é mostrar rapidamente uma pesquisa que
35 foi feita nos últimos dois anos em relação à assistência estudantil do SAE. Mostra o desenho
36 do processo seletivo que há cerca de oito anos o SAE pratica em relação a essas bolsas, que
37 representa um grupo de alunos, o processo seletivo, a Bolsa Trabalho, a Bolsa Auxílio
38 Alimentação e Transporte e o Programa Moradia Estudantil. Fizeram uma análise dos últimos
39 cinco anos para identificar a real eficácia dessas bolsas, a possibilidade de aumento ou
40 diminuição, a possibilidade de criação de novas modalidades e para aperfeiçoar o processo

1 seletivo como um todo. Não detalhará gráfico a gráfico, mas há uma pequena variação de
2 perfil. Isso foi sentido também nas solicitações de bolsas ao SAE. Aumentou, não com a
3 mesma proporção, a renda *per capita* média e o número de solicitações em função de
4 mudanças internas na Unicamp, no processo seletivo, nos programas de ação afirmativa,
5 como o Paaís etc., e do próprio perfil socioeconômico do Brasil nesses últimos cinco anos,
6 que foi o período escolhido para fazer essa pesquisa. Foi analisado também o Índice
7 Comparativo – IC, que basicamente é uma renda *per capita* que o SAE calcula no seu
8 processo seletivo. Em função de problemas familiares etc. não é uma conta exata, não pegam
9 o rendimento e simplesmente dividem pelo número de integrantes da família, há uma série de
10 outras variantes, mas basicamente é isso. Em média atingiram, nos últimos anos, um IC que
11 vai de R\$230 a R\$350, ou seja, um IC máximo para receber uma das 758 Bolsas Trabalho,
12 que agora se chamam Bolsas Auxílio Social. E em relação ao final esse é o IC comparativo no
13 processo seletivo para o calouro, contudo, durante todo o ano, alguns alunos vão desistindo,
14 conseguindo outras rendas, estágio etc., e o IC aumenta e atingem até R\$740. No Programa
15 Moradia Estudantil possuem outra variação, mas em média, nos últimos anos, entre R\$800 a
16 R\$1 mil de renda *per capita*; o Programa da Moradia Estudantil atinge um valor mais
17 elevado. O IC máximo contemplado também. Em 2005, há um ponto que é uma dúvida para
18 eles, mas como o sistema não era informatizado não colocaria esse dado como preciso, que é
19 um IC de R\$5,550 mil. Mas isso já aconteceu, houve alunos com IC de R\$15 mil que se
20 cadastraram no Programa de Assistência Estudantil. Um comparativo interessante que fizeram
21 também é a relação do IC, tanto do Programa Moradia Estudantil quanto da BAS, Bolsa
22 Auxílio Social, que é a antiga BT, Bolsa Trabalho, no valor de R\$570 reais, não com o salário
23 mínimo, mas com a renda mínima necessária do Dieese. A renda mínima necessária calcula o
24 que é mínimo para uma família ter uma vida razoável, então para uma família de quatro
25 pessoas a renda seria, em 2011, de R\$2,329 mil, o IC máximo da BAS chega a R\$740,
26 mínimo era cerca de R\$350, e do PME, Programa Moradia Estudantil, R\$1,110 mil. A partir
27 da análise desses dados, pesquisas feitas com alunos, professores e coordenadores, com um
28 GT, chegaram a um novo desenho, que foi inaugurado no processo seletivo de agosto.
29 Primeiro resolveram atender um número maior de alunos para pelo menos levar esse IC a
30 aproximadamente R\$450. Então, aumentaram 150 bolsas da BAS, a bolsa mais importante,
31 sendo cem para o *campus* de Barão Geraldo, FT e FOP, e cinquenta para a FCA. A Faculdade
32 de Ciências Aplicadas começou a receber bolsa logo no início, quando tinha quatrocentos
33 alunos e hoje está com mais de dois mil, então foi razoável um aumento maior. Ela tinha 75
34 bolsas, recebeu mais cinquenta, 71% de aumento, e, no total, 18% de aumento, sempre
35 pensando no objetivo de chegar a um IC de R\$420, que seria o IC da renda do Dieese.
36 Conversaram também com professores do Instituto de Economia, tentando encontrar um valor
37 ideal, de qual limite de alunos que precisam ser auxiliados. Esse número, de fato, não existe,
38 ou pelo menos não encontraram, e consideraram esse o mais razoável e também é o que a
39 Universidade poderia atender. Também foi criado um novo sistema de seleção, chamado
40 Sistema Integrado de Gestão – SIG, em que o grande diferencial é que o aluno faz tudo com

1 documentos digitalizados, ele não precisa mais entregar os documentos, assim como é feito no
2 Sistema de Apoio à Gestão – SAGe da Fapesp, como é na Capes, na Fundação Carlos Chagas,
3 no Imposto de Renda etc. Esse sistema foi testado durante mais de um ano, já prevendo
4 eventuais problemas, mas consideram o resultado bastante satisfatório. Foram quase quarenta
5 mil documentos digitalizados e entregues, 84% dos alunos conseguiram fazer a matrícula no
6 período e 16% não fizeram, não necessariamente por erro do sistema ou problemas de
7 digitalização, mas porque essa média de 16 a 20% sempre ocorreu nos outros anos, nos outros
8 sistemas – são alunos que não conseguem, esquecem, e não fazem a matrícula no sistema de
9 bolsas. Também criaram uma série de bolsas diferenciadas, para contemplar os diversos tipos
10 de alunos que necessitam do apoio econômico da Unicamp: alguns precisam muito, pois
11 possuem IC zero, outros precisam um pouco, e há alunos que estão cursando o terceiro ano,
12 outros estão no primeiro ano. Tentaram entender os diferentes perfis desses alunos. Então
13 mantiveram a Bolsa Auxílio Social, antiga BT, com o valor de sempre, R\$670
14 aproximadamente. Criaram uma nova bolsa, Bolsa Auxílio Ensino e Formação – Baef,
15 destinada ao aluno que está na metade do curso, representando quase um estágio, porque já
16 pode trabalhar na área e, ao invés de o trabalho ser de 15 horas, seria de 20, então ele tem uma
17 bolsa maior, proporcionalmente ele ganha mais, R\$740 por mês. Isso foi discutido e muito
18 bem recebido pelos alunos e professores. É um aluno que pode ajudar um laboratório, um
19 grupo, um professor, mas é um aluno quase especialista. A BAS-IC (ou BIC) – Bolsa Auxílio
20 Social Iniciação Científica – é uma antiga reivindicação dos alunos, que considera muito
21 justa. O aluno carente que tinha uma BAS, quando ele recebia uma bolsa da Fapesp, do
22 CNPq, Pibic etc., em um processo para iniciação científica, ele não podia, geralmente, seguir
23 com essa bolsa, porque perderia uma bolsa de R\$670 e passaria para uma bolsa de R\$350,
24 R\$400, e é sabido que não é possível receber duas bolsas, existe esse impedimento.
25 Conseguiram junto à Fapesp e ao CNPq uma autorização para esses casos e com isso foi
26 possível criar a bolsa BAS-IC, que funciona da seguinte maneira: o aluno já contemplado com
27 a BAS, quando é convidado por um professor ou por um laboratório para participar de uma
28 iniciação científica, recebe a Bolsa de Iniciação Científica, Fapesp, por exemplo, e o valor
29 dessa bolsa é complementado para que ele fique com o rendimento mensal final igual ao que
30 ele tinha antes. Constará do currículo do aluno que ele foi bolsista da Fapesp, porque até então
31 isso não era possível, e ele não perderá o seu rendimento mensal, que para muitos alunos é
32 essencial para a permanência na Universidade. Outra bolsa, que foi uma solicitação dos
33 professores, é a Bolsa Licenciatura, tendo em vista que os alunos são obrigados a realizar
34 estágio gratuito e, muitas vezes, moram longe do local, então atendem mais ou menos 1.200
35 alunos de licenciatura pagando um auxílio-transporte. A Bolsa Instalação é para o calouro que
36 acaba de chegar, contemplado com uma bolsa BAS, que recebe de pronto um auxílio de
37 R\$300 para comprar o primeiro material, custear transporte etc. Parece pouco, mas isso é
38 muito importante para grande parte dos alunos, pois muitos deles têm renda zero, não
39 conseguem pagar nem as primeiras viagens de ônibus até a moradia, no caso de quem vem de
40 uma cidade distante. Para o Programa Moradia Estudantil, além de cinquenta bolsas pró-

1 moradia, criaram mais cinquenta, para dar um espaço de negociação, e a bolsa do ProFIS,
2 também nova, criada junto com o programa, que é de mais ou menos R\$400. Eram esses seus
3 esclarecimentos, agradece a atenção de todos, a oportunidade e fica à disposição para
4 responder eventuais perguntas. O Professor LUIZ ANTONIO VIOTTO fará um balanço sobre
5 a situação atual da moradia e chama a atenção para o fato inédito de que é a primeira vez que
6 a moradia vem ao Consu, desde 20 anos atrás. A apresentação abarcará a infraestrutura, perfil
7 dos moradores, atuação da Administração, balanço e perspectivas. O objetivo é que esta Casa
8 passe a ver a moradia com outro olhar. Ao longo desse tempo a Unicamp cuidou da moradia
9 e, particularmente, nesses últimos anos, desde a implantação do sistema de avaliação, do
10 processo seletivo, deu um salto de qualidade e a moradia começou a se transformar. A
11 geração que vem hoje para a moradia é muito diferente da do passado. Possuem três
12 funcionários na administração, Paulo Fozatti, Sarah Dourado e Ademir França, dois
13 funcionários no Apoio, 16 pessoas na vigilância, mais três na manutenção, cinco na limpeza,
14 além do serviço de corte de grama. Na moradia há 226 casas, 27 estúdios para as famílias, que
15 representam aproximadamente um total de 960 vagas. De espaço coletivo, há 16 ambientes,
16 totalizando 1.700 metros quadrados. Nos estúdios, metade são famílias com filhos e metade
17 sem filhos. Recuperaram seis casas, 24 vagas. Quando se fala de moradia, a infraestrutura
18 passa despercebida: energia elétrica, água, correio, manutenção, transporte, vigilância 24
19 horas por dia, varrição, conservação, bolsistas desenvolvendo projetos, dedetização e a
20 reforma que está em andamento – é importante que esta Casa perceba esse conjunto de
21 atividades, o esforço que é demandado por parte da Administração. Existem salas ambientes
22 que organizaram ao longo desses anos, algumas são de uso específico de alguns moradores,
23 outras são da Administração e outras ainda ficam totalmente abertas para os alunos poderem
24 estudar. Essa é uma questão importante, porque os estudantes, à noite, precisam de um espaço
25 e havia muitos entraves burocráticos. As salas estão abertas, as pessoas vão lá, cuidam, vez ou
26 outra há algum incidente, mas as salas funcionam muito bem. Quanto ao transporte, são 504
27 viagens por semana, correspondendo a um transporte de quase vinte mil pessoas, ida e volta.
28 Foi realizada 85% da troca de móveis, desde agosto de 2009. Todas as casas estão com
29 mobília renovada, na maioria colchões para solteiros que vão comprando gradativamente. É
30 grande o número de pessoas que visitam a moradia, principalmente estudantes e professores
31 de Arquitetura que vêm à moradia para conhecer o projeto, tirar fotografias, conversar. Sobre
32 os procedimentos da Administração, graças ao senhor Paulo Fozatti, organizaram 108
33 processos. Não havia memória, não existia nada registrado. Os processos aconteciam
34 aleatoriamente, conforme o momento, conforme o interesse. Estabeleceram um padrão e é
35 assim que irá funcionar. Houve 22 festas autorizadas em 2011 e 18 em 2012, dentre elas festa
36 infantil, defesa de tese, formatura, aniversário, tudo isso realizado de maneira tranquila.
37 Fizeram reuniões com moradores para resolução de conflitos, principalmente moradores não
38 oficiais. Em 2011, sessenta reuniões e em 2012 quarenta; baseadas no diálogo, na
39 responsabilidade, para que o morador perceba que ele também é parte da construção da
40 moradia, que ele ocupa um espaço diante dos procedimentos, das normas, do processo

1 seletivo. Na moradia o morador deve ser oficial. Esse é o ponto. Ninguém impede que um
2 morador traga um visitante, alguém da família nos finais de semana; companheiro,
3 companheira. Quanto à recepção de grupos – hoje mesmo possuem uma delegação de
4 estudantes de Viçosa, participando de um encontro de Enfermagem. O Boletim Informativo
5 da Administração do Programa de Moradia Estudantil – PME é uma publicação distribuída
6 aos moradores e constitui um compromisso da Administração em informa-los do que está
7 sendo realizado na moradia e quais os próximos passos. Existem oito projetos em andamento.
8 Infraestrutura, serviços da Administração, manutenção, 130 por mês; *e-mails*, 50 por dia;
9 telefonemas, 30 por dia; pessoas que vão à secretaria, 25 por dia; correspondências, 1.400 ao
10 mês; entregas de objetos, 400 ao mês. A moradia passou por situação muito intensa, pesada,
11 mas isso é passado. O perfil dos moradores mudou, e a maioria deles encara o uso da moradia
12 de maneira adequada e apropriada. A maioria sabe que ali há uma infraestrutura importante
13 para garantir a sua formação e criar a sua carreira. O novo perfil do morador é aquele que não
14 se envolve em conflito político-ideológico. Eles focam na formação. Quando houve a invasão
15 da Administração, a posição da esmagadora maioria dos moradores foi muito clara: a de não
16 adesão. O novo morador não entende como os antigos aplicam a política: o calouro chega,
17 passa pelo processo seletivo, bate nas portas das casas e recebe recusas para morar. A
18 Unicamp assume o compromisso de garantir uma vaga, mas veteranos impedem a entrada dos
19 novos alunos. Conseguiram, ao longo desses anos, reduzir essa ação. Hoje, praticamente, não
20 há isso. Existe um boletim em que mostra semana a semana qual a casa em que há vagas, que
21 permite um ambiente mais receptivo a qualquer pessoa que chega. A Administração visa à
22 excelência, a atender as demandas, as reivindicações, ouvir sugestões, melhorar a moradia.
23 Possuem um grande desafio de priorizar o coletivo e atender o individual. Com relação a
24 reuniões, em alguma sessão do Consu foi comentado pelo DCE que não havia reuniões do
25 conselho da moradia, por essa razão trouxe as Atas das reuniões e as coloca à disposição.
26 Procuram todos os meses fazer essas reuniões. De agosto de 2009 a setembro de 2012, há
27 21% de ausência de alunos nas reuniões. Quando considera os oito meses em que não houve
28 eleição de representante, a ausência dos moradores foi de 46%, mas nem por isso as ações
29 deixaram de ser realizadas. Hoje todos têm acesso ao mapa, em que consta a casa, o tipo, se é
30 feminina, masculina ou mista, e o número de vagas – ontem havia 16 vagas disponíveis.
31 Fizeram um trabalho junto ao serviço social, um trabalho valoroso das assistentes sociais no
32 sentido de aprimorar todo o processo e o entrosamento SAE/moradia. A moradia tem um
33 papel muito importante na vida dessas pessoas, de mudança de consciência, de elevar a
34 autoestima dos moradores, para que não sintam que estão num gueto, isolados, que não são
35 dignos desse esforço e desse investimento da Universidade. Houve renovação e estabilização
36 do quadro de funcionários, um fator de grande importância e, hoje, existe uma situação mais
37 favorável; estão habilitados tecnicamente para gerenciar. Procuram esse padrão de excelência
38 o tempo todo. Com relação à reforma, informa que em 24 de outubro terão 85% das casas
39 reformadas, com previsão de término para maio de 2013. Fecharam as compras de móveis,
40 fizeram um ponto de ônibus, redes para afastar os pombos, que é um problema sério de

1 higiene e saúde. Há projetos em licitação, a lixeira, proteção nas escadas para as crianças nos
2 estúdios, *wireless* e a reativação do *site* do Programa Moradia Estudantil – PME. A moradia
3 existe há 20 anos, mas o conselho deliberativo não tem regimento. É tarefa de imediato, muito
4 provavelmente para o ano que vem poderá ser discutido o regimento nesta Casa quando o
5 conselho deliberativo apresentar um pré-projeto. A Unicamp investe bem na moradia, tem
6 honrado o seu compromisso. Na moradia existem 950 pessoas, que se dedicam e que estão na
7 Unicamp estudando, cumprindo seu compromisso também. A moradia é fundamental para os
8 moradores e para a Universidade. Esses moradores fazem intercâmbio no exterior, são alunos
9 brilhantes, que passam em concurso da Petrobras sem cursinho, por exemplo; alunos do curso
10 de Música, que vão fazer mestrado na Alemanha, quase sem recursos, então se não fosse a
11 Unicamp não dariam esse impulso em suas vidas. O serviço social conta que foi realizada
12 uma visita a uma família em uma favela de São Paulo, e uma criança de 10 anos disse a uma
13 das assistentes sociais: “a minha irmã estudou na Unicamp”. Esse orgulho é porque essa irmã
14 se formou em Odontologia, veio de uma favela, não tinha dinheiro para montar um
15 consultório e um professor bancou o início de sua carreira. Então, é notável a importância da
16 moradia na vida dessas pessoas. O objetivo da moradia é estar cada vez melhor para os
17 moradores oficiais. O MAGNÍFICO REITOR agradece aos professores pelas apresentações e
18 dá prosseguimento ao Expediente informando que a próxima comunicação é sobre o Simtec,
19 que será expressa pelo senhor Edison Lins. O Senhor EDISON CARDOSO LINS agradece e
20 aponta que hoje dividirá a palavra com o senhor Orlando Carlos Furlan, assistente técnico de
21 direção do IE. Informa que a partir do Simtec houve uma inspiração para um evento que se
22 chama Conpuesp, cuja primeira edição ocorreu no ano passado, no Memorial da América
23 Latina. A gestão do professor Fernando tem dado apoio a esse evento pioneiro que a Unicamp
24 coordenou. Na semana passada estiveram na USP e a próxima edição ficará a cargo daquela
25 Universidade – ficaram impressionados com a forma como a USP assimilou o evento e já
26 pautou, através de uma comissão interna designada pelo reitor, a próxima edição do
27 Conpuesp, em outubro de 2013, envolvendo outras universidades públicas, as federais e até
28 algumas universidades públicas da América Latina. Tudo isso inspirado no Simtec, uma
29 experiência da Unicamp, iniciada em 1997. Estão também muito próximos da quarta edição
30 do Simtec, em novembro deste ano, e é sobre isso que o senhor Orlando fará referência. O
31 senhor ORLANDO CARLOS FURLAN agradece a oportunidade e diz que falar sobre o
32 Simpósio dos Profissionais da Unicamp é algo que já faz parte da programação da Unicamp.
33 Ele será realizado este ano nos dias 6 e 7 de novembro. Uma semana antes serão oferecidos
34 quase quarenta minicursos e todos os funcionários da Unicamp estão convidados. Há hoje
35 oitocentos inscritos e 215 trabalhos. Agradecem ao professor Fernando que apoiou a
36 realização do III Simtec, do I Conpuesp e agora do IV Simtec. Também lembra que esse
37 Simpósio agrega muito valor para os funcionários. Em um ambiente único da Universidade os
38 funcionários apresentam seus trabalhos, os minicursos são oferecidos pelos profissionais da
39 própria Unicamp e, ano a ano, veem o crescimento desse evento. Solicita a todos os diretores
40 que incentivem seus funcionários a colaborar. E, mais do que isso, que divulguem também.

1 Há dois palestrantes confirmados: o ator Lima Duarte e o apresentador Marcelo Tas. Esperam
2 que com isso possam agregar à vida da Unicamp e dos funcionários cada vez mais
3 conhecimento e valores. O MAGNÍFICO REITOR agradece aos senhores Edison e Orlando.
4 É uma iniciativa muito importante. A Unicamp foi pioneira e as três universidades hoje
5 participam do conjunto. Considera muito importante todas as unidades e órgãos da Unicamp
6 incentivarem seus funcionários a participar. Na sequência, passa a palavra aos senhores
7 conselheiros que se inscreveram no Expediente. A Conselheira DIANA NASCIMENTO
8 MORAES NOVAES diz que no Expediente existe um item referente ao relatório do grupo de
9 trabalho sobre o Programa de Ação Afirmativa, o Paais, cujo assunto eles vêm discutindo
10 muito dentro do movimento estudantil, visto que discutir o Paais, a inclusão, é discutir a
11 questão da democratização da Universidade. Alguns pontos que eles têm levantado com
12 relação a isso é que o Paais não garante a entrada dos estudantes de escola pública e
13 estudantes negros, pardos e indígenas, o que ele faz é dar uma pontuação para esses
14 estudantes. Acha curioso porque é colocado nesse relatório que esses trinta pontos, se o
15 estudante for de escola pública, acrescidos mais dez se ele for negro, pardo ou indígena,
16 fazem mais diferença nos cursos que são mais concorridos, nos cursos de maior dificuldade
17 no vestibular. Entretanto, nos próprios dados apresentados no relatório é colocado que os
18 estudantes que fazem a utilização desse programa estão nos cursos – os poucos que entram –
19 de licenciatura, nos cursos noturnos e nos cursos de tecnologia. Ressalta que 85% dos alunos
20 do ensino médio estudam em escolas públicas, e para uma universidade pública é
21 extremamente reduzido o número de estudantes oriundos da rede pública (aproximadamente
22 30%). Trouxeram essa discussão quando da criação dos novos cursos na Faculdade de
23 Tecnologia, suprimindo algumas vagas e criando os cursos de Engenharia etc. Colocaram a
24 importância da entrada dos estudantes de escola pública e negros na Universidade. E nesse
25 período debateram as cotas nas universidades, não somente as sociais, mas também as raciais.
26 Entendem que garantir a democratização da Universidade não é fornecer os pontos, é garantir
27 a entrada e, além de tudo, garantir a permanência desses estudantes na Universidade. E,
28 assistindo à apresentação relacionada à moradia, percebeu que ela não reflete a realidade. O
29 que possuem hoje é falta de vagas, superlotação, e muitos estudantes que não conseguem
30 bolsas. A Faculdade de Tecnologia, em Limeira, é onde mais estudantes de escola pública
31 ingressam e não há moradia estudantil. O restaurante da FCA demorou muitos anos para ser
32 construído. Os estudantes nos primeiros anos da FCA tinham de andar até a Faculdade de
33 Tecnologia para fazer as refeições em um restaurante que não suporta a quantidade de alunos
34 existente. Dentro do movimento estudantil estão discutindo a questão das cotas na
35 universidade e a importância de a Unicamp se posicionar nesse sentido; o Paais não resolve o
36 problema, não coloca em discussão, em grande medida, a exclusão desses estudantes da
37 universidade pública. Foi realizada uma reunião do conselho de representantes de unidade,
38 que reúne todos os centros acadêmicos, as entidades representativas dos estudantes, e
39 escreveram um manifesto a favor das cotas na Unicamp, que passa a ler: “Manifesto a favor
40 das cotas na Universidade Estadual de Campinas. As marcas da escravidão negra no Brasil

1 não se apagaram ainda hoje. A violenta e brutal exploração do trabalho que sofreram durante
2 séculos se expressa atualmente na precariedade dos postos de trabalho em que os negros e
3 negras se encontram, nos índices de pobreza de que são vítimas, na violência policial a que
4 são submetidos dia a dia e na limitação do acesso aos direitos sociais básicos, como moradia,
5 saúde e educação. Acumulamos uma dívida histórica e social com os negros e negras no
6 nosso país. A restrição de acesso ao ensino superior público é mais uma das expressões da
7 desigualdade racial e social. O Estado de São Paulo, em números absolutos, concentra a maior
8 população de cidadãos negros e negras do país, entretanto, o número de ingressantes na
9 Universidade Estadual de Campinas, no ano de 2012, foi de 2,8% que se declararam de cor
10 preta; 12,3%, pardos; e 0,2%, indígenas. Do total de ingressantes no ensino superior público
11 no Brasil, apenas 25% dos estudantes estudaram em escola pública, sendo que 85% dos
12 estudantes brasileiros estudam em escola pública, realidade vivenciada pela imensa maioria
13 da nossa juventude negra. A universidade pública é elitizada e embranquecida, distante das
14 reais demandas de nossa sociedade. Não por acaso, são raros os estudantes e as pesquisas
15 desenvolvidas relativas ao povo negro. Nesse sentido, como forma de criar as condições para
16 que as negras e negros possam romper essa barreira social que lhes é imposta, e exercer seus
17 estudos plenamente, o movimento estudantil, ao lado de uma série de outros movimentos
18 sociais, considera as cotas raciais proporcionais ao número de negros e negras de cada
19 população em cada região nas universidades e serviços públicos como instrumento que
20 permite questionar a estrutura excludente do nosso sistema de ensino superior, enfrentar uma
21 das faces do racismo e assegurar o direito básico do ingresso dos negros e negras na
22 Universidade. Além disso, é fundamental que as cotas venham acompanhadas de uma
23 reformulação e valorização de todo o sistema educacional público de nível fundamental e
24 médio, e de uma política de permanência estudantil que garanta a manutenção dos estudantes
25 de baixa renda durante toda a graduação e pós-graduação. A lei sancionada pela Presidência
26 da República reserva 50% das vagas das universidades federais para estudantes advindos de
27 escola pública com renda *per capita* de até 1,5 salários mínimos, sendo que 25% dessas vagas
28 devem ser para estudantes de origem negra, parda ou indígena, resguardando a proporção de
29 cada localidade. A Reitoria da Unicamp se posicionou contrária a essa medida e reafirma o
30 sistema meritocrático do País, Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social, que prevê 30
31 pontos para o vestibular para estudantes oriundos de escola pública e mais 10 pontos para
32 estudantes de origem negra, parda ou indígena, não garantindo a entrada desses estudantes na
33 Universidade. A política de cotas, por outro lado, reserva para os negros e negras um espaço
34 em que nunca estiveram presentes. Apesar de as cotas não repararem todo o histórico de
35 opressão e segregação sofrido pelo povo negro e de a proposta apresentada pelo Governo
36 Federal não representar a reivindicação histórica do movimento negro, essa medida é um
37 avanço frente ao atual cenário excludente do ensino superior brasileiro. A luta para enfrentar o
38 racismo e democratizar, de fato, a Universidade é de todos e todas e é para já! Sendo assim, o
39 conselho de representantes de unidade, composto pelos centros acadêmicos da Universidade
40 Estadual de Campinas, reivindica a imediata abertura do debate sobre as cotas dentro da nossa

1 Universidade. ‘Que se pinte de negro, que se pinte de mulato; não só entre os alunos, mas
2 também entre os professores; que se pinte de operário e de camponês, que se pinte de povo,
3 porque a Universidade não é patrimônio de ninguém e pertence ao povo (...)’ – Ernesto Che
4 Guevara, discurso proferido ao receber o título de doutor *honoris causa* da Universidad
5 Central de las Villas, em Cuba, em 28 de dezembro de 1959”. Com essa leitura, registra que
6 consideram esse debate fundamental para a Universidade, o qual deve ser feito com a
7 participação de toda a comunidade acadêmica. O Conselheiro VICENTE JOSÉ COSTA
8 VALE diz que vem ao Expediente, conforme reunião do Consu do dia 07 de agosto, solicitar
9 uma posição quanto a um documento protocolado na PRDU para a correção das distorções
10 salariais para profissionais das áreas de Engenharia, Química, Arquitetura e Veterinária, tendo
11 como base a Lei Federal 4.950/1966. E, se fosse possível também, solicitaria que a DGRH
12 fizesse uma relação desses funcionários, porque fizeram o levantamento preliminar e
13 identificaram 28 profissionais, técnico-administrativos, que estariam envolvidos nessa
14 situação. O Conselheiro CLÁUDIO JOSÉ SERVATO questiona se já está definida toda a
15 regulamentação do SP-Prevcom e quando os funcionários em regime CLT poderão optar.
16 Informa que hoje se encerra o prazo para inscrição de candidaturas junto ao Consu para a
17 eleição de funcionários. Essa eleição é institucional e parabeniza a Secretaria Geral por todo o
18 trabalho que tem a cada dois anos em sua organização. Também parabeniza a AFPU, por
19 esses anos em que vem trabalhando em prol dos funcionários. O Conselheiro ALAN GODOY
20 SOUZA MELLO diz que comentará sobre uma questão que considera muito pertinente à
21 Universidade, o projeto de internacionalização da Unicamp e o caso específico dos cursos de
22 línguas. Todos têm verificado nos planejamentos estratégicos, nas discussões, e nas próprias
23 falas recorrentes da Administração Central e das administrações das unidades a necessidade
24 da internacionalização da Unicamp, bem como de todo o ambiente universitário brasileiro. Se
25 forem comparar com os países da Europa, da América do Norte ou mesmo da Ásia, é possível
26 verificar que a inserção internacional da Unicamp é baixíssima, no sentido de que,
27 atualmente, há poucos docentes e alunos de fora – atualmente tem aumentado, mas mesmo
28 assim ainda é uma quantidade relativamente pequena. A internacionalização é imprescindível
29 tanto para o aumento da diversidade dentro da Unicamp, para um maior fluxo de ideias,
30 quanto para melhorar o reconhecimento internacional que a Universidade possui.
31 Particularmente não vê como um direito do aluno o ensino de línguas pela Universidade, vê
32 como algo estratégico e deve ser analisado dessa forma. E sob esse ponto de vista, gostaria de
33 colocar algumas questões. Atualmente a estrutura oferecida pelo Centro de Ensino de Línguas
34 é pequena em relação à demanda dentro da Universidade. Na graduação via diversos colegas
35 que não conseguiam fazer alguns dos cursos mais concorridos por conta dessa questão de falta
36 de vagas. E na pós-graduação essa situação piora, porque o pós-graduando apenas pode se
37 inscrever no CEL como aluno especial e pegando somente as vagas que sobram. Portanto, é
38 raríssimo um pós-graduando conseguir uma vaga no Centro de Ensino de Línguas. Contrapõe
39 essa situação com o conhecimento de línguas que existe no Brasil atualmente. Citou o
40 professor Roberto Lobo na última reunião do Consu e vai citá-lo novamente, mas agora em

1 outro artigo, em que diz que o Brasil não fala inglês e que esse é um dos grandes problemas
2 para a internacionalização. Também o chefe do Daad, Serviço Alemão de Intercâmbio
3 Acadêmico, no Rio de Janeiro, e outros agentes internacionais ligados a essa área de
4 internacionalização falaram que um dos maiores problemas da internacionalização do Brasil é
5 exatamente o não conhecimento de línguas. Pela situação que verificam no país e,
6 particularmente, na Unicamp, se torna crucial que se aumentem as vagas oferecidas pelo CEL,
7 que seja oferecida uma infraestrutura maior, que haja contratação de professores, para que
8 possam, de fato, criar um programa de internacionalização mais eficiente. E não apenas para
9 alunos que vão para outros países, mas também para alunos estrangeiros. Por exemplo,
10 recentemente, participou de um projeto que trouxe um professor de fora para ministrar um
11 curso na Feec, mas a quantidade de matriculados foi menor do que o potencial de
12 matriculados que havia, porque boa parte dos alunos tinha receio de se matricular por não ter
13 o domínio da língua – isso acaba reduzindo o impacto das iniciativas de internacionalização
14 da Unicamp. Foi publicada uma matéria no jornal *O Estado de S. Paulo* sobre os alunos
15 haitianos que vieram para o Brasil após o terremoto que mencionava que eles conseguem
16 acompanhar as aulas, desde que o professor fale pausadamente, mas que não participam como
17 gostariam das discussões desenvolvidas em sala, por não conseguirem argumentar em
18 português. Já deu aula como PED para aluno, por exemplo, do Canadá e havia grande
19 dificuldade no idioma, de forma que o aluno não conseguia por conta da barreira linguística
20 acompanhar adequadamente, o que acabava gerando uma perda, apesar de ele apresentar uma
21 vontade gigantesca em participar da aula. É importante também um aprofundamento do curso
22 de português para estrangeiros. Outro ponto, um tanto polêmico, mas que vê como necessário,
23 é a realização de cursos, de disciplinas em inglês na Universidade, para que haja uma
24 internacionalização maior. Não é questão simplesmente de se colocar com relação à defesa da
25 língua, porque na Alemanha e na Holanda, por exemplo, existe uma predominância de cursos
26 em inglês, especialmente na pós-graduação, e não se pode dizer que esses países sejam
27 colonizados pela Inglaterra. Solicita que a Administração da Universidade e que o Conselho
28 Universitário reflitam sobre isso, especialmente na hora de elaborar o orçamento que deve ser
29 votado no final do ano. Sobre esse assunto também existe um abaixo-assinado que já conta
30 com 420 assinaturas de alunos, solicitando maior suporte ao Centro de Ensino de Línguas e
31 também pedindo que haja um apoio mais efetivo da Universidade ao curso *Read In Web*, por
32 exemplo, que é um curso *online* oferecido por uma professora do IEL, com o objetivo
33 principal de atender aos alunos de pós-graduação que não eram atendidos pelo CEL, porém
34 hoje ele não está sendo mais oferecido para os alunos de pós-graduação, somente para
35 algumas disciplinas obrigatórias de graduação, exatamente pela falta de infraestrutura que
36 esse curso tem, atualmente. Gostaria de fazer um convite a todos os membros do Conselho
37 Universitário. No dia 10 de outubro, a Associação de Pós-Graduandos da Faculdade de
38 Engenharia Elétrica realizará um debate sobre política de acesso aberto a publicações
39 científicas, *Open Access*, cujo assunto está sendo altamente discutido na comunidade
40 internacional. O debate será realizado às 14 horas, no Auditório da Faculdade de Engenharia

1 Química. O professor Rogério Meneghini, coordenador científico do SciELO, já está
2 confirmado, e também haverá participação do coordenador do Sistema de Bibliotecas da
3 Unicamp, Luiz Atilio Vicentini, que falará sobre a experiência da Universidade com a
4 Biblioteca Digital de Teses. Por fim, informa que dia 29 de agosto uma caravana de pós-
5 graduandos esteve em Brasília reivindicando o reajuste das bolsas de pós-graduação. Gostaria
6 de agradecer à Unicamp por ter dado apoio a essa caravana. E o Ministério da Educação e o
7 Ministério de Ciência e Tecnologia deram como certo o reajuste das bolsas em mais 10% no
8 primeiro trimestre de 2013. E também houve um compromisso do Ministério de Ciência e
9 Tecnologia, depois de um estudo feito pelas associações de pós-graduandos da Unicamp,
10 mostrando a perda do poder de compra das bolsas, de fazer um estudo sobre os impactos de
11 aumentos maiores. A expectativa é que esse reajuste seja maior que 10%, porque esse
12 aumento não cobre nem a inflação, desde 2008. A Conselheira ISABELA CRISTINA
13 RIGONATO AMANTE diz que se inscreveu para falar também um pouco sobre a avaliação
14 do Programa de Ação Afirmativa da Unicamp – Paais. Com a aprovação das cotas sociais e
15 raciais nas universidades federais começou a discussão na Unicamp. Faz parte de um grupo
16 estudantil, o *Grito Coletivo*, e começaram a discutir qual seria o melhor programa de ação
17 afirmativa para a Universidade: o Paais ou as cotas. Perceberam que, na verdade, é um debate
18 muito atual e que é importante que a Unicamp faça essa discussão com a comunidade
19 acadêmica, estudantes, professores, funcionários e com a sociedade também, para prestar
20 contas de qual é a sua política de inclusão social. Pensando nisso, o *Grito Coletivo* fez um
21 abaixo-assinado, ainda não foi finalizado, mas que até o momento conta com
22 aproximadamente 1.300 assinaturas, reivindicando que a Unicamp chame uma audiência
23 pública para discutir qual é a melhor política de ação afirmativa para dentro da Universidade.
24 Não necessariamente o grupo teve uma posição favorável às cotas raciais e às sociais, mas
25 consideram importante que essa discussão seja aberta. Foi interessante quando abriu a pauta
26 do Consu e estava lá o relatório sobre o Paais, mas de certa forma ficou decepcionada porque
27 apesar de ele apontar várias questões, colocar os gráficos e fazer uma análise breve, ele não
28 aponta quais são as perspectivas do Paais, e sentiu muita falta disso; alguns elementos foram
29 colocados, porém sem aprofundar muito. Por exemplo, uma questão colocada é a da
30 autoexclusão dos estudantes, de eles não se inscreverem no vestibular da Unicamp por não
31 terem nem a perspectiva de serem aprovados. E alguns dos fatores que justificam essa queda
32 são o aumento da oferta de bolsas de ensino do Prouni, a ampliação da rede pública de ensino
33 superior no Estado de São Paulo e a inserção dos possíveis candidatos no mercado de
34 trabalho. Considera positivo colocar essas questões, mas também é importante dizer qual é a
35 política que a Unicamp tem para reverter isso, para possibilitar que os estudantes estejam
36 dentro da Universidade – principalmente em relação à inserção dos possíveis candidatos no
37 mundo do trabalho ou a inserção desses candidatos em instituições de ensino privado.
38 Questiona, por exemplo, qual é a política de permanência da Unicamp. É importante abrir
39 essa discussão de maneira aprofundada com a comunidade para realmente poderem avaliar
40 quais são as perspectivas do Paais, se ele é a melhor política para inclusão social e racial. O

1 Conselheiro JOSÉ ANTENOR POMILIO registra que na semana passada houve na Feec
2 seminários em comemoração ao centenário de nascimento de Alan Turing, organizado pela
3 Associação de Pós-Graduandos e comitê formado por docentes, estudantes e funcionários da
4 Faculdade. Foi um evento muito interessante que abordou desde aspectos técnicos, atividades
5 práticas e discussões históricas sobre ele e sua vida. Também na semana passada foram
6 comemorados os 40 anos de Pós-Graduação na área de Engenharia Elétrica na Unicamp.
7 Receberam os três primeiros mestres formados pela Escola, em 1972, e também o orientador
8 de duas dessas teses. Esse programa de pós-graduação formou até o momento mais de dois
9 mil mestres e quase mil doutores, o que representa praticamente um quarto dos doutores em
10 Engenharia Elétrica formados no Brasil; certamente é o maior programa e também está entre
11 os melhores, tendo o nível 7 da Capes. O MAGNÍFICO REITOR agradece ao professor
12 Pomilio e congratula a Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação. A Conselheira
13 NÁDIA FARAGE registra sua solidariedade e o seu desagravo ao professor Paulo Sérgio
14 Saran, diretor do Cofil, e ao Cofil, em seu conjunto, pela medida punitiva de que foram
15 objetos. Nessa mesma linha, também registra a sua solidariedade e o seu desagravo ao Pagu –
16 Núcleo de Estudos de Gênero –, cujo ATD foi recentemente punido e toda equipe se encontra
17 atingida por um processo disciplinar em andamento. O Conselheiro LUIZ FERNANDO
18 MILANEZ diz que recebeu uma solicitação de um professor da categoria a qual representa, de
19 professores titulares da Universidade, para ler a seguinte carta: “Presidente, conselheiras e
20 conselheiros, bom-dia. Venho trazer à consideração deste Conselho a necessidade de se coibir
21 a prática da falsificação de assinaturas, em particular aquelas relacionadas com lista de
22 comparecimento às atividades acadêmicas. Trata-se de possibilitar ao professor verificar se a
23 assinatura firmada em uma lista de frequência corresponde ao aluno constante como presente.
24 É sugerida a necessidade de o aluno informar à DAC em qual cartório mantém o registro de
25 sua assinatura atualizada; adicionalmente, é sugerido que o cartório esteja localizado no
26 Estado de São Paulo. Acredita-se que tal prática seja a menos onerosa no caso de se dirimir
27 dúvida em relação ao crime de falsidade ideológica. Muito obrigado. Celso Arruda.” Essa é
28 uma situação que a maioria dos docentes vivencia. Mas se quiserem mudar alguma coisa no
29 Brasil, precisam começar entre eles e pelos lugares em que têm alguma influência. Seria
30 importante que a Reitoria tomasse alguma providência porque isso fica a cargo de cada
31 docente, mas não veem muita consequência. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL diz
32 que recentemente participou das reuniões de avaliação dos cursos de graduação oferecidos
33 pela Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação e, em particular, os alunos do curso
34 de Computação, nos cursos oferecidos pela Feec e pelo Instituto de Computação, estavam
35 preocupados com o cálculo do Coeficiente de Rendimento Padronizado – CRP. Fizeram
36 algumas sugestões bastante pertinentes a respeito disso e entendeu que ele devia levar em
37 frente aquela proposta. Os alunos propuseram, portanto, algo bastante razoável para melhorar
38 o cálculo do CRP, no que diz respeito a sua precisão. Em conjunto com o professor Akebo
39 Yamakami, coordenador de graduação do curso de Computação, levaram o pleito à DAC para
40 que algumas simulações fossem feitas. Ressalta, parabeniza e agradece à DAC pelo

1 profissionalismo com que tem atuado durante tantos anos na Universidade. A Diretoria
2 Acadêmica fez uma análise estatística e lhe pareceu que os alunos da Computação tinham
3 razão. Em seguida, ela fez um encaminhamento à Pró-Reitoria de Graduação para que o
4 assunto fosse estudado. Recebeu, através do coordenador de graduação do IC e da Feec,
5 depois de muito pouco tempo, uma decisão da subcomissão que trata da revisão do
6 Regimento Geral dos cursos de graduação, relatada pela professora Néri de Barros Almeida e
7 encaminhada pelo professor Marcelo Knobel. Acha que foram rápidos demais os argumentos
8 e por demais simples para permitir que a relatora encaminhasse contra a proposta dos alunos
9 de Computação. Seria muito importante para a Universidade que uma análise comparativa e,
10 sobretudo, conceitual entre aquilo que é proposto e aquilo que existe fosse feita. Isso não
11 ocorreu. Para negar o encaminhamento, a senhora relatora disse que o cálculo do CRP
12 entende que todas as disciplinas devam ser consideradas. Na proposta encaminhada, de fato,
13 não são todas que são consideradas. Para surpresa deles, ao fazer as simulações, existem
14 disciplinas em que todas as notas são idênticas, fazendo com o que desvio padrão seja nulo.
15 Essas disciplinas eram, portanto, descartadas. Certamente, o número dessas disciplinas é
16 muito baixo e não tem representatividade estatística para o cálculo de um coeficiente de
17 rendimento padronizado que se dá de forma comparativa entre os vários alunos de uma
18 mesma turma. Queria ressaltar, portanto, que a proposta não faz com que disciplinas sejam
19 descartadas, mas apenas aquelas que tenham número reduzido de notas diferentes, para que o
20 desvio padrão seja calculado com maior robustez. Dito isso, gostaria de solicitar ao professor
21 Marcelo Knobel que novamente encaminhe essa questão para que seja estudada do ponto de
22 vista conceitual e técnico, seja no âmbito da subcomissão ou para posterior análise da CCPG.
23 O Conselheiro JESSÉ TARGINO DA SILVA comentará sobre o lançamento do segundo
24 volume do livro *Faço parte dessa história*. Em outro momento, comentou sobre o lançamento
25 do primeiro livro e sobre a satisfação de todos; também fez parte dessa história, pois entrou
26 nesta Universidade ainda menor, com 15 anos de idade, e, hoje, tem o prazer de poder
27 participar vendo outros menores ingressando na Unicamp e também tendo a oportunidade e o
28 espaço de poder fazer carreira. Então, no dia 21 de setembro, lançaram o segundo volume,
29 incluindo a história de outras pessoas, que não tiveram a oportunidade de serem incluídas no
30 primeiro volume. Aproveita para agradecer o apoio dessa atual gestão à participação, na
31 pessoa do professor Fernando, que se fez presente, demonstrando, assim, a consideração, o
32 respeito e a valorização por esses ex-patrolheiros, guardinhas e mensageiros que cresceram
33 dentro desta Universidade. Também agradece a presença dos professores Roberto Paes,
34 Marcelo Knobel, José Martins, José Tadeu Jorge e do senhor Edison Lins, coordenador do
35 GGBS. Aproveita para sugerir que outros segmentos funcionais em universidades também
36 pudessem ter como base esse modelo, incluindo até os docentes, a fim de que também possam
37 registrar as suas histórias, porque relatando as suas histórias estarão relatando a história da
38 própria Universidade. O MAGNÍFICO REITOR agradece ao conselheiro Jessé e parabeniza
39 os organizadores do segundo volume desse livro tão importante. O Conselheiro FELIPE
40 TANNUS MOREIRA DA COSTA informa que ontem na FCA foi organizada uma

1 assembleia geral dos estudantes na qual ficou claro que os alunos, em geral, ainda estão
2 bastante indignados com a falta de infraestrutura. O diretório acadêmico que representa os
3 estudantes na FCA tem se posicionado a favor de uma negociação de forma a construir
4 alternativas para a falta de infraestrutura no *campus*. E, na última reunião do Conselho
5 Universitário, já havia colocado essa insatisfação, mas volta a colocar – porque nada mudou –
6 a questão de alguns compromissos que a Reitoria assumiu em uma reunião com o DCE e que
7 não foram cumpridos ainda para o *campus* de Limeira. Nessa reunião a Reitoria foi
8 representada pelo professor Marcelo Knobel. Um dos pontos que ainda não foi cumprido é o
9 ônibus *intercampi*. Conforme os seus cálculos, em setembro já teriam isso pronto, mas não
10 ocorreu. O outro ponto é sobre o GT Moradia para Limeira e Piracicaba. A bolsa vem
11 favorecendo mais a especulação imobiliária do que a moradia para os estudantes. A bolsa tem
12 de aumentar sempre, porque o aluguel aumenta constantemente; ela não consegue contemplar
13 100%, há sempre uma diferença de R\$100. Então, quando o valor da bolsa aumenta, os
14 proprietários das casas aumentam um pouco mais o aluguel. O Conselheiro GUILHERME
15 ARAÚJO WOOD diz que o professor doutor Ary Orozimbo Chiacchio, presente nesta sala,
16 que foi seu professor de Cálculo I, em 1987, e paraninfo de sua turma, solicitou a leitura de
17 uma mensagem escrita por ele. Passa à leitura: “Esta mensagem refere-se ao Prêmio de
18 Reconhecimento Docente. Uma das tarefas dos bons professores é ensinar que devemos lutar
19 contra as injustiças, sempre. Devido à condução muito inadequada do processo para indicação
20 ao referido prêmio no Imecc, sinto-me profundamente injustiçado. Explico: foram solicitados
21 pareceres externos (seriam realmente necessários para avaliar excelência em ensino de
22 graduação na Unicamp?), sem juntar ao processo os pareceres dos coordenadores de
23 graduação dos cursos do Imecc. Para elucidar tal ponto, apresento aqui uma pesquisa rápida
24 que enviei a todos os professores do Imecc após saber que meu nome não constava na lista
25 tríplice. O problema apresentado: ‘O Prêmio de Reconhecimento Docente visa valorizar a
26 Excelência em Ensino de Graduação aqui na Unicamp. Exiba o conjunto de professores do
27 Imecc que: 1) tenham recebido em todas as disciplinas avaliadas conceito A ou A+; 2) tenham
28 sido professores homenageados, paraninfos ou patronos de turmas dos cursos do Imecc; 3)
29 tenham sido homenageados por turmas de alunos da Ciência de Computação, Engenharia
30 Elétrica, Engenharia de Computação, Engenharia Mecânica e Física; 4) tenham sido patronos,
31 pelo menos uma vez, de uma turma de Física; 5) tenham sido paraninfos de duas turmas da
32 Engenharia Elétrica. Sugestão: esse conjunto é unitário’. Apresento a resposta do professor
33 doutor Alberto Saa: ‘Caro Ary, suponho que você me manda este e-mail por eu ser da
34 Comissão de Avaliação Acadêmica – CAA e, portanto, ter endossado a indicação dos nomes
35 dos professores Edmundo, Marcos Jardim e Mário Gneri para o prêmio. Antes de mais nada,
36 já adianto que compreendo perfeitamente a sua decepção. Você, certamente, deveria ser uma
37 indicação do Imecc para um prêmio dessa natureza. Suponho também que você já sabe o que
38 ocorreu. Não me importo, porém, de repetir aqui, por escrito. Sinta-se à vontade para usar
39 como quiser este meu depoimento. A CAA decidiu que a escolha dos indicados do Imecc
40 seria feita por uma comissão externa, baseada nas indicações de cada departamento, que

1 deveriam vir acompanhadas de pareceres dos respectivos coordenadores/comissões de
2 graduação. A CAA entendeu que os pareceres dos coordenadores/comissões seriam
3 fundamentais para nortear a escolha feita pela comissão externa, que nem sempre tem
4 conhecimento dos detalhes do dia a dia da nossa graduação. O professor Martinez, presidente
5 da CAA, informou aos coordenadores de graduação, com quase um mês de antecedência,
6 sobre a necessidade dos pareceres. Como você sabe, sou coordenador de graduação do
7 Departamento de Matemática Aplicada – DMA e, rapidamente, fiz o parecer de nosso único
8 candidato, o professor Edmundo. A coordenadora do seu departamento fez os pareceres sobre
9 as indicações do Departamento de Matemática – DM. São documentos públicos, você pode
10 verificar lá que com todo o respeito devido ao ótimo trabalho do nosso colega professor
11 Marcos Jardim, a coordenadora de graduação do DM (e, portanto, o próprio DM, na minha
12 leitura) havia indicado o seu nome como prioritário ao prêmio. Por outro lado, como só fomos
13 descobrir já tardiamente, o coordenador de graduação do Departamento de Estatística – DE
14 não fez os pareceres sobre os candidatos do DE, especificamente os professores Mario
15 Antonio Gneri e Verónica Gonzalez Lopez. Essa descoberta se deu por acaso. Foi dada à
16 comissão externa uma semana de prazo para proclamação dos seus indicados. No penúltimo
17 dia do prazo, eu pessoalmente fui até a ATU (senhora Alice) e perguntei do andamento do
18 processo, pedindo para ver o material que estava nas mãos da comissão. Para minha surpresa,
19 não havia parecer do DE e, contrariando a decisão da CAA, os pareceres do DM e do DMA
20 não haviam sido encaminhados à comissão. Solicitei imediatamente à senhora Alice que
21 fossem enviados os pareceres existentes, e comuniquei o professor Víctor Hugo, coordenador
22 do DE, sobre a falta de seu parecer. A senhora Alice enviou rapidamente os pareceres
23 existentes à comissão. Não sei o que ocorreu com o parecer do DE, nem mesmo sei se ele foi
24 escrito. Infelizmente, os pareceres chegaram após o envio do resultado pela comissão externa
25 ao professor Martinez, na manhã seguinte. A comissão externa, portanto, fez a indicação do
26 candidato do DM desconhecendo a opinião da coordenadora de graduação do DM, algo
27 profundamente lamentável. Sinto muito por tudo isso. Volto a dizer que compreendo sua
28 decepção e quero registrar que você terá meu apoio incondicional para a próxima edição do
29 prêmio. Alberto’. Na sequência, leio o parecer da professora Márcia Scialom, o parecer que
30 não foi considerado: ‘Parecer sobre a candidatura do professor Ary Chiacchio ao Prêmio de
31 Reconhecimento Docente pela Dedicção ao Ensino de Graduação. Professor Ary é docente
32 do Departamento de Matemática desde março de 1985. Desde então até hoje o professor atua
33 como docente em cursos de graduação, sempre com muito sucesso. Ao longo de todos esses
34 anos, os depoimentos dos alunos sempre foram de que o professor Ary é um excelente
35 professor, o que está demonstrado nas avaliações discentes. Ele obteve o conceito A ou A+
36 em todas as avaliações discentes, desde 1985. Eu não conheço outro docente do Departamento
37 de Matemática que tenha tal avaliação. Ela é reflexo do interesse e da dedicação aos alunos e
38 às disciplinas de graduação que ele já lecionou no período diurno e noturno. O professor Ary
39 sempre esteve disponível para desenvolver atividades de orientação para alunos com bolsa ou
40 sem bolsa. Oficialmente, ele orientou um aluno com bolsa de auxílio social, 19 alunos de

1 iniciação científica com bolsas de agências de fomento – CNPq, Fapesp e SAE –, 45 alunos
2 com bolsa Paeg, PAD ou PED, além dos orientandos sem bolsa. O professor Ary coordenou
3 as disciplinas de MA-311 e MA-327 por várias vezes. O professor Ary recebeu homenagens
4 por 16 vezes de turmas de formandos de graduação em Engenharia Elétrica, Engenharia
5 Mecânica, Engenharia de Computação, Matemática, Física e Matemática Aplicada. As
6 homenagens foram ou de professor homenageado, ou paraninfo, ou patrono, a partir de 1989
7 até 2010. Em relação às atividades institucionais, o professor Ary participou da comissão de
8 horários do Departamento de Matemática por nove anos, a partir de 1985. Naquela época, a
9 comissão de graduação tinha outro formato. Mais tarde, participou da comissão de graduação
10 do Departamento de Matemática e da Engenharia Elétrica. O professor Ary deixou de
11 participar da comissão de graduação do Departamento de Matemática quando assumiu a
12 posição de coordenador de logística da Comissão Permanente para os Vestibulares da
13 Unicamp, em 1995. Considero que pelo interesse e dedicação aos cursos de graduação acima
14 descritos, o professor Ary é um excelente candidato ao Prêmio de Reconhecimento Docente.
15 Assinado por Márcia Scialom, 09 de julho deste ano’. Apresento ao Consu e espero uma
16 resposta formal à seguinte pergunta: existe na Unicamp outro professor que tenha todas as
17 avaliações A ou A+ e, sendo de uma unidade tenha sido homenageado, patrono e paraninfo de
18 cursos de outras unidades? Esta minha fala deve ser considerada um recurso apresentado ao
19 Consu. Esperando que esse Prêmio seja de fato uma valorização da excelência em ensino de
20 graduação, que os procedimentos formais não prevaleçam quando a injustiça é tão flagrante,
21 que os meus 28 anos de docência de alto nível não sejam jogados no lixo, junto com as
22 correspondentes avaliações discentes, encerro com algumas palavras de Cora Coralina: ‘Penso
23 no que faço, com fé. Faço o que devo fazer, com amor. Eu me esforço para ser cada dia
24 melhor. Mesmo quando tudo parece desabar, cabe a mim decidir entre rir ou chorar, ir ou
25 ficar, desistir ou lutar; porque descobri, no caminho incerto da Vida, que o mais importante é
26 o decidir’. Professor doutor Ary Orozimbo Chiacchio”. O Conselheiro CAIO JOSÉ
27 COLLETTI NEGREIROS comenta que na carta da professora Márcia também consta um
28 comentário muito elogioso sobre o professor Marcos Jardim; e esses dados sobre as notas, as
29 menções, foram enviados aos pareceristas. Diz que entende o sentimento do professor Ary,
30 que é muito respeitado por todo o Imecc, mas esclarece, resumidamente, ao Consu o modo
31 como foram feitas as três indicações ao Prêmio de Reconhecimento ao Ensino de Graduação,
32 seguindo o edital que criou esse prêmio. Foi deliberado pela congregação do Imecc, de abril
33 de 2012, que a CAA, que é uma comissão formada por cinco professores titulares que
34 assessora a congregação, deveria sugerir os três nomes dos professores indicados para o
35 prêmio. A congregação de agosto de 2012, baseando-se na sugestão unânime da CAA,
36 indicou os mesmos três nomes por 14 votos favoráveis, duas abstenções e nenhum voto
37 contrário. O MAGNÍFICO REITOR passa a palavra à Mesa para as considerações. O
38 Conselheiro JOÃO FREDERICO DA COSTA AZEVEDO MEYER diz que sempre foi um
39 admirador do trabalho docente do professor Ary Chiacchio. Com relação à atividade da Preac,
40 informa que no dia 12 de setembro foi realizada a segunda fase do curso de extensionismo,

1 promovido pela Coordenadoria de Assuntos Comunitários, com a colaboração da Biblioteca
2 Central, e proferiram aulas-palestras o professor José Eduardo de Paiva, diretor da RTV, e a
3 professora Kellen Maria Junqueira, da Feagri, que possuem experiência em trabalho de
4 extensão. Diz que, surpreendentemente, há uma presença maciça do grupo do Haiti em todas
5 as atividades de extensão. Informa também que, na semana passada, a USP realizou seu
6 seminário de extensão e cultura, que realiza periodicamente, tendo convidado a Preac e outras
7 universidades. A Preac participou de muitas maneiras, inclusive com a equipe presente, mas
8 acredita que o ponto alto da presença da Unicamp foi uma atividade da Estação Guanabara,
9 promovida periódica e regularmente pela professora Keyla Ferrari Lopes, que foi orientada do
10 professor Paulo Ferreira Araújo; e ela levou crianças e adolescentes, jovens com algum tipo
11 de deficiência. Uma das estrelas daquela noite foi uma dançarina com Síndrome de Down que
12 fez uma apresentação. Além disso, no sábado passado aconteceu a caminhada ecológica,
13 realizada pela Prefeitura, que contou com centenas de participantes. A saída foi de um local
14 conhecido pelos moradores de Barão Geraldo como a Praça do Coco. Essa caminhada foi
15 acompanhada pelo Samu, pelos agentes da Emdec e pela Guarda Municipal, entrou pelo
16 Parque Ecológico e terminou na Casa do Lago, com apresentação da Orquestra Comunitária.
17 Presenciou a surpresa de um grupo de pessoas da Europa com uma das peças apresentadas
18 que envolvia uma máquina de escrever com uma solista; em seguida, a Orquestra fez um
19 arranjo sobre a música “Menino da Porteira”, e eles nunca tinham visto uma orquestra
20 sinfônica tocando com um berrante. Essas reações o deixaram bastante contente. Sexta-feira,
21 terão continuidade as atividades da Rede de Agroecologia com palestras, apresentações
22 musicais e uma feira de produtos orgânicos. Já no sábado, acontecerá a Feira Cultural da
23 Estação Guanabara, das 14 até as 19 horas, com oficinas de poesia, música, culinária,
24 artesanato, artes plásticas, uma banca de troca de livros, sessões de contadores de história e
25 diversas mostras culturais. Essa é uma atividade que tem tido muito sucesso. Finalmente
26 informa que na próxima semana começam a ser ministradas as aulas de iniciação musical para
27 professores da rede pública, oferecidas por um funcionário que trabalhou na Unibanda e que
28 foi cedido pelo Centro de Integração, Documentação e Difusão Cultural da Unicamp – Ciddic
29 para prestar serviço na Estação Guanabara. O Conselheiro RONALDO ALOISE PILLI
30 informa que está sendo concluído o processo de informatização da linha de pesquisa do
31 Faepex. A partir de outubro, deverão disponibilizar uma plataforma para submissão de
32 propostas ao Faepex na linha pesquisa, que é aquela de fluxo contínuo para toda a
33 comunidade. Será mantida, por algum tempo ainda, a submissão em papel, mas acredita que o
34 novo sistema deverá agilizar consideravelmente a tramitação dos processos e também espera
35 que melhore a qualidade dos pareceres, enfim, do acompanhamento dos processos, porque
36 isso é um ponto essencial para qualificar as atividades da linha de pesquisa. As linhas de
37 ensino e de extensão, como operam através de editais, neste momento não serão alteradas.
38 Também informa que um grupo de trabalho indicado pela Copei está iniciando as discussões
39 sobre a formulação da proposta para o edital CT-Infra 2012. Houve uma primeira reunião
40 dessa subcomissão, quando os diretores de unidades e também a coordenadoria da Cocen

1 foram informados de que, por decisão da Copei, no edital 2012 serão priorizados pedido de
2 compras de equipamentos de grande porte, sem prejuízo de incorporação também de projetos
3 de obras, mas desde que estejam em fase adiantada que inclua os memoriais descritivos e,
4 preferencialmente, também tenha detalhamento a mais para que haja chances de sucesso junto
5 à Finep. Essas propostas deverão ser apreciadas pela subcomissão da Copei até o dia 25 de
6 outubro, e a Copei deliberará pela escolha dos projetos, dos subprojetos, em sua reunião do
7 dia 11 de dezembro, lembrando que a Finep disponibiliza o edital entre o final do ano e o
8 início de janeiro e que, normalmente, as propostas das instituições de ensino superior são
9 enviadas no mês de março. No momento, estão sendo recolhidas as propostas das unidades,
10 analisadas, apresentadas à Copei para definição daquelas que irão compor a proposta final da
11 Unicamp para o CT-Infra 2012. O Conselheiro ROBERTO RODRIGUES PAES inicialmente
12 se refere à fala do conselheiro Vicente a respeito da questão trabalhista envolvendo o piso
13 salarial de algumas categorias. Trata-se de um assunto que, no momento, se encontra como
14 objeto de ação judicial; e o procedimento adotado, pelo menos até este momento, é de
15 aguardar algumas decisões no âmbito da Justiça. Solicita que a doutora Patrícia forneça
16 informações adicionais sobre o assunto e também, por ela fazer parte de uma comissão da SP-
17 Prevcom, atenda ao conselheiro Cláudio no seu questionamento. A doutora PATRÍCIA
18 MARIA MORATO LOPES diz que a questão da SP-Prevcom está sendo estudada por uma
19 comissão designada pelo Cruesp, composta por pessoas das três universidades; os integrantes
20 da Unicamp são o senhor Antônio Félix, a doutora Fernanda Lavras Costallat Silvado, da PG,
21 e ela, contando com a assessoria de técnicos. Essa comissão é coordenada pelo professor
22 Antonio Roque Dechen, que é o vice-reitor executivo de Administração da USP. Ontem a
23 comissão concluiu o primeiro relatório, que na verdade é um relatório de dúvidas a serem
24 encaminhadas para a SP-Prevcom. Existe um regulamento em vias de publicação sobre os
25 benefícios, mas ele suscita uma série de dúvidas. Além disso, o Cruesp solicitou à SP-
26 Prevcom a criação nas universidades de uma carteira específica para os servidores e docentes.
27 Os estudos estão sendo conduzidos por essa comissão do Cruesp, que está fazendo esses
28 questionamentos ao instituto de previdência; não há ainda uma posição oficial da SP-
29 Prevcom. O Conselheiro ROBERTO RODRIGUES PAES agradece os esclarecimentos.
30 Referindo-se à fala do conselheiro Felipe, diz que ele tem razão, especialmente sobre a
31 questão do ônibus *intercampi*. De fato, o professor Paulo determinou que fosse ampliado esse
32 serviço, e assim foi feito. Entretanto, há um processo que teve início logo após aquela reunião
33 e que está sendo concluído agora. Informa que o número do processo é o 16048/2012, e a
34 licitação ocorreu ontem. A empresa deverá entregar a proposta atualizada para ser
35 homologada, há estimativa de assinatura de contrato no dia 05.10.2012 e, em seguida, será
36 iniciado o serviço ampliando esse transporte através do *intercampi*. Coloca-se à disposição
37 para eventuais dúvidas. O Conselheiro FELIPE TANNUS MOREIRA DA COSTA agradece
38 as informações e diz que irão acompanhar o processo. O Conselheiro ROBERTO
39 RODRIGUES PAES diz que no domingo passado esteve presente na 3ª Caminhada de
40 Prevenção à Obesidade, realizada na Lagoa do Taquaral, e promovida pelo Hospital de

1 Clínicas com apoio do GGBS. Cumprimenta, de forma geral, toda a área de Saúde do HC,
2 especialmente o doutor Elinton Adami Chaim, que coordenou esse trabalho, e todos os órgãos
3 internos e externos que apoiaram o evento. Estavam presentes aproximadamente 1.200
4 pessoas obesas nessa caminhada, que tiveram acesso a alguns exames. Esse é um problema
5 não só da Unicamp, não só do município, é um problema mundial; não que esse evento possa
6 resolver o problema, mas, sem dúvida nenhuma, contribui para o acesso a algumas
7 informações e a procedimentos futuros importantes que, certamente, podem auxiliar na
8 melhoria da qualidade de vida das pessoas obesas. Por fim, comunica que a primeira parcela
9 do décimo terceiro salário será paga no dia 19 de outubro e a segunda parcela, no dia 21 de
10 novembro. O Conselheiro MARCELO KNOBEL convida todos para alguns eventos que estão
11 sendo organizados pela PRG. No dia 28, haverá um fórum sobre Novas Mídias e o Ensino
12 Superior, no Centro de Convenções. No dia 4 de outubro, na sala CB-05, haverá mais uma
13 Aula Magistral organizada pela PRG, desta vez com a professora Débora Cristina Jeffrey, da
14 Faculdade de Educação, que falará sobre “Os Ciclos e a Progressão Escolar: uma análise de
15 suas implicações no espaço escolar”. Ressalta que a professora Débora foi, recentemente,
16 agraciada com o Prêmio Bunge, na categoria Juventude, na área de Avaliação Educacional.
17 No dia 10 de outubro, no CB-05, será realizado o evento *Conversando sobre a Graduação*,
18 com a presença internacional do professor John Robin Boulet, da Filadélfia, que é vice-
19 presidente associado de Pesquisa e Dados da Foundation for Advancement of International
20 Medical Education and Research – Faimer. Ele ministrará a palestra “Até que ponto a
21 avaliação na graduação pode predizer o bom desempenho profissional do egresso?”. Informa
22 também que foi distribuído material com todas as informações sobre o vestibular da Unicamp
23 até 2012, e o número de inscritos para o vestibular 2013 impressionou a todos. Novamente
24 bateram o recorde de inscritos, 67 mil; estão estudando esse crescimento. Em 2009, quando
25 iniciou seu trabalho na Pró-Reitoria de Graduação, o número de candidatos era pouco maior
26 que 45 mil. Então, há algum fenômeno ocorrendo. Acredita que a USP esteja passando por
27 uma tendência similar; ainda não conhecem os dados da Unesp, mas, realmente, algo
28 importante está acontecendo. A Unicamp tem o vestibular mais concorrido do Brasil em
29 termos de relação candidatos/vagas. Todos os dados da Comvest com relação a 2013 estão
30 disponíveis no *site* da comissão. Vai solicitar que seja distribuído junto com o material do
31 vestibular um estudo preparado pelo professor José Geraldo sobre os novos cursos da FT
32 aprovados recentemente, que tiveram evolução. Esses dados são bem interessantes e mostram,
33 realmente, o acerto do Consu em ter respondido a uma preocupação importante daquela
34 Faculdade. O estudo que será distribuído trará mais detalhes sobre a evolução da relação
35 candidato/vaga na FT e o que ocorreu este ano com os cursos aprovados. No novo curso de
36 Engenharia Ambiental, a média era de 3 candidatos por vaga e, atualmente, chegou a 13,9; na
37 área de Construção Civil, a média era também de 3 candidatos por vaga e chegou a 6,3; na
38 área de Telecomunicações flutuava muito, porque era uma média muito pequena de
39 candidatos por vaga, então, um ano a relação candidato/vaga era baixa, no outro ano, todos os
40 treineiros iam para esse curso, então, flutuava entre 2 e 6 – pode-se dizer que a linha de base

1 era em torno de 1,5 candidatos/vaga e agora foi para 3,4; e o curso novo de Informática foi
2 para 6 candidatos por vaga. Então, a média para os cursos na FT, de maneira geral, aumentou
3 de 4 candidatos por vaga para 6,1, um resultado considerado excelente se levarem em conta o
4 pouquíssimo tempo que houve entre a aprovação do curso, a divulgação e o período de
5 inscrição no vestibular. Em seguida, passa a comentar alguns assuntos mencionados pelos
6 conselheiros. Diz que, assim como o professor Guilherme, foi aluno do professor Ary e pode
7 também atestar a excelente qualidade do seu trabalho em sala de aula. No que se refere ao
8 processo desse prêmio, a ideia de um prêmio é sempre valorizar os bons professores e a sua
9 dedicação à graduação; e, naturalmente, quando isso acontece, ocorre uma disputa. O edital
10 do prêmio prevê que cada unidade deve enviar três candidatos para a Pró-Reitoria de
11 Graduação, que formará uma banca para julgar; a ideia de ter três candidatos é justamente
12 permitir essa discussão, e não ter apenas um já previamente escolhido pela unidade.
13 Entretanto, muitas unidades solicitaram enviar mais de três nomes, porque não queriam ter o
14 ônus da decisão interna – algumas queriam enviar cinco, dez e até 12 nomes, para que a
15 decisão fosse tomada pela Pró-Reitoria de Graduação. A PRG, no entanto, não aceitou essa
16 demanda de nenhuma unidade; seguirá o edital, que limita a três indicações por unidade, e
17 está montando a comissão examinadora que se reunirá dia 27. Como esta é a primeira edição,
18 eventualmente poderão ocorrer problemas. Lamenta que um prêmio como esse, cujo conceito
19 é valorizar o ensino na graduação, tenha a consequência de gerar uma disputa tão complicada
20 em alguns locais. Naturalmente, no caso em particular do professor Ary, do Imecc, seguirão o
21 processo, e acredita que ele entrará com esse recurso, ou seja, já tiveram, hoje, uma prévia do
22 que acontecerá. Terão ainda de fazer o julgamento dos três nomes que foram enviados pelo
23 Imecc, oficialmente, porque ainda não foi feito. Então, o processo ainda não foi concluído, e
24 acredita que neste meio tempo será analisado o recurso do professor Ary, que não teve o nome
25 entre os três que foram enviados para a PRG. Acha precipitado fazerem essa discussão agora,
26 pois ela certamente ocorrerá mais tarde. Respondendo ao conselheiro Felipe, informa que em
27 relação ao GT sobre moradia para Limeira e Piracicaba, passou essa atribuição ao professor
28 Leandro Medrano; na última reunião da CCG, na quinta-feira passada, foi também cobrado
29 pela representação discente e imediatamente, durante a própria reunião, enviou *e-mail* para o
30 professor Leandro, que respondeu que está compondo o grupo. Com relação à solicitação do
31 professor Celso Arruda, trazida pelo professor Milanez, sobre as assinaturas, é um problema
32 complicado e delicado. Já tinha conhecimento dessa demanda, inclusive marcou uma reunião
33 com ele que teve de ser cancelada. Acredita que existam maneiras de controlar essa questão
34 de uma forma mais adequada, mas de maneira geral na Unicamp essa é uma responsabilidade
35 do docente que está trabalhando com a turma. Há várias maneiras de fazer, vários docentes
36 têm estratégias para conferir a questão das assinaturas. Em relação à fala do conselheiro Alan,
37 que comentou sobre a internacionalização e sobre a questão do CEL, são assuntos que estão
38 na agenda, que estão sendo discutidos, mas o problema essencial sempre é a infraestrutura. Já
39 existem planos para um novo prédio do CEL, o recurso está alocado há algum tempo e já
40 existe o projeto para iniciar a ampliação do prédio. Naturalmente a CVD tem discutido com

1 frequência a reposição dos professores e vem contratando novos docentes para o Centro de
2 Ensino de Línguas. Mas também estão estudando outras ideias. Como o conselheiro Alan
3 mencionou, existe possibilidade de algumas disciplinas serem ministradas em inglês,
4 eventualmente contratarem outros tipos de serviços etc. Então, essa é uma preocupação
5 importante da Administração. Respondendo ao professor Geromel, acha que vale a pena
6 esclarecer um pouco a proposta. Ele é, particularmente, simpático à ideia, mas há
7 procedimentos formais que têm de ser cumpridos. Existe uma subcomissão de regimento da
8 CCG, para onde encaminhou a proposta para ser discutida. A proposição dos estudantes é que
9 o Coeficiente de Rendimento Padronizado – CRP seja calculado de uma maneira diferente.
10 Hoje é calculado a partir da nota de todos os estudantes da turma; pega-se o CR de cada um e
11 ele é padronizado em relação à sua turma. Os alunos propõem que se pegue turma por turma e
12 se calcule um coeficiente relativo por turma, em primeiro lugar, e depois se faça a média
13 ponderada das turmas de que os estudantes participaram. Acha a ideia boa. Discutiram
14 diversos casos, porque o que acaba acontecendo é que existem professores menos exigentes e
15 outros mais, e as notas então ficam dependendo muito do professor que ministra a disciplina.
16 O problema é que, da maneira que foi proposto, não há uma solução direta quando há muitas
17 notas iguais em uma turma. Não basta que a turma tenha todas as notas iguais. Por exemplo,
18 em uma turma de Cálculo ou de Física, que tem tipicamente cem estudantes, se há vinte ou
19 trinta com nota 8, com nota 7,5, com nota 9, todos esses ficam exatamente na mesma posição.
20 E o argumento da subcomissão é que a probabilidade não é tão baixa de que isso ocorra em
21 duas ou três turmas diferentes. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL observa que se
22 todos estão com a mesma nota, em relação àquela turma eles são absolutamente iguais. É isso
23 mesmo; está correto. O Conselheiro MARCELO KNOBEL diz que nesse caso não é possível
24 calcular o CRP. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL discorda, e diz que é possível.
25 O Conselheiro MARCELO KNOBEL diz que, de qualquer forma, esse foi o argumento da
26 subcomissão, que entendeu que não era possível, porque se teria de eliminar certas turmas
27 onde esses casos acontecem, mas naturalmente podem seguir os processos normais da
28 Universidade. Podem receber perfeitamente o contra-argumento explicando e fazendo
29 simulações, e darão continuidade à discussão. Finalmente, comenta a questão levantada pelas
30 representantes discentes Diana e Isabela, sobre o Paais. Observa que em nenhum momento foi
31 citado o ProFIS, lembrando que a representação discente foi contra o Programa durante sua
32 discussão, aprovado por ampla maioria desta Casa. Isso já estava previsto no próprio projeto
33 do ProFIS. Possuem clara consciência das limitações do Paais, que tem a sua finalidade
34 específica, tendo sido muito discutido. E, aliás, faz um reparo à fala da conselheira Diana, em
35 particular, pois não foi a Reitoria que instituiu o Paais, foi o Consu, onde o projeto foi
36 discutido e aprovado. O ProFIS, no seu projeto, tem exatamente essa discussão, que o Paais
37 não consegue responder a todas as demandas e a todas as questões que aparecem, porque o
38 vestibular da Unicamp é extremamente seletivo, tendo 67 mil inscritos para 2013. Precisam de
39 alguma ação. Foi proposto um projeto piloto, que está funcionando muito bem, que é o
40 ProFIS. Todos viram a apresentação do Programa feita aqui pelo professor Francisco, e tanto

1 no perfil socioeconômico como no perfil racial o ProFIS atende de maneira muito melhor do
2 que propriamente as cotas, mantendo a questão do mérito em sua essência. Então, acha
3 curioso que nessa discussão toda o ProFIS, que é considerado um programa modelo nas
4 universidades públicas, inclusive no exterior, seja sequer citado. Informa também que está
5 acompanhando todo esse debate, e participou, juntamente com o professor Maurício Kleinke,
6 de uma audiência pública realizada na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo para
7 discussão de vários projetos de lei. Nesta semana está havendo uma discussão, com os pró-
8 reitores de graduação, nas Secretarias de Estado, e têm colocado essa questão em debate.
9 Todos sabem que a Unicamp possui um grupo de estudos em ensino superior no âmbito do
10 Centro de Estudos Avançados; inclusive hoje foi distribuída a revista produzida por ele. E
11 estão ocorrendo seminários, discussões, debates; em particular, convidou a todos, aqui, no
12 mês de agosto, para a palestra da professora Teboho Moja, da África do Sul. Ela foi assessora
13 do presidente Nelson Mandela, realizou a reforma educacional do ensino superior na África
14 do Sul, mas não apareceu ninguém para discutir, para conversar, para ouvir as opiniões de
15 uma pessoa tão importante nessa área. Pergunta onde estava o coletivo de discussão das cotas
16 etc. Portanto, o debate está acontecendo, mas ele pode ser construído de maneira conjunta,
17 democrática, com a participação de todos. Acredita que é uma necessidade da Universidade
18 discutir essas questões, e a Unicamp está participando desse debate, do qual não há como nem
19 por que fugir. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL solicita ao professor Marcelo, em
20 razão da importância da proposta dos alunos de Engenharia de Computação em relação à
21 questão do coeficiente, que a discussão tivesse continuidade, e coloca-se desde já, tem certeza
22 que também em nome do professor Akebo Yamakami, da Feec, para que possam discutir
23 esses aspectos com a subcomissão. O Conselheiro MARCELO KNOBEL informa que então o
24 professor Akebo deve ressubmeter a proposta e ele solicitará que a subcomissão convide os
25 professores para discussão, apenas como meio de formalizar o histórico. Diz que fará também
26 a solicitação de que o centro acadêmico, que elaborou a proposta, possa participar da
27 discussão, como sugeriu o acadêmico Alan. O MAGNÍFICO REITOR, reiterando o que o
28 disse o professor Marcelo Knobel, afirma que existe no âmbito do Cruesp uma comissão
29 estudando políticas de acesso à universidade, ação afirmativa ou outras políticas, e existem
30 também, no governo do Estado, juntamente com as universidades, propostas para serem
31 discutidas. Esse assunto está em desenvolvimento. O Conselheiro EDGAR SALVADORI DE
32 DECCA lembra aos diretores que o encerramento do prazo para o envio das propostas de
33 contratação de novos docentes é dia 28 de setembro. Solicita então que todas as unidades que
34 já tenham feito sua demanda que a enderecem à CVD o mais breve possível. O prazo para
35 apresentação de propostas no que se refere a concursos de professor titular foi estendido, e a
36 data-limite também é 28 de setembro. Para reiterar as informações fornecidas pelo professor
37 Pilli, diz que já estão na página da CGU todas as instruções necessárias para a elaboração do
38 projeto de CT-Infra 2012. Como o professor Pilli já mencionou, a data desse edital de
39 divulgação acontece no final do mês de dezembro, praticamente às vésperas do Natal, e tem
40 sido comum que professores individualmente leiam a chamada da Finep e acreditem que

1 possam endereçar propostas individualmente à demanda de cada ano. E para que isso não
2 ocorra, uma vez que a proposta é elaborada dentro da Copei, solicita que todos os diretores de
3 unidade deem a maior divulgação possível à chamada do CT-Infra. Informa também que no
4 dia 26 de outubro será oferecido o curso “Método lógico para escrita científica”, dando
5 continuidade a um conjunto de iniciativas do Espaço da Escrita, que este ano já promoveu
6 cinco *workshops* e cursos para escrita científica, seja em inglês, seja em língua portuguesa.
7 Este próximo evento provavelmente será o último deste ano, e é voltado a docentes,
8 estudantes de pós-graduação, e a quem mais tiver interesse; as inscrições podem ser feitas na
9 página do Espaço da Escrita. O MAGNÍFICO REITOR diz que acredita que todos os
10 questionamentos feitos pelos conselheiros durante o Expediente foram respondidos, e ele se
11 aterá a responder às ponderações da professora Nádia sobre processos que resultaram em
12 punições de servidores ou docentes da Unicamp, inclusive porque ela afirma que isso atinge
13 as instituições, neste caso, Cofil e Pagu. A consideração geral é que uma das funções do
14 professor que está no exercício do cargo de Reitor, pelos Estatutos, é a decisão final sobre
15 processos disciplinares que são analisados por comissões de sindicância, por Comissão
16 Permanente Processante – CPP. A decisão final, portanto, sempre foi da Reitoria, e é tomada
17 com base nos critérios mais serenos e ponderados possíveis, e sempre no intuito de proteger a
18 Instituição, porque não existe punição para instituição ou para órgãos, é sempre julgada a
19 pessoa individual do docente, ou do servidor, ou do aluno. Muitas vezes os recursos vêm para
20 discussão neste Conselho Universitário. Essa função do Reitor é uma das mais complexas, e
21 demanda apreciação cuidadosa e pertinente, levando em conta todos os aspectos envolvidos.
22 Como o caso foi mencionado nominalmente pela professora Nádia, sente-se obrigado a relatar
23 o que aconteceu. Em relação ao Colégio Técnico de Limeira, não houve nenhuma
24 participação direta da Reitoria, ou de órgãos da Reitoria, no desenrolar de todos os aspectos; o
25 processo foi encaminhado à Reitoria em fase de finalização. Houve um concurso para
26 contratação de professores no Cofil em que um dos candidatos entrou com recurso e
27 posteriormente com recurso judicial contra o concurso. A Unicamp, portanto, foi
28 judicialmente acionada em razão desse concurso, e um dos membros da banca, contrariando a
29 orientação da Procuradoria Geral, fez sua defesa de forma individual, com advogado próprio,
30 e não através da Universidade, o que acarretou na condenação dos membros da banca e em
31 uma citação da Universidade, sentença essa tramitada em julgado, quer dizer, definitiva.
32 Diante disso, houve a necessidade de se criar uma comissão de sindicância. Ela sempre é
33 indicada por membros do corpo docente, extremamente respeitados, que gozam da confiança
34 dos dirigentes e dos seus pares. Nesse caso, a comissão de sindicância era composta por
35 membros e ex-membros desta Casa. Não lerá pormenores, mas acredita que o Conselho
36 Universitário tenha o direito de saber a conclusão. A comissão de sindicância que analisou o
37 que aconteceu no Cofil diz que o presidente da banca, José Vilmar Simoneti transgrediu
38 artigos que estabelecem faltas graves, caracterizando-se por afetar o decoro, o prestígio e o
39 bom andamento dos trabalhos, ou por causar embaraços aos fins que a Universidade se
40 propõe. A comissão de sindicância também concluiu que o professor Paulo Sérgio Saran

1 transgrediu artigos que estabelecem faltas gravíssimas, que se caracterizam por causarem
2 prejuízo à Universidade, ao Estado, mediante ação ou omissão culposas ou dolosas do
3 servidor, constituam elas ou não ilícito penal. Essa foi a conclusão da comissão de
4 sindicância. Diante dessa decisão, o procedimento foi encaminhar o caso para a Comissão
5 Permanente Processante, onde os servidores ou os docentes têm todo o direito de defesa,
6 podem ter advogado, têm direito ao contraditório, tendo também um procurador e dois
7 docentes que analisam novamente o processo. Isso foi analisado pela CPP, que concluiu o
8 seguinte: “Isto posto, esta Comissão Permanente Processante entende que a conduta do
9 professor Paulo Sérgio Saran, de ter agido em contrariedade às orientações da Procuradoria
10 Geral, e não conceder para o candidato Carlos Roberto de Oliveira as cópias do processo, ter
11 agido em desconformidade com as disposições do edital do processo de seleção pública e não
12 dar ao recurso administrativo do candidato Carlos Roberto o encaminhamento devido às
13 instâncias competentes da Universidade, e ainda ter agido em contrariedade às orientações da
14 Procuradoria Geral e permitir que o professor José Vilmar Simoneti apresentasse ao mandado
15 de segurança impetrado por Carlos Roberto de Oliveira defesa individual elaborada por
16 assessoria jurídica externa à Universidade, constitui falta disciplinar de natureza gravíssima.
17 Diante do exposto, a CPP decide pela aplicação de penalidade de trinta dias ao professor
18 Saran”. Essa é a decisão da CPP. A PG verificou que o professor Saran já passou por outras
19 três CPPs. Em um dos casos, o processo foi arquivado porque houve decorrência de prazo; na
20 segunda vez, a CPP propôs trinta dias, mas como o professor Saran não tinha outra
21 penalidade, esse período foi reduzido pela Reitoria para 15 dias. Em outra comissão de
22 sindicância, houve uma proposta também de advertência, mas como não havia evidências, ela
23 não foi efetivada. E, agora, essa proposta de trinta dias, que foi aplicada ao professor Saran. É
24 a segunda punição de suspensão, com recomendação da CPP. O professor Saran certamente
25 tem todo o direito de recorrer, fez um recurso que foi analisado pela Procuradoria Geral e pela
26 Reitoria. Diz que essas decisões não são fáceis de serem tomadas, mas elas são sempre em
27 defesa da Instituição, tendo em vista que a ação judicial já foi realizada e inclui a Unicamp. A
28 sentença do juiz é muito explícita, ela afirma que a responsabilidade maior é do diretor: “A
29 responsabilidade maior do diretor do Colégio Técnico fora em homologar esse absurdo ao
30 proclamar como vencedora Letícia Zaros; e, depois, em ofensa à legalidade e desrespeito ao
31 parecer da Procuradoria Geral da Universidade Estadual de Campinas, de não permitir vistas
32 ao candidato Carlos Roberto, e ainda privá-lo da análise do recurso administrativo que
33 preparara e encaminhara a essa comissão; diante disso, pela concorrência com homologação
34 do malsinado concurso e depois de não respeitar a lei ao não permitir vistas ou apreciação do
35 recurso, deve Paulo Sérgio Saran ser responsabilizado, porque enquanto superior hierárquico
36 dessa unidade tinha o poder e dever de tutelar todos os atos administrativos com a devida
37 correção e respeito à legalidade proclamada pelo *caput* do artigo 37 da Constituição Federal.
38 Mas não. Uma vez anulado o concurso, Paulo Sérgio Saran se apressou em seguir com a
39 marcação de novas datas para as provas, desconsiderando o parecer da Procuradoria Geral de
40 que as pendências deveriam ser analisadas, destacando os requerimentos feitos pelo candidato

1 reprovado. Paulo Sérgio Saran, enquanto diretor do Colégio Técnico, que homologou essa
2 aberração, gerando posterior anulação e prejuízos ao erário, sem falar nas demais atitudes
3 ilegais em obstar vistas ao candidato Carlos Roberto, ou apreciação do recurso, marcando
4 novas provas, que acabaram sendo objeto de mandado de segurança apreciado por este Juízo
5 com anulação total até que fosse dado o deslinde de tais pleitos. Ante o exposto, por tudo que
6 dos autos consta, julgo procedente a ação para aplicar ao requerido Paulo Sérgio Saran, José
7 Vilmar Simoneti, e os outros membros da banca, multa em uma vez o salário que percebem
8 como servidores públicos a ser revertido ao Fundo de Interesses Difusos e Coletivos”. Isso
9 significa que tanto o processo administrativo quanto o processo legal foram finalizados.
10 Diante disso, não havia outra conduta à Administração senão aplicar a penalidade sugerida.
11 Então, não foi ofensa ao Colégio Técnico, nem aos órgãos da Universidade. Foi tudo feito de
12 acordo com a norma institucional. Outro caso a que a professora Nádia se refere é o do
13 Núcleo de Estudo de Gênero – Pagu, no qual um servidor realizou um procedimento
14 administrativo em que, basicamente, toda a tramitação de um convênio que envolvia gastos,
15 pagamentos de pessoas etc., foi feito na unidade, não foi aprovado em nenhum outro órgão
16 colegiado, e foi assinado pela coordenadora da unidade. Da mesma forma, isso não é decisão
17 nem conclusão da Reitoria. Houve um parecer da comissão de sindicância, o qual passa a ler:
18 “Outrossim, diante do contido nos autos, a Comissão Processante Permanente II entende que
19 o indiciado não observou as normas da Universidade relativas à celebração de convênios, em
20 especial a Resolução GR-59/2006, deixando de submeter o instrumento do convênio à
21 apreciação das instâncias competentes da Universidade e, ainda, contribuindo para que o
22 referido instrumento fosse assinado pela coordenadora do Pagu à época, que não tem
23 competência para tal”. Assinar convênios é uma atribuição que cabe apenas ao Reitor. Diz
24 que lerá apenas mais alguns outros dados, que considera importantes para a compreensão do
25 caso: “Perguntado pela CPP por que não seguiu as recomendações da Procuradoria Geral, o
26 servidor responde ao declarante que ele, servidor, tem entendimento diferente da PG e,
27 portanto, não segue. Diante de todo o exposto, a Comissão Processante Permanente entende
28 que o indiciado agiu com negligência nas atividades relativas à formalização e tramitação do
29 convênio celebrado inadvertidamente pela professora coordenadora, bem como agiu com
30 negligência na administração dos seus respectivos recursos ao realizar contratações de
31 serviços sem observância das Leis 4.320/1964, 866/1993 e sem prévia alocação de recursos e
32 formalização de despesas, que tem consequências graves no Tribunal de Contas para a
33 Universidade. Entende ainda que o indiciado cometeu falta grave, passível de punição, nos
34 termos do Artigo 167 do Esunicamp. Conclusão. Diante de tudo que consta nos autos, entende
35 esta comissão que o indiciado deu causa ao oferecimento da denúncia por ter infringido as
36 disposições contidas nos incisos I, II, III e IV do Artigo 163, enquadrando-se, portanto, na
37 disposição do Artigo 165, por prática de infração grave, todos do Esunicamp. Desta forma, a
38 CPP sugere a aplicação da pena de 15 dias de suspensão. É o relatório que encaminhamos
39 para a Procuradoria Geral e Reitoria”. A Procuradoria Geral analisou e concluiu que todos os
40 aspectos formais estavam cumpridos. O levantamento das atividades desse servidor mostra

1 que durante toda a sua vida funcional na Unicamp, durante 38 anos, ele não apresentou
2 nenhum outro apontamento. Ele desenvolveu suas funções com regularidade e sem nenhuma
3 conclusão que o desabonasse perante seus superiores. Diante disso, embora a CPP tivesse
4 apontado 15 dias de suspensão, após análise do parecer da PG, a Reitoria optou por três dias
5 de suspensão. E foi isso que foi aplicado, tendo em vista que as faltas foram todas
6 devidamente comprovadas, e não haveria como não adotar essa medida. É óbvio que isso
7 varia de pessoa para pessoa, análise para análise, mas cabe recurso judicial, no entanto reitera
8 que isso é feito em defesa da Universidade. No caso em questão, foram descumpridas regras
9 básicas que o servidor responsável em qualquer unidade deve conhecer. Certamente ninguém
10 nunca viu um convênio ser assinado sem que passasse em nenhuma instância da
11 Universidade, utilizando o recurso e colocando em risco a pessoa que o assinou.
12 Aparentemente não houve má-fé, nada doloso, mas os dados são de sindicância e da CPP. Diz
13 que toda semana existe uma decisão desse tipo a cargo da Administração, que tem de fazer
14 com a maior seriedade e com a maior isonomia possível, com base na análise dos pares, tendo
15 em vista que em casos envolvendo servidores a CPP é composta por servidores. Em seguida,
16 passa aos comunicados referentes a premiações. Parabeniza os alunos do Instituto de Biologia
17 que conquistaram prêmios no Congresso Brasileiro de Genética, realizado de 11 a 14 de
18 setembro, em Foz do Iguaçu. Os premiados são: Stenio Eder Vittorazzi, orientando da
19 professora Shirlei Maria Recco-Pimentel, contemplado com o *Prêmio Milton Krieger*, cujo
20 trabalho teve a coautoria de Luciana Lourenço. Outro premiado é Gustavo Mori, orientando
21 da professora Anete Pereira de Souza, contemplado com o *Prêmio Paulo Sodero Martins*,
22 cujo trabalho também foi assinado por Maria Imaculada Zucchi e Maria Iracilda C. Sampaio.
23 Outro premiado é Luiz Eduardo Vieira Del Bem, orientando do professor Michel Vincentz,
24 que recebeu prêmio de melhor pôster, tendo Renato Vicentini como coautor. Ludimila Dias
25 Almeida, orientanda do professor Gonçalo Pereira, recebeu o *Prêmio Iniciação Científica* –
26 categoria oral, em coautoria com Joan Grande Barau. Paula Favoretti Vital do Prado, também
27 orientanda do professor Gonçalo Pereira, recebeu o *Prêmio Iniciação Científica* – categoria
28 pôster, em coautoria com Paulo José Pereira Lima Teixeira, Daniela de Paula Toledo
29 Thomazella, Juliana Oliveira, Alline Batista Ambrósio e Samuel Matos Dias Oliveira.
30 Congratula também os sete alunos do Cotuca que foram premiados na Olimpíada Brasileira de
31 Matemática de Escolas Públicas. São eles: Cesar Nobuo Moniwa Ishiuchi, Danilo Saito
32 Nogueira, Iuri Felipe Mandello, José Carlos Cieni Júnior, Vitor Garcia Santos, Vitor Rett de
33 Moraes e Vitor Augusto Petaccia Dias. Em seguida, propõe o encaminhamento de votos de
34 pesar à família do professor Geraldo Lesbat Cavagnari Filho, que faleceu no dia 13 de
35 setembro. Ele foi fundador e coordenador do Núcleo de Estudos Estratégicos. Em seguida,
36 informa que consta do Expediente a necessidade de indicação de membros para a composição
37 de quatro comissões. Farão isso após o almoço. As comissões são as seguintes: Comissão de
38 Planejamento Estratégico Institucional – Copei – Indicação de Membros - 01) Proc. nº 01-P-
39 25640/01 - Indicação de 03 representantes dentre os dirigentes da Área da Saúde para compor
40 a Copei para cumprimento de mandato de 01 ano, conforme inciso VIII do artigo 2º da

1 Deliberação CONSU-A-15/01. Comissão de Vagas Docentes – CVD - Substituição de
2 Membros - 02) Proc. Nº 01-P-03969/99 - Indicação de representante da área de Tecnológicas,
3 como titular, em substituição ao Prof. Dr. Paulo Sérgio Franco Barbosa, a partir de 07.10.12,
4 conforme o disposto no artigo 5º da Deliberação Consu-A-01/99. Comissão de Vagas Não
5 Docentes – CVND - Substituição de Membros - 03) Proc. nº 01-P-03972/99 - Indicação de
6 representante da área de Humanas, como suplente, em substituição ao Prof. Dr. Fernando
7 Sarti, a partir de 30.11.12, conforme o disposto no artigo 5º da Deliberação Consu-A-01/99.
8 Comissão de Atividades Interdisciplinares – CAI/Consu – Indicação de Membros - 04) Proc.
9 nº 01-P-09046/87 - Indicação de dois Diretores de Unidades como representantes titulares, em
10 substituição aos Profs. Drs. Paulo Ferreira de Araújo (FEF) e Rodnei Bertazzoli (FEM), de
11 acordo com o artigo 1º, inciso IV da Deliberação Consu-A-04/01, alterada pela Consu-A-
12 07/06. Em seguida, coloca para ciência os demais itens do Expediente: RELATÓRIO DE
13 GRUPO DE TRABALHO – Programa de Ação Afirmativa para Inclusão Social – PAAIS -
14 05) Relatório do Grupo de Trabalho designado pela Resolução GR-102/05, com a finalidade
15 de analisar questões relativas à inclusão nos cursos de Graduação da UNICAMP – PAAIS
16 referente ao Vestibular Nacional – período 2005 a 2012. RELATÓRIO FINAL – Ciência -
17 06) PROC. Nº 02-P-21701/06 - em nome da FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS -
18 Relatório Final de Atividades - Partes: FUNCAMP e OPAS/OMS - Executores: Gastão
19 Wagner de Sousa Campos/FCM e Sérgio Resende Carvalho - Período: 06.10.2006 a
20 10.07.2008 - Resumo do Objeto: estabelecer a forma e as condições pelas quais a OPAS/OMS
21 e a Beneficiária irão cooperar para a execução de Curso de Especialização em Gestão de
22 Sistemas e Serviços de Saúde - Pareceres: CONEX; 07) PROC. Nº 27-P-04098/05 – em nome
23 do HOSPITAL DA MULHER “PROF. DR. JOSÉ ARISTODEMO PINOTTI” - Relatório
24 Final de Atividades - Partes: FUNCAMP, PNUD e ANVISA - Executores: Oswaldo da Rocha
25 Grassiotto/CAISM e Luis Augusto Michelin da Silva/CAISM - Período: janeiro/2005 a
26 dezembro/2007 - Resumo do Objeto: fortalecer a Rede de Hospitais-Sentinela, com a
27 qualificação do processo de trabalho e a melhoria na segurança dos processos e produtos,
28 gerando notificações de eventos adversos e queixas técnicas de produtos utilizados na atenção
29 à saúde - Pareceres: CONEX. Nada mais havendo a tratar no Expediente, passa à Ordem do
30 Dia, informando que a Mesa destaca os seguintes itens: 1 – Proc. nº 01-P-28791/11 –, que
31 trata de alterações dos Estatutos e Regimento Geral; 2 – Proc. nº 01-E-25887/10 –, também
32 referente a alterações dos Estatutos e Regimento Geral; 3 – Proc. nº 01-P-23652/12 –, que
33 trata da minuta de deliberação que fixa normas e calendários para a consulta à comunidade
34 para escolha do Reitor; 4 – Proc. nº 08-P-23998/11 –, que trata de recurso do IFGW ao
35 Consu; 5 – Proc. nº 01-P-23202/12 –, que trata da eleição da Representação Discente da
36 Graduação e 20 – Proc. nº 01-P-14482/12 –, em nome do Cepetro. Solicita outros destaques.
37 O Conselheiro SÉRGIO LUIZ MONTEIRO SALLES FILHO destaca o item 10 – Proc. nº 01-
38 P-22890/08 –, em nome da FCA. O Conselheiro JORGE MEGID NETO destaca o item 8 –
39 Proc. nº 01-P-17041/08 –, que trata do Programa de Auxílio-Alimentação. O Conselheiro
40 JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL destaca o item 9 – Proc. nº 36-P-05482/11 –, em nome da

1 FCA. A Conselheira NÁDIA FARAGE destaca, em bloco, os itens 62 a 67, 79 a 81, 84, 91 e
2 92, que tratam de Convênios, Contratos e Termos Aditivos, para registro de abstenção. Não
3 havendo mais destaques, o MAGNÍFICO REITOR submete à votação os demais itens da
4 Ordem do Dia, sendo aprovados por unanimidade os assuntos dos seguintes processos:
5 ORDEM DO DIA - E - MINUTA DE DELIBERAÇÃO CONSU - 06) PROC. Nº 01-P-
6 24138/12 - Minuta de Deliberação CONSU que dispõe sobre o processo de certificação e a
7 administração do quadro de pessoal técnico e administrativo da Universidade. F - CPDI –
8 COMISSÃO PERMANENTE DE DEDICAÇÃO INTEGRAL À DOCÊNCIA E À
9 PESQUISA - Indicação de membros, nos termos dos Artigos 190 e 260 do Regimento Geral –
10 Aprovada - 07) PROC. Nº 01-P-00605/68 - Indicação de representantes titulares e suplentes
11 das áreas de Biológicas e Exatas, com mandato de 03.10.12 a 02.10.14 – Ofício SG-257/12:
12 da área de Biológicas - Profa. Dra. Anete Pereira de Souza, como titular, e Prof. Dr. Gustavo
13 Luis Gutierrez, como suplente; da área de Exatas - Profa. Dra. Nancy Lopes Garcia, como
14 titular, e Profa. Dra. Jacinta Enzweiler, como suplente. J - ORÇAMENTO 2012 – Segunda
15 Revisão - Pareceres exarados pela Comissão de Orçamento e Patrimônio e Câmara de
16 Administração - 11) PROC. Nº 01-P-27568/11 - Orçamento 2012 - Segunda Revisão -
17 Demonstrativo Receita/Despesa – Pareceres COP-CONSU-05/12 e CAD-51/12. K - PÓS-
18 GRADUAÇÃO – Áreas de Concentração – Alterações – Parecer Exarado pela Câmara de
19 Ensino, Pesquisa e Extensão - 12) PROC. Nº 28-P-15941/12 – em nome da FACULDADE
20 DE ENGENHARIA AGRÍCOLA – Proposta de alteração e/ou inclusão de linhas de pesquisa
21 e a alteração da área de concentração “Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável”
22 que passa a ser denominada: “Gestão de Sistemas na Agricultura e Desenvolvimento Rural”,
23 no Programa de Pós Graduação da Faculdade de Engenharia Agrícola, em nível de Mestrado e
24 Doutorado – Parecer CEPE-299/12. L -DOAÇÃO – Aprovado – Parecer exarado pela
25 Procuradoria Geral - 13) PROC. Nº 06-P-17343/12 – em nome da FACULDADE DE
26 ODONTOLOGIA DE PIRACICABA - – Termo de Doação com encargos de 42 mini equipos
27 portáteis pela União, por intermédio do Ministério da Saúde, para o fim de qualificação
28 profissional na área da saúde pelo Programa de Reorientação da Formação Profissional em
29 Saúde – PRÓ-SAÚDE - Parecer PG-2671/12 – *ad referendum* da Congregação em 05.09.12.
30 M - CONGREGAÇÕES – Pareceres exarados pela Procuradoria Geral - 14) PROC. Nº 05-P-
31 15146/99 – em nome da FACULDADE DE ENGENHARIA CIVIL, ARQUITETURA E
32 URBANISMO - Ata de eleição dos representantes docentes – Homologada em 23.08.12 -
33 Parecer PG-3616/12; 15) PROC. Nº 03-P-21160/97 – em nome da FACULDADE DE
34 ENGENHARIA MECÂNICA - Ata de eleição dos representantes discentes – Homologada
35 pela Congregação em 03.09.12 – Parecer PG-3615/12; 16) PROC. Nº 23-P-15899/95 – em
36 nome da FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA - Ata de eleição dos representantes
37 docentes – Homologada em 30.08.12 – Parecer PG-3526/12; 17) PROC. Nº 09-P-19132/98 –
38 em nome do INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – Ata de eleição dos
39 representantes dos servidores técnicos-administrativos – Homologada pela Congregação em
40 29.08.12 – Parecer PG-3523/12; 18) PROC. Nº 08-P-14836/01 – em nome do INSTITUTO

1 DE FÍSICA - Resultado das eleições dos representantes docentes e servidores técnico-
2 administrativos - Homologada pela Congregação em 10.07.12 - Parecer PG-3455/12. N -
3 ÁREA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – Abertura - Pareceres exarados pela Câmara de
4 Administração - 19) PROC. Nº 06-P-23745/11 – em nome da FACULDADE DE
5 ODONTOLOGIA DE PIRACICABA - Área de Prestação de Serviços de pequena monta
6 intitulada: Prótese Parcial Removível, junto ao Depto. de Prótese e Periodontia, cujo objetivo
7 é prestar serviços de assessoria técnico-científica e atendimento de pacientes que necessitam
8 de trabalhos que envolvam próteses odontológicas, próteses buco maxilo facial e de aparelhos
9 para a desocclusão e para ronco e apneia - Aprovada pela Congregação em 07.12.11 – Parecer
10 CAD-45/12. CONVÊNIOS, CONTRATOS E TERMOS ADITIVOS - b) Em Vigência: 21)
11 PROC. Nº 01-P-28653/09 – em nome de CENTRO DE BIOLOGIA MOLECULAR E
12 ENGENHARIA GENÉTICA - 1) Termo de Cooperação - Partes: UNICAMP, PETROBRAS,
13 Universidade Federal do Ceará e Universidade Federal do Rio de Janeiro –
14 UFRJ/COPPETEC - Executores: Márcio José da Silva/CBMEG e Sandra Luzia
15 Scarano/CBMEG - Data de Assinatura: 22.12.09 - Vigência: 730 dias - Recursos:
16 R\$2.460.841,12 - Resumo do Objeto: união de esforços dos partícipes para o
17 desenvolvimento do Projeto de P&D intitulado “MAPINDIESEL – Proteômica de Espécies
18 Oleaginosas para Melhoramento da Produção de Biodiesel”; 2) Aditivo nº 02 - Data de
19 Assinatura: 20.12.11 - Vigência: 365 dias - Resumo do Objeto: prorrogar o prazo do Termo
20 de Cooperação acima por mais 365 dias, a partir de 06.01.12, passando seu término para
21 05.01.13 - Parecer: CEPE-265/12; 22) PROC. Nº 01-P-24347/11 – em nome do CENTRO DE
22 PESQUISAS METEOROLÓGICAS E CLIMÁTICAS APLICADAS À AGRICULTURA -
23 1) Contrato - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e Ministério das Relações Exteriores do Reino
24 Unido por meio do seu 1º Secretário para Assuntos Econômicos da Embaixada Britânica em
25 Brasília - Executores: Hilton Silveira Pinto/CEPAGRI e Ana Maria Heuminski de
26 Ávila/CEPAGRI - Data de Assinatura: 13.10.11 - Vigência: até 31.03.12 - Recursos: £ 78,175
27 - Resumo do Objeto: implementação do projeto intitulado: “Contabilidade e Monitoramento
28 das Emissões de Carbono da Agricultura (PPY BRA 1015)”; 2) Termo Aditivo - Data de
29 Assinatura: 1º.04.12 - Vigência: até 31.03.13 - Recursos: £ 86,965 - Resumo do Objeto:
30 prorrogar o prazo do Contrato acima mencionado até 31.03.13 - Parecer: CEPE-266/12; 23)
31 PROC. Nº 01-P-03734/09 – em nome do CENTRO DE ESTUDOS DE PETRÓLEO - Aditivo
32 03 - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e PETROBRAS - Executores: Rosângela Barros Zanoni
33 Lopes Moreno/FEM e Denis José Schiozer/FEM - Data de Assinatura: 19.04.12 - Resumo do
34 Objeto: dilatar o prazo por mais 365 dias, a partir de 22.04.12, passando o seu término para
35 22.04.13, do Termo de Cooperação nº 0050.0048281.08.9 que objetiva à união de esforços
36 dos Partícipes para o desenvolvimento do Projeto de P&D intitulado “Avaliação da Invasão
37 de Fluidos de Perfuração em Reservatórios de Óleo” - Parecer: CEPE-267/12; 24) PROC. Nº
38 01-P-25329/08 - em nome do CENTRO DE ESTUDOS DE PETRÓLEO - Aditivo 05 -
39 Partes: UNICAMP/FUNCAMP e PETROBRAS - Executores: Rubens Maciel Filho/FEQ e
40 Maria Regina Wolf Maciel/FEQ - Data de Assinatura: 06.05.12 - Resumo do Objeto: dilatar o

1 prazo de vigência do Termo de Cooperação por mais 365 dias, que visa à união de esforços
2 dos Partícipes para o desenvolvimento do Projeto de P&D intitulado “Estudos de
3 Desenvolvimento e Otimização do Processo de Destilador Molecular Aplicado à Purificação
4 de Biolubrificantes” - Parecer: CEPE-300/12; 25) PROC. Nº 01-P-25991/08 - em nome do
5 CENTRO DE ESTUDOS DE PETRÓLEO - Aditivo 04 - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e
6 PETROBRAS - Executores: Eugênio S. Rosa/FEM e Ricardo Augusto Mazza/FEM - Data de
7 Assinatura: 16.05.12 - Resumo do Objeto: prorrogar o prazo de vigência, por mais 240 dias
8 do Termo de Cooperação que visa à união de esforços dos Partícipes para o desenvolvimento
9 do Projeto de P&D intitulado “Transporte de Areia em Oleodutos e Gasodutos” - Parecer:
10 CEPE-301/12; 26) PROC. Nº 01-P-10764/12 - em nome do CENTRO DE ESTUDOS DE
11 PETRÓLEO - Termo de Cooperação - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e PETROBRAS -
12 Executores: Ricardo Augusto Mazza/FEM e Eugenio Spano Rosa/FEM - Data de Assinatura:
13 03.07.12 - Vigência: 365 dias - Recursos: R\$330.676,50 - Resumo do Objeto: participação da
14 PETROBRAS na implantação (ou melhoria) da infraestrutura para elaboração de projeto
15 executivo para a instalação de uma linha para determinação das características do Escoamento
16 Multifásico com CO₂ a Elevadas Pressões, nas instalações da UNIVERSIDADE ESTADUAL
17 DE CAMPINAS, visando à capacitação da UNIVERSIDADE para realização de
18 pesquisas/testes/estudos - Parecer: CEPE-338/12; 27) PROC. Nº 01-P-24584/11 – em nome
19 da COORDENADORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E INTERNACIONAIS -
20 Memorando de Entendimento - Partes: UNICAMP e Universidad de Talca, Chile -
21 Executores: Leandro Russovski Tessler/CORI e José Pissolato Filho/CORI - Data de
22 Assinatura: 19.03.12 - Vigência: indeterminada - Resumo do Objeto: intercâmbio de
23 estudantes e pessoal; participação conjunta em pesquisa, seminários e reuniões acadêmicas;
24 negociação de programas de docência, em particular nas áreas de interesse mútuo;
25 intercâmbio de publicações, materiais acadêmicos e outra informação; garantia da qualidade e
26 estudos comparativos conjuntos; e inovação em administração, gestão e transferência
27 tecnológica - Parecer: CEPE-269/12; 28) PROC. Nº 01-P-24585/11 - em nome da
28 COORDENADORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E INTERNACIONAIS - Termo
29 Aditivo nº 01 - Partes: UNICAMP e Universidad de Talca, Chile - Executores: Leandro
30 Russovski Tessler/CORI e José Pissolato Filho/CORI - Data de Assinatura: 19.03.12 -
31 Vigência: 05 anos - Resumo do Objeto: estabelecer um programa de intercâmbio de
32 estudantes, com o propósito de permitir aos estudantes regularmente matriculados em uma
33 universidade (de origem) fazerem cursos em outra universidade (hospedeira), com a
34 finalidade de cumprir parte dos créditos requeridos na universidade de origem - Parecer:
35 CEPE-270/12; 29) PROC. Nº 01-P-24586/11 - em nome da COORDENADORIA DE
36 RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E INTERNACIONAIS - Acordo de Cooperação - Partes:
37 UNICAMP e Limkokwing University of Creative Technology – Malásia - Executores:
38 Alberto Luiz Serpa/CORI e José Pissolato Filho/CORI - Data de Assinatura: 23.03.12 -
39 Vigência: 05 anos, após tramitação nas instâncias cabíveis e assinado pelos seus
40 representantes legais - Resumo do Objeto: estabelecer um programa de intercâmbio de

1 estudantes, com o propósito de permitir aos estudantes regularmente matriculados em uma
2 universidade (de origem), fazerem cursos em outra universidade (hospedeira), com a
3 finalidade de cumprir parte dos créditos requeridos na universidade de origem - Parecer:
4 CEPE-271/12; 30) PROC. Nº 01-P-25196/11 - em nome da COORDENADORIA DE
5 RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E INTERNACIONAIS - Acordo de Cooperação - Partes:
6 UNICAMP e Universidad Andina Del Cusco (Peru) - Executores: Leandro Russovski
7 Tessler/CORI e José Pissolato Filho/CORI - Data de Assinatura: 21.03.12 - Vigência: 05 anos
8 - Recursos: de acordo com a Cláusula Terceira - Resumo do Objeto: cooperação entre ambas
9 as instituições, em áreas de mútuo interesse, através de intercâmbio de docentes e
10 pesquisadores, implementação de projetos conjuntos de pesquisa, promoção de eventos
11 científicos e culturais, intercâmbio de informações e publicações acadêmicas e intercâmbio de
12 estudantes - Parecer: CEPE-272/12; 31) PROC. Nº 01-P-25198/11 - em nome da
13 COORDENADORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E INTERNACIONAIS - Termo
14 Aditivo nº 01 - Partes: UNICAMP e Universidad Andina Del Cusco (Peru) - Executores:
15 Leandro Russovski Tessler/CORI e José Pissolato Filho/CORI - Data de Assinatura: 21.03.12
16 - Vigência: 05 anos - Resumo do Objeto: estabelecer um programa de intercâmbio de
17 estudantes, com o propósito de permitir aos estudantes regularmente matriculados em uma
18 universidade (de origem) fazerem cursos em outra universidade (hospedeira), com a
19 finalidade de cumprir parte dos créditos requeridos na universidade de origem - Parecer:
20 CEPE-273/12; 32) PROC. Nº 01-P-26386/11 - em nome da COORDENADORIA DE
21 RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E INTERNACIONAIS – Convênio - Partes: UNICAMP e
22 Universidad Popular Autónoma Del Estado de Puebla – México - Executores: Alberto Luiz
23 Serpa/CORI e José Pissolato Filho/CORI - Data de Assinatura: 23.03.12 - Vigência: 05 anos -
24 Resumo do Objeto: cooperação acadêmica, a fim de promover intercâmbio de estudantes de
25 graduação, pós-graduação, pós-doutorado, docentes e pesquisadores; e membros da equipe
26 técnico-administrativa de ambas as instituições - Parecer: CEPE-274/12; 33) PROC. Nº 01-P-
27 27920/11 - em nome da COORDENADORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E
28 INTERNACIONAIS - Acordo de Cooperação - Partes: UNICAMP e Universidade de
29 Valladolid – Espanha - Executores: Leandro Russovski Tessler/CORI e José Pissolato
30 Filho/CORI - Data de Assinatura: 21.03.12 - Vigência: 05 anos - Recursos: cada instituição
31 deverá envidar esforços para o levantamento de fundos de fontes externas a fim de tornar
32 possível a realização dos programas de cooperação - Resumo do Objeto: promover a
33 cooperação entre ambas as instituições, em áreas de mútuo interesse, através de: 1.
34 Intercâmbio de docentes e pesquisadores; 2. Implementação de projetos conjuntos de
35 pesquisa; 3. Promoção de eventos científicos e culturais; 4. Intercâmbio de informações e
36 publicações acadêmicas; e 5. Intercâmbio de estudantes - Parecer: CEPE-275/12; 34) PROC.
37 Nº 01-P-27923/11 - em nome da COORDENADORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS
38 E INTERNACIONAIS - Termo Aditivo nº 01 - Partes: UNICAMP e Universidade de
39 Valladolid – Espanha - Executores: Leandro Russovski Tessler/CORI e José Pissolato
40 Filho/CORI - Data de Assinatura: 21.03.12 - Vigência: 05 anos - Resumo do Objeto:

1 estabelecer um programa de intercâmbio de estudantes, com o propósito de permitir aos
2 estudantes regularmente matriculados em uma universidade (universidade de origem) fazerem
3 cursos em outra universidade (universidade hospedeira), com a finalidade de cumprir parte
4 dos créditos requeridos na universidade de origem - Parecer: CEPE-276/12; 35) PROC. Nº
5 01-P-10468/12 - em nome da COORDENADORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E
6 INTERNACIONAIS - Memorando de Entendimentos - Partes: UNICAMP e Universidade de
7 Toronto – Canadá - Executores: Alberto Luiz Serpa/CORI e José Pissolato Filho/CORI - Data
8 de Assinatura: 09.05.12 - Vigência: 05 anos - Resumo do Objeto: desenvolver cooperação nas
9 áreas de ensino e da pesquisa, com a intenção de desenvolver atividades conjuntas para
10 abordar questões de interesse mútuo destinadas a fomentar e promover a colaboração no
11 campo da educação, da pesquisa e da capacitação - Parecer: CEPE-277/12; 36) PROC. Nº 01-
12 P-06913/12 - em nome da COORDENADORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E
13 INTERNACIONAIS - Acordo de Cooperação - Partes: UNICAMP e Universidad
14 Surcolombiana – USCO – Colômbia - Executores: Alberto Luiz Serpa/CORI e José Pissolato
15 Filho/CORI - Data de Assinatura: 19.07.12 - Vigência: 05 anos - Resumo do Objeto: fomentar
16 a cooperação acadêmica por meio de projetos de pesquisa em comum e/ou o intercâmbio de
17 professores docentes/pesquisadores, estudantes de pós-graduação e graduação (com o
18 reconhecimento mútuo dos cursos realizados na universidade parceira) e membros técnico-
19 administrativos de cada instituição - Parecer: CEPE-302/12; 37) PROC. Nº 01-P-10600/12 -
20 em nome da COORDENADORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E
21 INTERNACIONAIS - Acordo de Cooperação - Partes: UNICAMP e Universidad EAN –
22 Colômbia - Executores: Alberto Luiz Serpa/CORI e José Pissolato Filho/CORI - Data de
23 Assinatura: 19.07.12 - Vigência: 05 anos - Resumo do Objeto: fomentar a cooperação
24 acadêmica por meio de projetos de pesquisa em comuns e/ou o intercâmbio de professores
25 docentes/pesquisadores, estudantes de pós-graduação e graduação (com o reconhecimento
26 mútuo dos cursos realizados na universidade parceira) e membros técnico-administrativos de
27 cada instituição - Parecer: CEPE-303/12; 38) PROC. Nº 01-P-25888/11 - em nome da
28 COORDENADORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E INTERNACIONAIS - Termo
29 Aditivo nº 02 - Partes: UNICAMP e Pontificia Universidad Católica Del Peru - Executores:
30 Alberto Luiz Serpa/CORI e José Pissolato Filho/CORI - Data de Assinatura: 21.03.12 -
31 Vigência: 05 anos - Resumo do Objeto: estabelecer um programa de intercâmbio de
32 estudantes, com o propósito de permitir aos estudantes regularmente matriculados em uma
33 universidade (de origem), fazerem cursos em outra universidade (hospedeira), com a
34 finalidade de cumprir parte dos créditos requeridos na universidade de origem - Parecer:
35 CEPE-339/12; 39) PROC. Nº 31-P-12985/10 – em nome do CENTRO PLURIDISCIPLINAR
36 DE PESQUISAS QUÍMICAS, BIOLÓGICAS E AGRÍCOLAS - 1) Alteração de Plano de
37 Trabalho - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e PETROBRAS - Executores: Valéria Maia
38 Merzel/CPQBA e Ivo Milton Raimundo Júnior/CPQBA - Data de Assinatura: 10.08.11 -
39 Resumo do Objeto: alterar o Plano de Trabalho do Convênio Específico nº 4602317711 ao
40 Termo de Cooperação 0050.0058082.10.9, visando ao desenvolvimento do projeto intitulado

1 “Abordagem Metagenômica no Estudo de Comunidades Microbianas Associadas ao
2 Tratamento de Efluentes e Reuso de Água na Indústria de Petróleo”; 2) Alteração de Plano de
3 Trabalho - Data de Assinatura: 07.05.12 - Resumo do Objeto: alterar o Plano de Trabalho do
4 Convênio Específico acima citado - Parecer: CEPE-278/12; 40) PROC. Nº 31-P-03752/12 -
5 em nome do CENTRO PLURIDISCIPLINAR DE PESQUISAS QUÍMICAS, BIOLÓGICAS
6 E AGRÍCOLAS - Termo Aditivo nº 03 - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e IHARABRAS
7 S/A, Indústrias Químicas - Executores: Glyn Mara Figueira/CPQBA e Pedro Melillo de
8 Magalhães/CPQBA - Data de Assinatura: 1º.06.12 - Vigência: 15 meses - Recursos:
9 R\$52.224,00 - Resumo do Objeto: desenvolvimento do projeto “Produção de óleos essenciais
10 de plantas aromáticas para pesquisa de atividade biológica contra fitopatógenos e pragas de
11 importância em diferentes culturas” - Parecer: CEPE-379/12; 41) PROC. Nº 31-P-17392/11 -
12 em nome do CENTRO PLURIDISCIPLINAR DE PESQUISAS QUÍMICAS, BIOLÓGICAS
13 E AGRÍCOLAS - Aditivo 01 - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e PETROBRAS - Executores:
14 Marcos Nopper Alves/CPQBA e Ílio Montanari Júnior/CPQBA - Data de Assinatura:
15 03.07.12 - Resumo do Objeto: alterar o Plano de Trabalho do Termo de Cooperação que visa
16 à união de esforços dos Partícipes para o desenvolvimento do Projeto de P&D intitulado “O
17 uso da cobertura vegetal como bioindicador de impactos ambientais causados por vazamentos
18 de hidrocarbonetos em dutos e sua detecção através de sensoriamento remoto – Fase II” -
19 Parecer: CEPE-304/12; 42) PROC. Nº 31-P-20374/08 - em nome do CENTRO
20 PLURIDISCIPLINAR DE PESQUISAS QUÍMICAS, BIOLÓGICAS E AGRÍCOLAS -
21 Aditivo 03 - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e PETROBRAS - Executores: Marcos Nopper
22 Alves/CPQBA e Ílio Montanari Júnior/CPQBA - Data de Assinatura: 11.07.12 - Resumo do
23 Objeto: alterar o Plano de Trabalho do Termo de Cooperação para o desenvolvimento do
24 Projeto de P&D “Uso da cobertura vegetal como bioindicador de impactos ambientais
25 causados por vazamentos de hidrocarbonetos em dutos e sua detecção através de
26 sensoriamento remoto” - Parecer: CEPE-340/12; 43) PROC. Nº 02-P-06190/11 – em nome da
27 FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS - Termo Aditivo nº 03/2011 - Partes: UNICAMP e
28 Estado de São Paulo, através da Secretaria de Estado da Saúde - Executores: Silvia Regina
29 Brandalise/CIPOI, Alexandre Eduardo Nowill/CIPOI e Vitória Régia Pereira Pinheiro/CIPOI
30 - Data de Assinatura: 19.07.11 - Vigência: até 31.12.11, prorrogada até 30.06.12 - Recursos:
31 R\$337.369,78 - Resumo do Objeto: transferência de recursos financeiros, a Entidade, visando
32 à execução de atividades concernentes ao Sistema Único de Saúde - Parecer: CEPE-280/12;
33 44) PROC. Nº 02-P-29453/11 - em nome da FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS –
34 Contrato - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e Município de Campinas - Executores: Marilisa
35 Berti de Azevedo Barros/FCM e Nelson Filice de Barros/FCM - Data de Assinatura: 19.06.12
36 - Vigência: 120 dias - Recursos: R\$28.000,00 - Resumo do Objeto: realização de inquérito
37 VIVA de vigilância de violências e acidentes no Município de Campinas, nas quantidades
38 estimadas e condições estabelecidas no Projeto Básico - Parecer: CEPE-305/12; 45) PROC.
39 Nº 04-P-06443/11 – em nome da FACULDADE DE ENGENHARIA DE ALIMENTOS -
40 Termo de Cooperação - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e PETROBRAS - Executor: Maria

1 Ângela Meireles/FEA - Data de Assinatura: 04.07.11 - Vigência: 730 dias - Recursos:
2 R\$687.925,39 - Resumo do Objeto: união de esforços dos partícipes para o desenvolvimento
3 do projeto de P&D intitulado “Desenvolvimento de metodologia e construção de um
4 dispositivo para análise de petróleo por SFC” e a participação da PETROBRAS na
5 implantação da infraestrutura laboratorial, nas instalações da UNICAMP, visando à
6 capacitação da Universidade para realização de pesquisas/testes/estudos - Parecer: CEPE-
7 281/12; 46) PROC. Nº 28-P-11566/11 – em nome da FACULDADE DE ENGENHARIA DE
8 AGRÍCOLA – Convênio - Partes: UNICAMP e EMBRAPA - Executores: Zigomar Menezes
9 de Souza/FEAGRI e Edson Eiji Matsura/FEAGRI - Data de Assinatura: 31.05.12 - Vigência:
10 05 anos - Resumo do Objeto: estabelecer a integração de esforços entre as partícipes, visando
11 ao fortalecimento de programas de pós-graduação (Mestrado e/ou Doutorado) ministrados
12 pela Universidade, no Programa de Pós-Graduação da FEAGRI, bem como dos programas de
13 pesquisas da EMBRAPA, mediante a utilização de recursos humanos e materiais disponíveis,
14 condizente com as próprias atividades-fim da Unidade denominada Embrapa Informática
15 Agropecuária, em perfeito proveito da Pesquisa Agropecuária, contribuindo para o
16 incremento de tais atividades - Parecer: CEPE-306/12; 47) PROC. Nº 29-P-20829/09 – em
17 nome da FACULDADE DE ENGENHARIA ELÉTRICA E DE COMPUTAÇÃO - Primeiro
18 Termo Aditivo - Partes: UNICAMP/FUNCAMP, Centrais Elétricas de Norte do Brasil S.A –
19 Eletronorte e Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF - Executores: Maria
20 Cristina Dias Tavares/FEEC e Ernesto Ruppert Filho/FEEC - Data de Assinatura: 25.05.12 -
21 Vigência: até 22.12.13 - Resumo do Objeto: alteração da Cláusula Quinta – Do Prazo de
22 Execução do Projeto, Cláusula 13 – Do Faturamento e Cláusula 14 – Do Prazo de Vigência
23 do Contrato, que visa ao desenvolvimento do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento
24 Tecnológico denominado “Ensaio de Transmissão de Energia em Linha de pouco mais de
25 meio comprimento de onda” - Parecer: CEPE-307/12; 48) PROC. Nº 29-P-26453/11 - em
26 nome da FACULDADE DE ENGENHARIA ELÉTRICA E DE COMPUTAÇÃO - Acordo
27 de Cooperação - Partes: UNICAMP e GROUPE INSA (Instituts Nationaux des Sciences
28 Appliquées) - Executores: José Pissolato Filho/FEEC e Ernesto Ruppert Filho/FEEC - Data
29 de Assinatura: 27.04.12 - Vigência: 05 anos - Resumo do Objeto: enriquecer os programas de
30 ensino da UNICAMP e do GROUPE INSA, ampliar as experiências pessoais e acadêmicas
31 dos estudantes das duas instituições e intensificar a cooperação técnica e econômica entre a
32 França e o Brasil - Parecer: CEPE-308/12; 49) PROC. Nº 29-P-26454/11 - em nome da
33 FACULDADE DE ENGENHARIA ELÉTRICA E DE COMPUTAÇÃO - Termo Aditivo nº
34 01 - Partes: UNICAMP e GROUPE INSA (Instituts Nationaux des Sciences Appliquées) -
35 Executores: José Pissolato Filho/FEEC e Ernesto Ruppert Filho/FEEC - Data de Assinatura:
36 23.04.12 - Vigência: 05 anos - Resumo do Objeto: estabelecimento de cooperação de
37 estudantes levando à obtenção simultânea do Diploma de Engenheiro do Grupo INSA (INSA
38 de Lyon, INSA de Rennes, INSA de Rouen, INSA de Strasbourg e INSA de Toulouse) e do
39 Diploma de Engenheiro da UNICAMP, para uma das opções (habilitações) de seus
40 estabelecimentos - Parecer: CEPE-309/12; 50) PROC. Nº 05-P-22719/09 – em nome da

1 FACULDADE DE ENGENHARIA CIVIL, ARQUITETURA E URBANISMO - Aditivo nº
2 01 - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL -
3 Executores: Vanessa Gomes da Silva/FEC e Marina Sangoi de Oliveira Ilha/FEC - Data de
4 Assinatura: 20.12.10 - Vigência: até 15.12.12 - Recursos: R\$4.618.702,00 - Resumo do
5 Objeto: alterar a Cláusula Quarta – Preço e Forma de Pagamento, a Cláusula Quinta –
6 Relatórios e Treinamento, a Cláusula Décima Sétima – Vigência e os Anexos I, II e III do
7 Contrato que objetiva a realização, pela Contratada à CPFL, do projeto de pesquisa e
8 desenvolvimento intitulado “PA0017 – Greenbuilding – Tecnologias Verdes”, que consiste no
9 desenvolvimento de padrões de edificação para diferentes tipologias e classes consumidoras,
10 visando à sua replicabilidade e transferência de tecnologias e sistemas construtivos mais
11 sustentáveis para o mercado. Além disso, será feita a identificação de indicadores aplicáveis a
12 edificações verdes, para cada tipologia estudada, com validação e consolidação de valores de
13 referência de consumo (benchmarks) para os indicadores adotados, com base nas medições
14 realizadas nos protótipos/pilotos desenvolvidos e implementados pelo projeto - Parecer:
15 CEPE-341/12; 51) PROC. Nº 18-P-25114/08 – em nome da FACULDADE DE
16 ENGENHARIA QUÍMICA - Aditivo 04 - Partes: UNICAMP/FUNCAMP, PETROBRAS e
17 Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB - Executores: Milton Mori/FEQ e
18 Gustavo Paim Valença/FEQ - Data de Assinatura: 05.06.12 - Vigência: 180 dias, a partir da
19 assinatura, com término em 15.12.12 - Resumo do Objeto: dilatar o prazo de vigência do
20 Termo de Cooperação CENPES 0050.0045548.08.4 que visa à união de esforços dos
21 Partícipes para o desenvolvimento do Projeto P&D “Análise do escoamento multifásico gás-
22 líquido do por experimentação numérica e física” - Parecer: CEPE-282/12; 52) PROC. Nº 18-
23 P-25116/08 - em nome da FACULDADE DE ENGENHARIA QUÍMICA - Aditivo 05 -
24 Partes: UNICAMP/FUNCAMP e PETROBRAS - Executores: Milton Mori/FEQ e Gustavo
25 Paim Valença/FEQ - Data de Assinatura: 11.06.12 - Resumo do Objeto: dilatar o prazo de
26 vigência por mais 180 dias, do Termo de Cooperação que visa à união de esforços dos
27 Partícipes para o desenvolvimento do Projeto P&D “Análise do escoamento multifásico gás-
28 sólido por experimentação numérica e física” - Parecer: CEPE-310/12; 53) PROC. Nº 06-P-
29 03290/12 – em nome da FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE PIRACICABA - Termo
30 Aditivo Nº 05/2012 ao Convênio - Partes: UNICAMP e Estado de São Paulo por intermédio
31 da Secretaria de Estado da Saúde - Executores: Rosana de Fátima Possobon/FOP e Antonio
32 Bento Alves de Moraes/FOP - Data de Assinatura: 27.04.2012 - Vigência: até 28.12.2012 -
33 Recursos: R\$100.000,00 - Resumo do Objeto: transferência de recursos financeiros, do
34 Convênio SUS/SP, à Conveniada, visando à execução de atividades concernentes ao SUS/SP,
35 para ocorrer despesas com Investimento – Aquisição de Equipamentos – CEPAE –
36 FOP/UNICAMP - Parecer: CAD-56/12; 54) PROC. Nº 06-P-28915/11 - em nome da
37 FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE PIRACICABA - Convênio - Partes: UNICAMP e
38 Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE - Executores: Ricardo Della
39 Coletta/FOP e Pablo Agustin Vargas/FOP - Data de Assinatura: 15.06.12 - Vigência: 36
40 meses - Resumo do Objeto: implantação e execução do Programa Interinstitucional de

1 capacitação de docentes em nível de Pós-Graduação, Programa de Pós-Graduação em
2 Estomatopatologia, denominado curso de Doutorado Interinstitucional em Estomatopatologia
3 – DINTER, sendo a UNICAMP a entidade Promotora e a UNIOESTE entidade Receptora -
4 Parecer: CEPE-311/12; 55) PROC. Nº 06-P-00199/12 - em nome da FACULDADE DE
5 ODONTOLOGIA DE PIRACICABA – Convênio - Partes: UNICAMP e União/Ministério da
6 Saúde - Executores: Antonio Carlos Pereira/FOP e Fábio Luiz Mialhe/FOP - Data de
7 Assinatura: 30.12.11 - Vigência: até 15.12.12 - Recursos: R\$248.400,00 - Resumo do Objeto:
8 dar apoio técnico e financeiro à UNICAMP para “2 turmas de Curso de Mestrado Profissional
9 em Saúde Coletiva FOP/UNICAMP”, visando ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde-
10 SUS - Parecer: CEPE-312/12; 56) PROC. Nº 15-P-27199/09 – em nome do HOSPITAL DE
11 CLÍNICAS - 1) Carta de Alteração - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e PPD Development, LP
12 - Executores: Ana Terezinha Guillaumon/FCM e Carla Aparecida Faccio Bosnardo/FCM -
13 Data de Assinatura: 24.08.11 - Recursos: em reais o equivalente a US\$5.540,70 por paciente
14 que completar as visitas - Resumo do Objeto: alterar o orçamento do Estudo desde 1º.01.11,
15 com relação a todos os pacientes em andamento e novos pacientes, intitulado: “Estudo de
16 Segurança e Eficácia para Avaliação do Uso de Apixaban no Tratamento Estendido de
17 Trombose Venosa Profunda e Embolia Pulmonar” – Protocolo nº CV185-057 - Parecer:
18 CEPE-397/11; 2) 2ª Carta de Modificação - Data de Assinatura: 06.02.12 - Vigência: até
19 23.04.13 - Recursos: \$248.40 - Resumo do Objeto: alterar o orçamento do Estudo Clínico
20 intitulado “Estudo de Segurança e Eficácia para Avaliação do Uso de Apixaban no
21 Tratamento Estendido de Trombose Venosa Profunda e Embolia Pulmonar”, fazendo incluir
22 que o Patrocinador reembolsará à FUNCAMP um valor adicional por contatos telefônicos que
23 forem documentados nos registros médicos e nas fichas clínicas dos pacientes, realizados em
24 cada visita programada com relação a pacientes que descontinuaram o estudo ou que forem
25 potencialmente perdas de seguimento - Parecer: CEPE-283/12; 57) PROC. Nº 15-P-03873/10
26 - em nome do HOSPITAL DE CLÍNICAS - 1) Termo de Reti-Ratificação - Partes:
27 UNICAMP e Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde -
28 Executores: Luiz Carlos Zeferino/FCM, João Batista de Miranda/FCM e Manoel Barros
29 Bértolo/FCM - Data de Assinatura: 27.06.2011 - Resumo do Objeto: prorrogar até 31.12.2011
30 a vigência do Termo Aditivo nº 04/2010 que visa à transferência de recursos financeiros, do
31 Convênio SUS/SP à Conveniada, visando à execução de atividades concernentes ao Sistema
32 Único de Saúde SUS/SP, para ocorrer com Custeio (pagamento das despesas com transporte
33 aéreo de equipes responsáveis pela retirada de órgãos para transplante), conforme Resolução
34 SS-16 de 15.01.2010; 2) Termo de Reti-Ratificação - Data da Assinatura: 29.12.2011 -
35 Resumo do Objeto: prorrogar até 27.12.2012 a vigência do Termo Aditivo nº 04/2010 -
36 Parecer: CAD-57/12; 58) PROC. Nº 15-P-01356/10 - em nome do HOSPITAL DE
37 CLÍNICAS - 1) Convênio - Partes: UNICAMP e a União Federal, por intermédio do
38 Ministério da Saúde - Executores: Manoel Barros Bértolo/FCM, João Batista de
39 Miranda/FCM e Antonia Teresinha Tresoldi/FCM - Data de Assinatura: 31.12.2009 -
40 Vigência: até 31.12.2010 - Recursos: R\$250.000,00 - Resumo do Objeto: dar apoio técnico e

1 financeiro para “Apoio à manutenção do HC/UNICAMP com o objetivo de cofinanciar o
2 atendimento de atividades assistenciais nas unidades de internação, permitindo equilíbrio
3 orçamentário do HC”, visando ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde – SUS;
4 2) Termos Aditivos de Prorrogações - Resumo do Objeto: prorrogações sucessivas da vigência
5 do Convênio até 19.09.2012 - Parecer: CAD-58/12; 59) PROC. Nº 15-P-28895/11 - em nome
6 do HOSPITAL DE CLÍNICAS – Convênio - Partes: UNICAMP e União, por intermédio do
7 Ministério da Saúde - Executores: Manoel Barros Bértolo/FCM, João Batista de
8 Miranda/FCM e Antonia Teresinha Tresoldi/FCM - Data de Assinatura: 30.12.2011 -
9 Vigência: até 28.12.2012 - Recursos: R\$3.202.625,00 - Resumo do Objeto: dar apoio técnico
10 e financeiro para “Aquisição de equipamento e material permanente para Unidade de Atenção
11 Especializada em Saúde”, visando ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde – SUS -
12 Parecer: CAD-60/12; 60) PROC. Nº 15-P-27014/11 - em nome do HOSPITAL DE
13 CLÍNICAS - Convênio - Partes: UNICAMP e União, por intermédio do Ministério da Saúde -
14 Executores: Manoel Barros Bértolo/HC, João Batista de Miranda/HC e Antonia Teresinha
15 Tresoldi/HC - Data de Assinatura: 30.12.2011 - Vigência: até 16.12.2012 - Recursos:
16 R\$250.000,00 - Resumo do Objeto: apoio técnico e financeiro para “Aquisição de
17 equipamento e material permanente para Unidade de Atenção Especializada em Saúde”,
18 visando ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde – SUS - Parecer: CAD-61/12; 61)
19 PROC. Nº 15-P-27017/11 - em nome do HOSPITAL DE CLÍNICAS - Convênio - Partes:
20 UNICAMP e União, por intermédio do Ministério da Saúde - Executores: Manoel Barros
21 Bértolo/HC, João Batista de Miranda/HC e Antonia Teresinha Tresoldi/HC - Data de
22 Assinatura: 30.12.2011 - Vigência: até 09.12.2012 - Recursos: R\$462.500,00 - Resumo do
23 Objeto: apoio técnico e financeiro para “Aquisição de equipamento e material permanente
24 para Unidade de Atenção Especializada em Saúde”, visando ao fortalecimento do Sistema
25 Único de Saúde – SUS - Parecer: CAD-62/12; 68) PROC. Nº 07-P-17782/10 – em nome do
26 INSTITUTO DE BIOLOGIA – Convênio - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e FINEP -
27 Executores: Gonçalo Amarante Guimarães Pereira/IB e Ana Maria Lima de Azeredo-
28 Espin/IB - Data de Assinatura: 10.09.10 - Vigência: até 06.10.13 - Recursos: R\$1.197.000,00
29 - Resumo do Objeto: transferência de recursos financeiros, pela Concedente ao Conveniente,
30 para a execução do Projeto intitulado “Bioeletroquímica aplicada à produção de
31 biopolietileno” - Parecer: CEPE-317/12; 69) PROC. Nº 34-P-29491/08 – em nome do
32 INSTITUTO DE COMPUTAÇÃO - 1) Termo Aditivo 02 - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e
33 IBM Brasil – Indústria, Máquinas e Serviços Ltda. - Executores: Rodolfo Jardim de
34 Azevedo/IC e Sandro Rigo/IC - Data de Assinatura: 26.03.10 - Recursos: R\$71.160,00 -
35 Resumo do Objeto: prorrogar a vigência até 12.03.11 e estabelecer recursos para o período
36 prorrogado do Termo Aditivo Nº 01 que visa estabelecer a colaboração entre as Partes para a
37 maturação da arquitetura independente Linux como padrão corporativo, mediante o
38 desenvolvimento de trabalho conjunto com a comunidade de Software aberto em
39 conformidade com as normas e metodologias de interesse das Partes e aplicáveis ao “Projeto
40 LTC – Linux Technology Center”; 2) Termo Aditivo 03 - Data de Assinatura: 13.03.11 -

1 Recursos: R\$71.160,00 - Resumo do Objeto: prorrogar a vigência até 12.03.12 e estabelecer
2 recursos para o período prorrogado do Termo Aditivo Nº 01 supracitado; 3) Termo Aditivo 04
3 - Data de Assinatura: 29.06.12 - Recursos: R\$71.160,00 - Resumo do Objeto: prorrogar a
4 vigência até 12.03.13 e estabelecer recursos para o período prorrogado do Termo Aditivo Nº
5 01 supracitado - Parecer: CEPE-318/12; 70) PROC. Nº 21-P-10318/11 – em nome do
6 INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM - Acordo de Cooperação - Partes:
7 UNICAMP e Universidade de Estocolmo – Suécia - Executores: Tânia Maria Alkmim/IEL e
8 Juanito Ornelas de Avelar/IEL - Data de Assinatura: 23.03.12 - Vigência: indeterminada, a
9 partir da data da assinatura Resumo do Objeto: promover a cooperação entre ambas as
10 instituições, em áreas de mútuo interesse, através de: 1. Intercâmbio de docentes e
11 pesquisadores; 2. Implementação de projetos conjuntos de pesquisa; 3. Promoção de eventos
12 científicos e culturais; 4. Intercâmbio de informações e publicações acadêmicas; e 5.
13 Intercâmbio de estudantes - Parecer: CEPE-285/12; 71) PROC. Nº 21-P-10319/11 - em nome
14 do INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM - Termo Aditivo nº 01 - Partes:
15 UNICAMP e Universidade de Estocolmo – Suécia - Executores: Tânia Maria Alkmim/IEL e
16 Juanito Ornelas de Avelar/IEL - Data de Assinatura: 23.03.12 - Vigência: 05 anos - Resumo
17 do Objeto: estabelecer um programa de intercâmbio de docentes e pesquisadores, com o
18 propósito de promover a cooperação em áreas acadêmicas de mútuo interesse, através de
19 pesquisa conjunta, e permitir aos membros do corpo docente de uma universidade (de origem)
20 a participação em atividades acadêmicas na outra universidade (hospedeira). Ambas as partes
21 acordam em promover o intercâmbio de publicações e resultados de pesquisas e a parceria em
22 publicações de resultados, bem como organizar as visitas de docentes e pesquisadores para
23 que possam participar de diversas atividades acadêmicas de curta ou longa duração na outra
24 universidade (hospedeira) - Parecer: CEPE-286/12 - 72) PROC. Nº 21-P-10320/11 - em nome
25 do INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM - Termo Aditivo nº 02 - Partes:
26 UNICAMP e Universidade de Estocolmo – Suécia - Executores: Tânia Maria Alkmim/IEL e
27 Juanito Ornelas de Avelar/IEL - Data de Assinatura: 23.03.12 - Vigência: 05 anos, após
28 tramitação nas instâncias cabíveis e assinado pelos seus representantes legais - Resumo do
29 Objeto: estabelecer um programa de intercâmbio de estudantes de graduação, com o propósito
30 de permitir a alunos regularmente matriculados em uma universidade (de origem) fazerem
31 cursos em outra universidade (hospedeira), com a finalidade de cumprir parte dos créditos
32 requeridos na universidade de origem - Parecer: CEPE-287/12; 73) PROC. Nº 09-P-05607/11
33 – em nome do INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - Acordo de
34 Cooperação - Partes: UNICAMP e Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) -
35 Executores: Néri de Barros Almeida/IFCH e Maria Stella Bresciani/IFCH - Data de
36 Assinatura: 15.06.12 - Vigência: indeterminada - Resumo do Objeto: promover a cooperação
37 entre ambas as instituições, em áreas de mútuo interesse, através de: (1) intercâmbio de
38 docentes e pesquisadores, (2) implementação de projetos conjuntos de pesquisa, (3) promoção
39 de eventos científicos e culturais, (4) intercâmbio de informações e publicações acadêmicas,
40 (5) intercâmbio de estudantes, (6) desenvolvimento de esforços no sentido de criar programas

1 e diplomas conjuntos (duplo diploma) ao nível de graduação e de pós-graduação (mestrado e
2 doutorado) - Parecer: CEPE-342/12; 74) PROC. Nº 09-P-05610/11 - em nome do
3 INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - Termo Aditivo nº 2 - Partes:
4 UNICAMP e Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) - Executores: Néri de Barros
5 Almeida/IFCH e Maria Stella Bresciani/IFCH - Data de Assinatura: 15.06.12 - Vigência: 05
6 anos - Resumo do Objeto: estabelecer um programa de intercâmbio de estudantes de
7 graduação e de pós-graduação, com o propósito de permitir aos estudantes regularmente
8 matriculados em uma universidade (universidade de origem) fazerem cursos em outra
9 universidade (universidade hospedeira), com a finalidade de cumprir parte dos créditos
10 requeridos na universidade de origem - Parecer: CEPE-343/12; 75) PROC. Nº 09-P-05612/11
11 - em nome do INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - Termo Aditivo nº 3
12 - Partes: UNICAMP e Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) - Executores: Néri de
13 Barros Almeida/IFCH e Maria Stella Bresciani/IFCH - Data de Assinatura: 15.06.12 -
14 Vigência: 05 anos - Resumo do Objeto: estabelecer intercâmbio de estudantes permitindo a
15 obtenção simultânea do diploma de Licenciatura em História Moderna e Contemporânea do
16 IUL e do diploma de Bacharelado em História da Unicamp - Parecer: CEPE-344/12; 76)
17 PROC. Nº 09-P-06407/12 - em nome do INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
18 HUMANAS – Convênio - Partes: UNICAMP, Universidade Católica de Pernambuco e
19 Fundação Joaquim Nabuco - Executores: Sílvia Hunold Lara/IFCH e Alvaro Bianchi/IFCH -
20 Data de Assinatura: 12.07.12 - Vigência: 15 meses - Resumo do Objeto: microfilmagem e
21 digitalização de 146 (cento e quarenta e seis) documentos manuscritos integrantes da coleção
22 “Liceu de Artes e Ofícios” componentes de acervo pertencente à UNICAP, localizado em sua
23 Biblioteca Central, que totalizam cerca de 30.000 (trinta mil) folhas - Parecer: CEPE-319/12;
24 77) PROC. Nº 22-P-29439/11 – em nome do INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS – Contrato -
25 Partes: UNICAMP e Fundação Banco do Brasil - Executores: Renato Peixoto Dagnino/IG e
26 Rafael de Brito Dias/IG - Data de Assinatura: 23.05.12 - Vigência: 08 meses - Recursos:
27 R\$108.000,00 - Resumo do Objeto: realização do Curso de Extensão em Abordagem
28 Estratégica em Tecnologia Social, com carga horária de 148 horas, para os assessores seniores
29 da Fundação Banco do Brasil - Parecer: CEPE-320/12; 78) PROC. Nº 10-P-10335/12 – em
30 nome do INSTITUTO DE MATEMÁTICA, ESTATÍSTICA E COMPUTAÇÃO
31 CIENTÍFICA - Acordo de Cooperação - Partes: UNICAMP e Comissão Europeia -
32 Executores: Marco Antonio Teixeira/IMECC e Ricardo Miranda Martins/IMECC - Vigência:
33 48 meses - Recursos: em reais o equivalente a 500400,00€ por um período de 24 meses -
34 Resumo do Objeto: execução do projeto “Sistemas Dinâmicos e suas Aplicações”, que visa
35 criar uma compreensão fundamental da teoria de sistemas dinâmicos e aplicar esta teoria na
36 formulação e análise de modelos do mundo real, especialmente nas áreas de Neurociências,
37 Física de plasma e Medicina - Parecer: CEPE-321/12; 82) PROC. Nº 01-P-29091/09 - em
38 nome da AGÊNCIA DE INOVAÇÃO DA UNICAMP - Termo Aditivo Nº 01 ao Contrato -
39 Partes: UNICAMP/FUNCAMP e SIN Sistema de Implante Nacional Ltda. - Executores:
40 Benedicto de Campos Vidal/IB e Roberto de Alencar Lotufo/INOVA - Data de Assinatura:

1 11.05.2012 - Resumo do Objeto: alterar as Cláusulas Primeira – Do Objeto, Terceira – Das
2 Obrigações e Quarta – Preço e Forma de Pagamento do Contrato para a formalização do
3 Licenciamento Exclusivo da Licenciante para a Licenciada da tecnologia, para fins de
4 industrialização e comercialização no segmento de odontologia, no Brasil e no exterior -
5 Parecer: CAD-49/12; 83) PROC. Nº 01-P-01894/11 - em nome da AGÊNCIA DE
6 INOVAÇÃO DA UNICAMP - Termo Aditivo - Partes: UNICAMP e Instituto Empreender
7 Endeavor - Executores: Roberto de Alencar Lotufo/INOVA e Marcelo Knobel/PRG - Data de
8 Assinatura: 26.06.12 - Resumo do Objeto: prorrogar o prazo de vigência por mais 12 meses, e
9 alterar os itens “a” e “f” da Cláusula Segunda do Contrato de Licenciamento para concessão,
10 pelo ENDEAVOR à UNICAMP e seus colaboradores, do direito de utilizar, reproduzir,
11 transmitir e exibir os materiais educativos do programa “Bota pra Fazer – Crie seu negócio de
12 alto impacto”, em Cursos a serem organizados, realizados e lecionados na UNICAMP -
13 Parecer: CEPE-322/12; 85) PROC. Nº 01-P-28049/11 - em nome da AGÊNCIA DE
14 INOVAÇÃO DA UNICAMP – Contrato - Partes: UNICAMP, USP e Armando Affonso
15 Júnior - Executores: Roberto de Alencar Lotufo/INOVA e Patrícia Tavares Magalhães de
16 Toledo/INOVA - Data de Assinatura: 11.05.12 - Vigência: durante o período de vigência da
17 patente - Resumo do Objeto: estabelecimento das condições de Propriedade Intelectual entre a
18 UNICAMP, a USP e o Inventor Independente no pedido de patente intitulado “Dispositivo
19 para evaporação natural e controlada de líquidos” - Parecer: CEPE-324/12; 86) PROC. Nº 11-
20 P-16521/09 – em nome do INSTITUTO DE QUÍMICA - 1) Alteração de Plano de Trabalho -
21 Partes: UNICAMP/FUNCAMP e PETROBRAS - Executores: Ronei Jesus Poppi/IQ e Fábio
22 Augusto/IQ - Data de Assinatura: 14.06.10 - Recursos: R\$563.308,20 - Resumo do Objeto:
23 alterar o Plano de Trabalho do Termo de Cooperação que visa à união de esforços dos
24 Partícipes para o desenvolvimento do Projeto de P&D intitulado “Utilização de Métodos
25 Quimiométricos para caracterização da água associada à produção de petróleo” - Parecer:
26 CEPE-25/11; 2) Alteração de Plano de Trabalho - Data de Assinatura: 06.06.12 - Resumo do
27 Objeto: alteração do Plano de Trabalho do Instrumento Contratual nº 4600300826, visando ao
28 desenvolvimento do projeto intitulado “Utilização de métodos quimiométricos para
29 caracterização de água associada a produção de petróleo” - Parecer: CEPE-291/12; 87)
30 PROC. Nº 11-P-17962/11 - em nome do INSTITUTO DE QUÍMICA – Acordo - Partes:
31 UNICAMP e Metrohm International Headquarters - Executores: Lauro Tatsuo Kubota/IQ e
32 José Alberto Fracassi da Silva/IQ - Data de Assinatura: 15.12.11 - Vigência: 04 anos -
33 Recursos: em reais o equivalente a US\$104.790,00 - Resumo do Objeto: estabelecer
34 condições de cooperação técnica e científica entre a UNICAMP e a METROHM para a
35 realização do projeto de pesquisa de interesse mútuo, intitulado “Química Eletroanalítica em
36 células de Fluxo: Novos Sistemas de Detecção para Cromatografia Líquida e tópicos
37 relacionados” - Parecer: CEPE-292/12; 88) PROC. Nº 11-P-25506/10 - em nome do
38 INSTITUTO DE QUÍMICA - Aditivo 03 - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e PETROBRAS -
39 Executores: Heloíse de Oliveira Pastore/IQ e Fernando Aparecido Sigoli/IQ - Data de
40 Assinatura: 19.07.12 - Resumo do Objeto: alterar o Plano de Trabalho do Termo de

1 Cooperação que visa à união de esforços dos Partícipes para o desenvolvimento do Projeto de
2 P&D “A aplicação dos sólidos nanoestruturados na captura de CO₂” - Parecer: CEPE-325/12;
3 89) PROC. N° 11-P-04034/12 - em nome do INSTITUTO DE QUÍMICA - Termo de
4 Cooperação - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e PETROBRAS - Executores: Paulo de Tarso
5 Vieira e Rosa/IQ e Renê Alfonso Nome Silva/IQ - Data de Assinatura: 03.07.12 - Vigência:
6 1095 dias - Recursos: R\$1.525.677,00 - Resumo do Objeto: união de esforços dos Partícipes
7 para o desenvolvimento do Projeto de P&D intitulado “Determinação do início da
8 precipitação (onset) de asfaltenos em óleos vivos enriquecidos em dióxido de carbono ou gás
9 natural” - Parecer: CEPE-326/12; 90) PROC. N° 01-P-01073/12 – em nome do MUSEU
10 EXPLORATÓRIO DE CIÊNCIAS - Contrato - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e Catavento
11 Cultural e Educacional - Executores: Marcelo Firer/Museu Exploratório de Ciências e Laura
12 Letícia Ramos Rifo/IMECC - Data de Assinatura: 09.04.2012 - Vigência: até 31.12.2013 -
13 Recursos: R\$5.535,26 mensais - Resumo do Objeto: manutenção preventiva da exposição
14 NanoAventura instalada no Catavento Cultural e Educacional com sede no Palácio das
15 Indústrias do Estado de São Paulo - Parecer: CAD-65/12; 93) PROC. N° 01-P-15453/11 – em
16 nome do NÚCLEO INTERDISCIPLINAR DE PLANEJAMENTO ENERGÉTICO - Contrato -
17 Partes: UNICAMP/FUNCAMP e Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL - Executores:
18 Arnaldo César da Silva Walter/NIPE e Sérgio Valdir Bajay/NIPE - Data de Assinatura:
19 04.04.12 - Vigência: 06 meses - Recursos: R\$38.850,00 - Resumo do Objeto: prestação de
20 serviços, pela Contratada à CPFL, para o desenvolvimento do projeto de pesquisa e
21 desenvolvimento intitulado PD138 – 08 Potencial de evolução da geração distribuída (em
22 cogeração) nas áreas da CPFL (São Paulo) no horizonte de quinze anos - Parecer: CEPE-
23 327/12; 94) PROC. N° 01-P-15454/11 - em nome do NÚCLEO INTERDISCIPLINAR DE
24 PLANEJAMENTO ENERGÉTICO – Contrato - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e
25 Companhia Piratininga de Força e Luz – CPFL - Executores: Arnaldo César da Silva
26 Walter/NIPE e Sérgio Valdir Bajay/NIPE - Data de Assinatura: 04.04.12 - Vigência: 06 meses
27 - Recursos: R\$26.020,00 - Resumo do Objeto prestação de serviços, pela Contratada à CPFL,
28 para o desenvolvimento do projeto de pesquisa e desenvolvimento intitulado PD138 – 08
29 Potencial de evolução da geração distribuída (em cogeração) nas áreas da CPFL (São Paulo)
30 no horizonte de quinze anos - Parecer: CEPE-328/12; 95) PROC. N° 01-P-09245/10 – em
31 nome do NÚCLEO DE ESTUDOS DO GÊNERO – Contrato - Partes: UNICAMP e
32 Universidade Livre de Berlim - Executores: Maria Conceição da Costa/PAGU e Iara
33 Aparecida Beleli/PAGU - Data de Assinatura: 07.05.12 - Vigência: 01.01.12 a 31.12.14 -
34 Recursos: reais equivalentes a € 739.626,18 - Resumo do Objeto: cooperação internacional de
35 pesquisa no âmbito do Projeto Alfa III denominado “Medidas para La Inclusión Social y
36 Equidad em Instituições de Educação Superior em América Latina” - Parecer: CEPE-329/12;
37 c) Encerrados: 96) PROC. N° 27-P-16746/05 – em nome do HOSPITAL DA MULHER
38 “PROF. DR. JOSÉ ARISTODEMO PINOTTI” - 1) Convênio N° 48/2005 - Partes:
39 UNICAMP e União Federal, através do Ministério da Saúde - Executores: Oswaldo da Rocha
40 Grassiotto/CAISM, Luiz Carlos Zeferino/CAISM e Cármino Antonio de

1 Souza/HEMOCENTRO - Data de Assinatura: 13.04.2005 - Vigência: 360 dias - Recursos:
2 R\$4.500.000,00 - Resumo do Objeto: apoio técnico e financeiro para aquisição de
3 equipamentos e materiais permanentes, visando ao fortalecimento do SUS; 2) Termos
4 Aditivos de Prorrogações - Resumo do Objeto: prorrogações sucessivas da vigência do
5 Convênio até 30.01.11 - Parecer: CAD-50/12; 97) PROC. Nº 27-P-26922/08 - em nome do
6 HOSPITAL DA MULHER “PROF. DR. JOSÉ ARISTODEMO PINOTTI” - 1) Termo
7 Aditivo Nº 15/2008 de Convênio - Partes: UNICAMP e Estado de São Paulo, por intermédio
8 da Secretaria de Estado da Saúde - Executores: Oswaldo da Rocha Grassiotto/CAISM e
9 Ângela Maria Bacha/CAISM e Luis Augusto Michelin da Silva/CAISM - Data de Assinatura:
10 17.12.2008 - Vigência: até 31.12.2008 - Recursos: R\$1.500.000,00 - Resumo do Objeto:
11 transferência de recursos financeiros, à Universidade, visando à execução de atividades
12 concernentes ao Sistema Único de Saúde SUS/SP, para Investimento – Reforma e ampliação
13 do serviço de radioterapia e aquisição de um tomógrafo computadorizado; 2) Termo de Reti-
14 Ratificação - Data da Assinatura: 01.07.2009 - Resumo do Objeto: prorrogar o Termo Aditivo
15 até 31.12.2009; 3) Termo de Reti-Ratificação - Data da Assinatura: 23.09.2010 - Resumo do
16 Objeto: prorrogar o Termo Aditivo até 31.12.2010 - Parecer: CAD-52/12; 98) PROC. Nº 27-
17 P-01804/10 - em nome do HOSPITAL DA MULHER “PROF. DR. JOSÉ ARISTODEMO
18 PINOTTI” - 1) Termo Aditivo Nº 01/2010 - Partes: UNICAMP e Estado de São Paulo, por
19 intermédio da Secretaria de Estado da Saúde - Executores: Oswaldo da Rocha
20 Grassiotto/CAISM, Ângela Maria Bacha/CAISM e Luis Augusto Michelin da Silva/CAISM -
21 Data de Assinatura: 01.02.2010 - Vigência: até 30.06.2011 - Recursos: R\$2.500.000,00 -
22 Resumo do Objeto: transferência de recursos financeiros, do Convênio SUS/SP, à
23 Conveniada, visando à execução de atividades concernentes ao Sistema Único de Saúde
24 SUS/SP, para ocorrer despesas com Investimento – Equipamentos para o Projeto de
25 atualização tecnológica do Parque de equipamentos médicos hospitalares do CAISM; 2)
26 Termo de Retificação - Data da Assinatura: 12.12.2011 - Resumo do Objeto: cancelar e tornar
27 sem efeito o Termo Aditivo 01/2010 supracitado, tendo em vista a falta de dotação
28 orçamentária na natureza “investimento-equipamento”, bem como a transferência dos
29 recursos lá previstos, como disposto na Cláusula Terceira do referido Termo Aditivo -
30 Parecer: CAD-53/12; 99) PROC. Nº 27-P-17223/10 - em nome do HOSPITAL DA MULHER
31 “PROF. DR. JOSÉ ARISTODEMO PINOTTI” - Termo Aditivo Nº 07/2010 - Partes:
32 UNICAMP/HC e Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde -
33 Executores: Oswaldo da Rocha Grassiotto/CAISM, Ângela Maria Bacha/CAISM e Luis
34 Augusto Michelin da Silva/CAISM - Data de Assinatura: 23.06.2010 - Vigência: até
35 30.06.2011 - Recursos: R\$200.000,00 - Resumo do Objeto: transferência de recursos
36 financeiros, do Convênio SUS/SP, à Conveniada, visando à execução de atividades
37 concernentes ao SUS/SP, para ocorrer despesas com Investimento – Aquisição de
38 equipamentos para o CAISM - Parecer: CAD-54/12; 100) PROC. Nº 27-P-26709/08 - em
39 nome do HOSPITAL DA MULHER “PROF. DR. JOSÉ ARISTODEMO PINOTTI” - 1)
40 Termo Aditivo Nº 14/2008 - Partes: UNICAMP e Estado de São Paulo, por intermédio da

1 Secretaria de Estado da Saúde - Executores: Oswaldo da Rocha Grassiotto/CAISM e Ângela
2 Maria Bacha/CAISM e Luis Augusto Michelin da Silva/CAISM - Data de Assinatura:
3 17.12.2008 - Vigência: até 31.12.2008 - Recursos: R\$400.000,00 - Resumo do Objeto:
4 transferência de recursos financeiros, à Universidade, visando à execução de atividades
5 concernentes ao Sistema Único de Saúde SUS/SP, para Investimento – Aquisição de
6 Equipamentos para o CAISM; 2) Termo de Reti-Ratificação - Data da Assinatura: 27.08.2009
7 - Resumo do Objeto: prorrogar a vigência do Termo Aditivo supracitado até 31.12.2009 - 3)
8 Termo de Reti-Ratificação - Data da Assinatura: 15.03.2010 - Resumo do Objeto: prorrogar a
9 vigência do Termo Aditivo supracitado até 30.06.2010 - Parecer: CAD-55/12; 101) PROC. Nº
10 27-P-16156/03 - em nome do HOSPITAL DA MULHER “PROF. DR. JOSÉ ARISTODEMO
11 PINOTTI” - Termo Aditivo - Partes: UNICAMP e Prefeitura Municipal de Campinas -
12 Executores: Mary Angela Parpinelli/CAISM, Luiz Carlos Zeferino/CAISM e Luis Augusto
13 Michelin da Silva/CAISM - Data de Assinatura: 22.07.03 - Vigência: 01 ano - Recursos: de
14 acordo com a Cláusula 4ª – Dos recursos - Resumo do Objeto: amparar a contratação de
15 serviços remanescentes da reforma e ampliação da área física da Unidade Básica de Saúde de
16 Barão Geraldo - Parecer: CEPE-330/12; 102) PROC. Nº 01-P-15511/02 – em nome do
17 CENTRO DE PESQUISAS METEOROLÓGICAS E CLIMÁTICAS APLICADAS À
18 AGRICULTURA – Contrato - Partes: UNICAMP e EMBRAPA - Executores: Jurandir Zullo
19 Júnior/CEPAGRI e Hilton Silveira Pinto/IB - Data de Assinatura: 21.10.02 - Vigência: 05
20 anos - Resumo do Objeto: estabelecer as condições básicas e as normas gerais viabilizadoras
21 para a integração de esforços entre as partes e em especial pelo CNPTIA/EMBRAPA e o
22 CEPAGRI/UNICAMP, visando desenvolver ações conjuntas destinadas a viabilizar a
23 obtenção de resultados, tais como: a) gerar, promover e difundir a pesquisa e desenvolvimento
24 conjunto de sistemas de informação integrados; b) capacitar os recursos humanos em
25 tecnologia de integração de sistemas com base no paradigma da engenharia de software e
26 tecnologia da informação; e c) utilização dos softwares desenvolvidos e a desenvolver pela
27 EMBRAPA - Parecer: CEPE-331/12; 103) PROC. Nº 01-P-11698/06 – em nome do
28 CENTRO DE ESTUDOS DE PETRÓLEO - Aditivo 01 - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e
29 PETROBRAS - Executores: José Ricardo Pelaquim Mendes/FEM e Celso K. Morooka/FEM -
30 Data de Assinatura: 25.11.06 - Resumo do Objeto: dilatar o prazo de vigência da Carta-
31 Contrato CENPES-0050.0019119.06.3, por mais 180 dias, até 23.05.07, que visou serviços de
32 desenvolvimento de um simulador de dinâmica e operação do VASPS (vertical Annular
33 Separation and Puping System) - Parecer: CEPE-332/12; 104) PROC. Nº 01-P-19746/06 - em
34 nome do CENTRO DE ESTUDOS DE PETRÓLEO - 1) Aditivo 01 - Partes:
35 UNICAMP/FUNCAMP e PETROBRAS - Executores: Osvaldo Vidal Trevisan/CEPETRO e
36 Antonio Carlos Bannwart/FEM - Data de Assinatura: 08.02.08 - Resumo do Objeto: prorrogar
37 a vigência até 05.02.09 do Convênio Específico nº 09 ao Termo de Cooperação CENPES-
38 0050.0022844.06.4, por mais 360 dias, a partir de 11.02.08, que visou ao desenvolvimento do
39 projeto “Obras de acabamento do 1º e 2º pisos do prédio do CEPETRO (laboratórios)”; 2)
40 Aditivo 02 - Data de Assinatura: 05.02.09 - Resumo do Objeto: prorrogar a vigência até

1 31.01.10 do Convênio Específico nº 09 ao Termo de Cooperação CENPES-
2 0050.0022844.06.4, por mais 360 dias, a partir de 05.02.09 - 3) Aditivo 03 - Data de
3 Assinatura: 06.05.09 - Resumo do Objeto: aumentar o valor do aporte financeiro da
4 PETROBRAS, previsto no item 4.1 do Convênio Específico, passando o mesmo para
5 R\$2.160.349,26; 4) Aditivo 04 - Data de Assinatura: 29.01.10 - Resumo do Objeto: prorrogar
6 a vigência até 30.07.10 do Convênio Específico nº 09 ao Termo de Cooperação CENPES-
7 00500022844.06.04, por mais 180 dias, a partir de 31.01.10; 5) Carta Aditiva - Data de
8 Assinatura: 09.06.10 - Resumo do Objeto: prorrogar a vigência até 26.01.11 do Convênio
9 Específico nº 09 ao Termo de Cooperação CENPES-00500022844.06.04 - Parecer: CEPE-
10 333/12; 105) PROC. Nº 28-P-29545/08 – em nome da FACULDADE E ENGENHARIA
11 AGRÍCOLA - Termo de Rescisão de Contrato - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e Bioware
12 Desenvolvimento de Tecnologia de Energia e Meio Ambiente Ltda. - Executores: Luís
13 Augusto Barbosa Cortez/FEAGRI e Denis Miguel Roston/FEAGRI - Data de Assinatura:
14 22.06.2012 - Resumo do Objeto: rescindir o Contrato de Licenciamento do pedido de patente
15 intitulado “Sistema para obtenção de biocombustível/bio-óleo, carvão vegetal em pó, extrato
16 ácido e gases pirolíticos por degradação térmica acelerada de biomassa” - Parecer: CAD-
17 46/12 - 106) PROC. Nº 05-P-04800/09 – em nome da FACULDADE DE ENGENHARIA
18 CIVIL, ARQUITETURA E URBANISMO - Aditivo nº 01 - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e
19 Companhia Metalúrgica Prada - Executores: Newton de Oliveira Pinto Junior/FEC e
20 Armando Lopes Moreno Junior/FEC - Data de Assinatura: 26.07.10 - Resumo do Objeto:
21 prorrogar o prazo previsto no Contrato para execução dos Serviços para até 27.07.2011 -
22 Parecer: CEPE-334/12; 107) PROC. Nº 15-P-15891/08 – em nome do HOSPITAL DE
23 CLÍNICAS - Termo de Resilição Unilateral ao Convênio - Partes: UNICAMP e União
24 Federal, por intermédio do Ministério da Saúde - Executores: Luiz Carlos Zeferino/FCM,
25 João Batista de Miranda/FCM e Manoel Barros Bértolo/FCM - Data da Assinatura:
26 02.08.2011 - Resumo do Objeto: resilir, unilateralmente, a partir de 02.08.11 o Convênio nº
27 2975/2007 para apoio técnico e financeiro para Construção da Unidade de Emergência,
28 visando ao fortalecimento do SUS - Parecer: CAD-47/12; 108) PROC. Nº 15-P-05511/10 -
29 em nome do HOSPITAL DE CLÍNICAS - Termo de Reti-Ratificação - Partes: UNICAMP e
30 Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde - Executores: Maria
31 Luiza Moretti/FCM, João Batista de Miranda/FCM e Márcia Teixeira Garcia/HC - Data de
32 Assinatura: 01.07.2011 - Resumo do Objeto: prorrogar a vigência até 31.12.2011 do Termo
33 Aditivo que visou a transferência de recursos financeiros, do Convênio SUS/SP à
34 Conveniada, visando à execução de atividades concernentes ao Sistema Único de Saúde
35 SUS/SP, para ocorrer despesas com Custeio – EPIDEMIOLOGIA - Parecer: CAD-59/12;
36 109) PROC. Nº 15-P-05197/04 - em nome do HOSPITAL DE CLÍNICAS - 1) Termo Aditivo
37 nº 04 - Partes: UNICAMP e ABTCP – Associação Brasileira Técnica de Celulose e Papel -
38 Executores: Rogério de Jesus Pedro/HC e Margareth Ines Cardamoni Duraes/HC - Data de
39 Assinatura: 09.03.07 - Resumo do Objeto: prorrogar a vigência do Convênio para o período
40 de 12.03.07 a 11.09.07, que visou a cooperação entre os partícipes para a execução do projeto

1 “Reinserção social – um resgate à dignidade e cidadania”; 2) Termo Aditivo nº 05 - Data de
2 Assinatura: 10.09.07 - Resumo do Objeto: prorrogar a vigência do Convênio supracitado para
3 o período de 10.09.07 a 09.03.08; 3) Termo Aditivo nº 06 - Data de Assinatura: 03.04.08 -
4 Recursos: R\$71.000,00 - Resumo do Objeto: prorrogar o Convênio supracitado para o período
5 de 09.03.08 a 08.09.08; 4) Termo Aditivo nº 07 - Data de Assinatura: 14.10.08 - Resumo do
6 Objeto: prorrogar o Convênio supracitado até 12.03.09 - Parecer: CEPE-335/12; 110) PROC.
7 Nº 32-P-11637/00 – em nome do CENTRO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA -
8 Termo de Rescisão Contratual - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e Centro Infantil de
9 Investigações Hematológicas – Dr. Domingos A. Boldrini - Executores: Cármino Antonio de
10 Souza/HEMOCENTRO e Irene Gyongyver Heidemarie Lorand-Metze/HEMOCENTRO - Data de
11 Assinatura: 08.10.2010 - Resumo do Objeto: rescindir o Contrato de fornecimento de
12 realização de exames sorológicos para doadores de sangue - Parecer: CAD-63/12; 111)
13 PROC. Nº 32-P-27035/05 - em nome do CENTRO DE HEMATOLOGIA E
14 HEMOTERAPIA - Instrumento Particular de Distrato - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e
15 Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein - Executores: Cármino
16 Antonio de Souza/Hemocentro e Irene Gyongyver Heidemarie Lorand-Metze/Hemocentro -
17 Data de Assinatura: 11.08.2011 - Resumo do Objeto: estabelecer além do encerramento da
18 parceria, as condições das obrigações remanescentes do contrato de colaboração para fins de
19 implantação e operação de uma rede de bancos halogênicos de cordão umbilical - Parecer:
20 CAD-64/12; 112) PROC. Nº 07-P-20330/04 – em nome do INSTITUTO DE BIOLOGIA - 1)
21 Termo Aditivo nº 03 - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e Cristália Produtos Químicos e
22 Farmacêuticos Ltda. - Executores: Eneida de Paula/IB e Maria Helena Santana/IB - Data de
23 Assinatura: 10.10.05 - Resumo do Objeto: alterar o cronograma de desembolsos e custos do
24 Termo Aditivo Nº 01 ao Convênio de Cooperação técnico-científica, a fim de estabelecer que
25 o pagamento da bolsa de doutorado anteriormente previsto para a Sra. Flávia N. Moraes será
26 efetuado em nome de Fernanda Del Grossi F. Carvalho; 2) Termo de Aditamento - Data de
27 Assinatura: 18.10.07 - Recursos: conforme descrito na cláusula quarta - Resumo do Objeto:
28 alterar a cláusula primeira do Anexo III do Contrato de Licenciamento ao Termo Aditivo Nº
29 01 supracitado para incluir o licenciamento em caráter não exclusivo da Patente PI nº
30 PI0405686-8 intitulada: “Processo integrado de produção de partículas fosfolipídicas sólidas e
31 lipossomas para encapsulação e liberação controlada de compostos ativos”; bem como alterar
32 a cláusula quarta relativa ao preço e forma de pagamento; 3) Termo de Rescisão - Data de
33 Assinatura: 29.04.11 - Resumo do Objeto: rescindir, por acordo entre as partes, o Contrato de
34 Licenciamento celebrado em 10.12.04 das tecnologias protegidas intituladas: “Anestésicos
35 locais encapsulados em lipossomas para formulações de liberação controlada”, e “Compostos
36 de inclusão entre betaciclodextrina e anestésicos locais para formulações anestésicas de longa
37 duração”; bem como o Termo de Aditamento supracitado - Parecer: CEPE-296/12; 113)
38 PROC. Nº 34-P-15358/09 – em nome do INSTITUTO DE COMPUTAÇÃO - Termo Aditivo
39 nº 03 - Partes: UNICAMP e Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer – CTI -
40 Executores: Maria Cecília Calani Baranauskas/IC e Cláudia Maria Bauzer Medeiros/IC -

1 Vigência: 02 anos - Resumo do Objeto: aprovação do Plano de Trabalho anexo – “Atuação no
2 Projeto e-Cidadania: Sistemas e Métodos na Constituição de uma Cultura Mediada por
3 Tecnologias da Informação e Comunicação” - Parecer: CEPE-297/12; 114) PROC. Nº 26-P-
4 02600/11 – em nome do INSTITUTO DE ECONOMIA – Contrato - Partes:
5 UNICAMP/FUNCAMP e Fundação do Desenvolvimento Administrativo – FUNDAP -
6 Executores: Miguel Juan Bacic/IE e Mariano Francisco Laplane/IE - Data de Assinatura:
7 06.05.11 - Vigência: 60 dias - Recursos: R\$63.750,00 - Resumo do Objeto: prestação de
8 serviços técnicos profissionais especializados ao projeto nº 100-4034 “Institucional –
9 Diretoria Executiva” - Parecer: CEPE-298/12; 115) PROC. Nº 22-P-18996/10 – em nome do
10 INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS - 1) Contrato - Partes: UNICAMP e Companhia Estadual
11 de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D - Executores: Ruy de Quadros Carvalho/IG e
12 André Tosi Furtado/IG - Data de Assinatura: 13.10.10 - Vigência: 27 meses - Recursos:
13 R\$448.870,00 - Resumo do Objeto: cooperação técnica entre as Partícipes, para a realização
14 de pesquisa e desenvolvimento para o segmento de Distribuição, visando à execução do
15 projeto ANEEL-0089-018/2007, denominado “G – Gestão de projetos de inovação na
16 CEEE”; 2) Termo de Rescisão - Data de Assinatura: 17.05.12 - Resumo do Objeto: rescindir
17 o Contrato CEEE-D/9942410 supracitado - Parecer: CEPE-336/12; 116) PROC. Nº 11-P-
18 10885/04 – em nome do INSTITUTO DE QUÍMICA - Termo de Rescisão - Partes:
19 UNICAMP/FUNCAMP e SCITEH Produtos Médicos Ltda. - Executores: Marcelo Ganzarolli
20 de Oliveira/IQ e Edvaldo Sabadini/IQ - Data de Assinatura: 30.07.12 - Resumo do Objeto:
21 rescindir o Contrato que visou o desenvolvimento de “projetos” em parceria, para o
22 licenciamento das “Tecnologias para o recobrimento de stents” - Parecer: CEPE-337/12. O
23 Conselheiro EDGAR SALVADORI DE DECCA diz que precisará se ausentar para receber
24 uma delegação da Universidade de Michigan, uma comitiva que estará na Casa do Professor
25 Visitante. Como a matéria do item 1 necessita de quórum qualificado, solicita que ele seja
26 apreciado agora; quanto ao item 2, que se refere à questão da reestruturação departamental,
27 adianta que irá propor a retirada de pauta. O MAGNÍFICO REITOR diz que discutirão o item
28 1 e solicita que na sequência seja antecipada a discussão do item 8, da qual a doutora Patrícia
29 deve participar, porque ela tem uma consulta médica em seguida. O Conselheiro EDGAR
30 SALVADORI DE DECCA diz que a matéria do item 1 – Proc. nº 01-P-28791/11 – diz
31 respeito à proposta de alteração do Estatuto e Regimento Geral referente ao Regime
32 Disciplinar, assunto que está voltando à discussão no Conselho Universitário. Trata-se de uma
33 proposta do professor Geromel de alteração dos Estatutos e do Regimento no que se refere,
34 principalmente, ao fato de que o aluno deixe de ser obrigado, após cumprida uma punição, a
35 solicitar ao Conselho Universitário que seja retirada a anotação punitiva do seu prontuário,
36 nos termos do atual Regimento e Estatuto. Isso fez com que o professor Geromel propusesse
37 uma nova redação para alguns dos itens do Regimento e do Estatuto, principalmente alterando
38 o termo “prontuário” para “processo de vida acadêmica” por ser mais condizente, uma vez
39 que trata de fato da vida estudantil; e também solicita a supressão do Artigos 238, do seu
40 Parágrafo Único, dos Artigos 240 e 241 do Regimento e dos seus correspondentes nos

1 Estatutos. Diz que submeteu à apreciação da Procuradoria Geral essa demanda do professor
2 Geromel e ela concluiu que não há nenhum óbice para essas alterações; e, de certa maneira,
3 em benefício do estudante e que essa mudança estatutária e regimental não interfere nas
4 carreiras Esunicamp, pois os procedimentos com relação às carreiras Esunicamp permanecem
5 os mesmos. Portanto, sugere ao Conselho Universitário que a proposta do professor Geromel
6 seja aceita na íntegra; na CGU, foi redigida uma minuta de deliberação que substitui o termo
7 “prontuário” por “processo de vida acadêmica”, no § 3º do Artigo 229 do Regimento e no
8 Artigo 144 dos Estatutos, além da supressão dos Artigos 238, do seu Parágrafo Único, dos
9 Artigos 240 e 241 do Regimento e dos seus correspondentes nos Estatutos (Artigos 150 e
10 151). O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL agradece por terem sido contempladas
11 todas as suas propostas na minuta de deliberação. Solicita aprovação deste Plenário, pois
12 acredita que essas mudanças melhorem não só as relações dos professores com nossos alunos,
13 mas também com o cidadão que desejam formar. A Conselheira GLÁUCIA MARIA
14 PASTORE diz que concorda com o que foi proposto pelo professor Geromel, mas questiona o
15 que significa exatamente que a penalidade disciplinar constará do processo da vida acadêmica
16 do aluno infrator, porque o processo não equivale ao histórico escolar. O Conselheiro
17 EDGAR SALVADORI DE DECCA responde que do ponto de vista do Estatuto e do
18 Regimento, não está havendo qualquer interferência no histórico escolar. O histórico escolar é
19 um documento solicitado pelo aluno à DAC. Trata-se de outro documento. O processo de vida
20 acadêmica, cuja nomenclatura está sendo proposta em substituição a “prontuário”, é o
21 processo da vida do estudante dentro da Universidade, onde constam todos os seus
22 documentos, assim como os docentes e os funcionários possuem um processo de vida
23 funcional. Então, no caso de punição, qualquer que fosse ela, desde repreensão até suspensão,
24 o estudante precisava demandar junto ao Conselho Universitário, após dois anos, que retirasse
25 a anotação punitiva que constava em seu prontuário. Já o histórico escolar envolve um
26 procedimento da DAC, é outra questão. Como foi já discutido em outra oportunidade, o
27 histórico escolar de um estudante pode vir sem nenhuma anotação de reprovação, porque ele
28 traz apenas as disciplinas em que ele é aprovado, mas há uma menção na DAC dizendo que se
29 houver necessidade de um histórico escolar completo, que inclua as reprovações, ela pode
30 expedi-lo dessa forma. Diz que, particularmente, desde o princípio foi favorável a essa
31 alteração, e acredita que ela está vindo em boa hora. A Conselheira NÁDIA FARAGE diz que
32 não se opõe a essas alterações. Declara que votará favoravelmente a elas, mas registra que em
33 sua opinião a medida é parcial e apenas um paliativo que não resolverá todas as atrocidades
34 contidas nesse regime disciplinar. Levanta a seguinte questão: toda penalidade é aplicada após
35 um processo administrativo, portanto, ele existe como documentação e fica arquivado.
36 Pergunta se é realmente preciso haver essa duplicidade, ou seja, a inscrição no processo de
37 vida acadêmica, sendo que um processo administrativo já estará arquivado nesta
38 Universidade, como documento público e, portanto, acessível a qualquer cidadão que deseje
39 consultá-lo. A segunda questão, na qual ainda insiste, porque também fez uma solicitação ao
40 grupo de trabalho, na mesma época, ou até mesmo antes do professor Geromel, é que toda a

1 parte disciplinar seja revista. Portanto, reitera essa solicitação de que os outros artigos sejam
2 revistos, em particular o Artigo 227, inciso III, do Regimento, que coíbe a filiação partidária e
3 a expressão ideológica dos estudantes, o que colide com o Artigo 5º da Constituição; e
4 também os Artigos 233 e 234, que se referem a processo sumário, que é uma figura de um
5 direito autoritário que não pode ser aplicado em uma ordem democrática. Então, nos Artigos
6 233 e 234, ao contrário de processo sumário, o que precisam inscrever é o direito ao
7 contraditório e à ampla defesa aos cidadãos, porque os alunos já são cidadãos quando
8 ingressam na Universidade. Portanto, é preciso respeitar esses direitos civis. Diz que quando
9 mencionou aqui, algumas reuniões passadas, que toda parte disciplinar colidia com o Artigo
10 5º da Constituição, um dos argumentos aventados foi o de que nem toda legislação nascida de
11 períodos autoritários teria, necessariamente, de ser abolida para a ordem democrática. Diz
12 que, evidentemente, não irão por exemplo abolir o direito de voto feminino porque ele foi
13 gestado na ditadura Vargas ou a CLT, pois de todo modo ela não é colidente com a ordem
14 democrática, e por isso permanece. Ou seja: só se abole na ordem democrática aquilo que a
15 fere. E o Decreto 477 fere a ordem democrática, e é por isso que precisam retirá-lo do regime
16 disciplinar da Unicamp. Inclusive, esse decreto utilizava todo um vocabulário policialesco,
17 que era próprio da época, com expressões como “infrator” ou “indiciado”, que carregam a
18 marca desses tempos. Solicita que no § 3º do Artigo 229 do Regimento, assim como no
19 Artigo 144 dos Estatutos, também seja substituída a palavra “infrator” por “estudante sujeito à
20 penalidade”. O Conselheiro PAULO SÉRGIO FRANCO BARBOSA diz que não sabe se está
21 com uma interpretação limitada, mas, da maneira que está se propondo, o Artigo 229, § 3º,
22 prevê que a penalidade constará do processo de vida acadêmica do aluno, e não prevê mais a
23 possibilidade ou a necessidade de o aluno requisitar e pleitear a supressão, decorridos dois
24 anos. Pergunta se fica implícito que essa penalidade irá, um dia, sair do processo de vida
25 acadêmica do aluno ou se deveriam deixar explícito em que condições isso ocorre. O
26 Conselheiro JOSÉ ELLIS RIPPER FILHO diz que gostaria de aproveitar o quórum
27 qualificado e lembrar de uma proposta feita por ele há três anos neste Conselho, de que fosse
28 alterado nos Estatutos e no Regimento Geral o nome do Instituto de Física para Instituto de
29 Física “Gleb Wataghin”, que é o nome que o Instituto utiliza há quase quarenta anos, e já
30 existe uma proposta da congregação da unidade nesse sentido. O MAGNÍFICO REITOR diz
31 que, como a proposta não consta da Ordem do Dia, ela não pode ser apreciada hoje, mas pode
32 ser incluída na pauta da próxima reunião do Conselho Universitário. O Conselheiro FELIPE
33 TANNUS MOREIRA DA COSTA diz que reconhece que as alterações propostas pelo
34 professor Geromel constituem um avanço, mas ele ainda é muito pequeno. Concorda com a
35 professora Nádia que o regimento disciplinar deve ser revisto como um todo, principalmente
36 os artigos citados por ela, tendo em vista que os termos utilizados realmente remetem ao
37 período da ditadura. Concorda que é um benefício, mas discorda que faça parte de um
38 processo de formação cidadã, porque envolve penalidade. E conforme disse em uma reunião o
39 professor Sérgio Leite, diretor da Faculdade de Educação na época, a punição não educa, pois
40 nada tem de pedagógica. Portanto, é preciso haver um outro tipo de acolhimento para essas

1 pessoas. Além disso, questiona se o fato de a penalidade constar no processo de vida
2 acadêmica do estudante pode privá-lo de estágios, intercâmbios e outras oportunidades
3 durante a vida acadêmica. O Conselheiro EDGAR SALVADORI DE DECCA responde que
4 se for suspensão, sim. O Conselheiro ALAN GODOY SOUZA MELLO diz que a
5 necessidade de atualizações nos Estatutos vai além da parte disciplinar. Inclusive há algumas
6 questões que nunca foram aplicadas, como as câmaras de alunos, que constam dos Estatutos,
7 acredita que desde a fundação da Unicamp, e que pelo que sabe nunca foram aplicadas. Além
8 disso, considera que também seria interessante remover dos Estatutos o Artigo 136, que
9 determina, por exemplo, que seria vedada para a representação estudantil qualquer
10 manifestação, propaganda, ato de caráter político-partidário etc., sem especificar que é dentro
11 da Universidade. De certa forma, a regra fica muito ampla, e não delimita nem que é dentro
12 dos conselhos de que a representação estudantil está participando. Então, é algo que precisaria
13 ser suprimido urgentemente também. Imagina que tenha sido esse o propósito do professor
14 Geromel, mas deseja confirmar se o processo de vida acadêmica seria simplesmente o registro
15 interno da Universidade sobre o aluno e quando ele fosse retirar o histórico dele não constaria
16 nada. O MAGNÍFICO REITOR responde que a interpretação está correta. A Conselheira
17 ISABELA CRISTINA RIGONATO AMANTE coloca-se também favoravelmente às
18 questões apresentadas pela professora Nádia, tanto em relação ao vocabulário quanto à
19 necessidade de uma alteração mais profunda no conteúdo do regimento disciplinar. Acha
20 importante essa aprovação hoje, mas é fundamental que sigam fazendo essa discussão com a
21 comunidade acadêmica e não parem apenas nessas alterações. O Conselheiro EDGAR
22 SALVADORI DE DECCA diz que o grupo de trabalho tem se debruçado sobre todos os
23 aspectos apontados pelos conselheiros. Inclusive a proposta da professora Nádia está sendo
24 analisada pelo GT, mas é claro que isso demanda certo tempo e não é simples, em razão da
25 disponibilidade de agenda dos professores para estarem presentes regularmente em sessões
26 que requerem cuidado para alterar o Regimento e os Estatutos. Considera que as mudanças
27 são bem-vindas, mas que é preciso tomar certo cuidado, e certamente o GT vai continuar
28 analisando em profundidade as sugestões feitas pela professora Nádia. No momento, o que
29 têm segurança para propor é essa minuta de deliberação, e já que estão sugerindo a alteração
30 de alguns vocábulos, talvez “infrator” possa, de fato, ser substituído por “estudante sujeito à
31 penalidade”. Solicita a anuência do Plenário para que votem a proposta também com essa
32 alteração. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL secunda o que disse a professora
33 Nádia, e onde consta “aluno infrator” basta constar “aluno”, que já fica explícito; seria no
34 Artigo 144 dos Estatutos e no § 3º do Artigo 229 do Regimento Geral. Se a professora Nádia
35 e a Mesa concordarem, sugere o encaminhamento dessa forma. O Conselheiro EDGAR
36 SALVADORI DE DECCA diz que está bem assim. Em seguida, respondendo ao professor
37 Paulo Barbosa, diz que o sentido da alteração de redação do Artigo 229 do Regimento é que a
38 anotação punitiva se exaure assim que se cumpre a penalidade, seja uma advertência, seja
39 uma suspensão; ela termina e é retirada assim que é cumprida. O que acontecia anteriormente
40 é que, por exemplo, um aluno que recebesse uma suspensão de três dias necessitaria de dois

1 anos, tendo ele cumprido a penalidade, para solicitar ao Conselho Universitário a retirada da
2 anotação. O Conselheiro PAULO SÉRGIO FRANCO BARBOSA pergunta se o que está
3 claro neste momento de proposição, não deveria ficar explícito nos termos dos Estatutos. O
4 Conselheiro EDGAR SALVADORI DE DECCA esclarece que na proposta de minuta estava
5 subentendido que ao alterar a redação do Artigo 229 automaticamente a validade da
6 penalidade se esgotaria. E como não existiria mais nenhum recurso por parte daquele
7 estudante que foi objeto de penalidade, a anotação seria retirada automaticamente. O que
8 colocava a questão *sub judice* até o final de dois anos era o recurso. Deixando de existir, a
9 penalidade vale pelo tempo que a pena perdura. Se houver necessidade de maior ênfase
10 naquilo que o professor Paulo sugere, submeterá novamente à Procuradoria Geral para fazer
11 alguma modificação na minuta; mas deveriam aprovar como está redigida para não retirarem
12 de pauta novamente, pois o assunto está devidamente esclarecido. O Conselheiro FELIPE
13 TANNUS MOREIRA DA COSTA pergunta se a anotação no histórico escolar pode
14 prejudicar o estudante que estiver pleiteando bolsas. O Conselheiro EDGAR SALVADORI
15 DE DECCA responde que os direitos reservados ao estudante não dizem respeito a essa
16 proposta de deliberação, inclusive de bolsas. A deliberação dispõe sobre a supressão da
17 necessidade de o estudante recorrer ao Conselho Universitário para que uma penalidade já
18 superada seja retirada de seu prontuário. Não estão falando de histórico escolar. A doutora
19 PATRÍCIA MARIA MORATO LOPES diz que no parecer da Procuradoria Geral consta uma
20 comparação que podem até não achar muito simpática, mas ela é o que representa a natureza
21 das penas. Por exemplo, uma pessoa que teve privação de liberdade, ela cumpriu a pena,
22 acabou. Ninguém vai ficar informando isso ao longo de sua vida. Com a alteração da redação
23 do Artigo 229 acontece a mesma coisa: cumpriu a penalidade, terminou. Essa questão não vai
24 ser levada para fora da Universidade, não vai constar do histórico, nem vai ser referendada.
25 Na verdade, o que ensejava a demora de dois anos era justamente o que o artigo previa. O
26 MAGNÍFICO REITOR diz que colocará em votação com a retirada da palavra “infrator”. O
27 Conselheiro EDGAR SALVADORI DE DECCA concorda, e o restante continua como está.
28 O MAGNÍFICO REITOR submete a matéria à votação, sendo aprovada por unanimidade. A
29 seguir, o MAGNÍFICO REITOR passa ao próximo destaque, item 2 – Proc. nº 01-E-25887/10
30 –, que trata dos seguintes assuntos: a) Proposta de Deliberação Consu que altera o artigo 85 e
31 insere o artigo 85 A nos Estatutos, e altera o artigo 149 e insere o artigo 149 A no Regimento
32 Geral; b) Proposta de Deliberação Consu que define regras de adequação dos Departamentos,
33 unidade básica dos Institutos e Faculdades. O Conselheiro EDGAR SALVADORI DE
34 DECCA diz que este assunto é referente a reestruturação departamental. A Copei aprovou a
35 proposta que a CGU enviou ao Conselho Universitário com um único voto contrário. Mas
36 depois de analisada pela Copei a proposta foi submetida à PG, que fez algumas sugestões de
37 aprimoramento. E como a Procuradoria Geral examinou alguns pontos que não foram
38 apreciados pela Comissão de Planejamento Estratégico, propõe a retirada de pauta da matéria
39 para que a Copei possa apreciar as sugestões da PG e depois retorne para deliberação final do
40 Consu. O MAGNÍFICO REITOR diz que o professor De Decca propõe a retirada de pauta da

1 matéria para que a proposta adequada de acordo com a recomendação da PG siga para
2 rediscussão na Copei. Submete à votação a retirada de pauta, sendo aprovada por
3 unanimidade. Em seguida, diz que há vários itens destacados, o próximo é o 3, mas pede
4 licença ao Plenário para que possam discutir o item 8 antes, que trata do Programa de Auxílio-
5 Alimentação, para que a doutora Patrícia possa participar da discussão, já que ela precisa se
6 retirar da reunião mais cedo. O professor Jorge Megid foi quem solicitou o destaque do item 8
7 – Proc. nº 01-P-17041/08 –, referente à Minuta de Deliberação Consu que altera a redação do
8 artigo 4º da Deliberação Consu-A-04/11, que trata do Programa de Auxílio-Alimentação. O
9 Conselheiro JORGE MEGID NETO diz que traz uma reivindicação em seu nome e também
10 no de alguns docentes da Faculdade de Educação: que além da inclusão da licença-sabática do
11 corpo docente no Artigo 4º da referida deliberação, ou seja, da manutenção do auxílio-
12 alimentação durante o período de semestre sabático, que se mantenha também durante
13 estágios pós-doutorais que o docente faz em outras instituições, ou mesmo no exterior. O
14 MAGNÍFICO REITOR esclarece que o estágio sabático pressupõe que o docente possa ficar
15 na própria Universidade ou próximo a ela. A discussão da ampliação do auxílio-alimentação
16 para estágios de pós-doutorado é mais complicada, até do ponto de vista legal. Por exemplo,
17 se o docente viajar para o exterior, não poderá utilizar o cartão de alimentação, pois não terá
18 validade lá fora. A doutora PATRÍCIA MARIA MORATO LOPES diz que encaminhou a
19 proposta de incluir o caso da licença-sabática porque, na verdade, o docente tem esse direito
20 assegurado pelos Estatutos, e ao exercer um direito não poderia ser penalizado. Podem estudar
21 outras propostas para saber da viabilidade. Acredita que quando o docente vai para o exterior
22 fica complicado, porque o cartão é para uso em rede credenciada, até mesmo local. Mas nada
23 impede que estudem outras medidas desejadas. A Conselheira SILVIA FERNANDA DE
24 MENDONÇA FIGUEIRÔA diz que sua dúvida era exatamente sobre a questão da ida ao
25 exterior, porque embora a licença-sabática permita que a pessoa fique no país, há casos em
26 que se usa a licença para ir para o exterior. O MAGNÍFICO REITOR pergunta à doutora
27 Patrícia se mesmo que a pessoa viaje para o exterior o auxílio-alimentação continua válido,
28 porque ele é um direito. A doutora PATRÍCIA MARIA MORATO LOPES responde que a
29 licença-sabática se equipara à licença-prêmio. Na verdade a licença-sabática é outra licença-
30 prêmio para o corpo docente, que ele pode exercer de outra forma. Uma não impede a outra.
31 A Conselheira GLÁUCIA MARIA PASTORE diz que não é. A doutora PATRÍCIA MARIA
32 MORATO LOPES acredita que a natureza das duas é muito equivalente. A Conselheira
33 GLÁUCIA MARIA PASTORE reafirma que não é, porque para gozo de licença-sabática é
34 necessário apresentar um projeto, e deve exercer uma função de fato para a sua unidade. A
35 doutora PATRÍCIA MARIA MORATO LOPES diz que a natureza das duas é muito parecida.
36 A Conselheira GLÁUCIA MARIA PASTORE entende que não. A doutora PATRÍCIA
37 MARIA MORATO LOPES diz que é um prêmio para o corpo docente poder exercer essa
38 função. Mas o Consu também pode decidir que não se deve pagar auxílio-alimentação para
39 quem gozar licença-sabática no exterior. Existe um pleito do corpo docente no sentido de que
40 a sabática seja incluída; analisaram e não encontraram maiores problemas até por conta da

1 natureza jurídica das licenças. O MAGNÍFICO REITOR diz que o aspecto de auxílio-
2 alimentação precisa ser discutido e qualquer decisão tomada pelo Conselho Universitário
3 deverá estar baseada em dados jurídicos sólidos. O doutor OCTACÍLIO MACHADO
4 RIBEIRO diz que onde o auxílio-alimentação for cabível pode ser aplicável, porque não é
5 possível acumular. É cabível no território nacional. O Conselheiro CLÁUDIO JOSÉ
6 SERVATO registra que o grupo Apesar vem, nos últimos dez anos, solicitando a isonomia
7 com a USP e hoje isso ocorre em relação ao auxílio-alimentação. Muitos funcionários têm
8 questionado se esse cartão da Sodexo, que terá validade a partir de 1º de outubro, poderá ser
9 usado tanto em restaurantes quanto em compras em supermercados. A doutora PATRÍCIA
10 MARIA MORATO LOPES responde que depende da rede credenciada do cartão. O
11 MAGNÍFICO REITOR consulta o professor Ranali sobre o questionamento do conselheiro
12 Cláudio. O Professor JOSÉ RANALI responde que a licitação estabelece somente a utilização
13 em compras. Para que possa ser utilizado em restaurantes seria preciso, talvez, fazer um
14 adendo à licitação. Precisariam pensar em uma forma legal para fazer isso. A licitação do
15 cartão prevê como vale-alimentação e não como vale-refeição. A Conselheira GLÁUCIA
16 MARIA PASTORE, aproveitando a dúvida do conselheiro Cláudio, diz que o vale-
17 alimentação e o vale-refeição na USP são diferentes: são R\$600 de vale-alimentação mais
18 R\$300 de vale-refeição. Acha interessante discutir no Cruesp essa questão, porque já que
19 estão preocupados em manter a isonomia, é muito interessante que esse aspecto seja discutido.
20 O MAGNÍFICO REITOR diz que a Administração não comentou nada sobre isonomia, foi o
21 conselheiro Cláudio quem comentou. Mas esse aspecto de vale-refeição e vale-alimentação
22 tem de ser analisado com cautela. A USP disponibilizava vale-refeição para as localidades
23 onde não havia restaurante universitário. A Unicamp possui restaurante universitário, a
24 alimentação é subsidiada, e disponibiliza vale-alimentação, sem prejuízo que outras questões
25 sejam discutidas. O Conselheiro EDGAR SALVADORI DE DECCA informa que no *site* da
26 Sodexo consta que no bairro Cambuí o Restaurante Grill, a Cervejaria Devassa e o Recanto
27 Mineiro estão dentro da área coberta pelo vale-alimentação. A Conselheira NÁDIA FARAGE
28 deseja compartilhar um mal-estar, porque tem recebido no IFCH algumas queixas de
29 professores aposentados colaboradores, que não são favorecidos pelo auxílio-alimentação.
30 Consultou a doutora Patrícia e foi informada de que existe uma súmula do Supremo Tribunal
31 Federal que veda o pagamento desses benefícios a aposentados. No entanto, talvez possam
32 pensar em um sistema que pudesse compensar o professor que está em sala de aula, seja ele
33 colaborador ou servidor ativo. Isso parece muito mais justo do que estender o auxílio-
34 alimentação àqueles que estão afastados. Seria mais equânime se pensassem em um sistema
35 que funcionasse enquanto o professor está na ativa; e quando diz ativo também se refere aos
36 professores aposentados que são colaboradores voluntários. Não sabe se existe solução. Essa é
37 uma pergunta que deixa, mas gostaria que esse aspecto fosse considerado. Portanto, sua
38 proposta hoje também é pela retirada de pauta desse ponto, para que um estudo mais acurado
39 possa ser realizado. O Conselheiro WATSON LOH deseja voltar ao ponto que foi levantado
40 pelo professor Megid, sobre a questão de afastamentos a serviço de outras formas, que não o

1 sabático; parece que tem de ser considerado também que não é impossível que aconteça que o
2 docente se afaste e ele seja o único provedor da família e a família permaneça no país. Nessa
3 situação, encaminharia a favor do que o professor Megid colocou. Se desejarem incentivar
4 que os docentes utilizem essa prerrogativa e se afastem, a consideração mais ampla, se não for
5 impeditiva em termos legais, parece a mais correta. Também nessa linha entende que houve
6 certo equívoco de não ter sido concedido aos docentes em sabática, inicialmente, esse auxílio,
7 e se considerarem que o auxílio está sendo concedido há um ano, aproximadamente, acha que
8 há alguns docentes que tiveram o afastamento em sabática, mas não receberam esse benefício.
9 Entende que até eles teriam direito de entrar com algum tipo de recurso judicial, o que parece
10 desgastante para todos os lados. Sugere que fosse considerada a possibilidade de pagar esse
11 auxílio que as pessoas não receberam, já que reconhecem que é um direito legítimo. O
12 MAGNÍFICO REITOR acredita que afastamento para o exterior, como para pós-doutorado,
13 mesmo licença-sabática no exterior, como o doutor Octacílio colocou, são casos que merecem
14 um estudo pormenorizado. Porque é um auxílio-alimentação, não é algo cumulativo, que se
15 guarda um ano e depois que a pessoa volta utiliza. Do ponto de vista legal é problemático.
16 Quanto à possibilidade de o docente estar no exterior e a família utilizar, é preciso estudar.
17 Em relação aos professores aposentados, essa é uma discussão que houve desde o início; já
18 existiu uma tentativa da Administração de estender o auxílio para um contingente de
19 servidores aposentados, e legalmente isso não foi possível. O doutor OCTACÍLIO
20 MACHADO RIBEIRO esclarece que é porque o servidor aposentado perdeu a vinculação
21 com a Universidade, e esse benefício é para quem está na ativa. E quando o professor
22 aposentado continua aqui, é na qualidade de voluntário. Isso implica que não há nenhuma
23 contraprestação por parte da Universidade, a não ser aqueles benefícios previstos na
24 deliberação. O MAGNÍFICO REITOR, para encaminhar o assunto, propõe que seja aprovada
25 a proposta, e então o benefício passaria a valer para os casos de afastamento sabático, a partir
26 de agora; em seguida, a DGRH juntamente com a Procuradoria Geral, analisariam os
27 afastamentos para o exterior. Acredita que pagamento retroativo não seja possível legalmente,
28 mas a doutora Patrícia pode esclarecer. A doutora PATRÍCIA MARIA MORATO LOPES
29 esclarece que é vedado efeito financeiro retroativo quando se trata de recursos públicos. O
30 doutor OCTACÍLIO MACHADO RIBEIRO reitera que não é possível. O MAGNÍFICO
31 REITOR consulta o Plenário se concordam em votar a extensão ao afastamento sabático e, em
32 outra reunião, após estudo mais aprofundado, trazem de volta para discussão, acerca de outros
33 afastamentos, principalmente o pós-doutorado no exterior em que parte da família permaneça
34 no país. A doutora PATRÍCIA MARIA MORATO LOPES pergunta se a licença-sabática
35 ficaria restrita a quem a usufruir no país ou a qualquer tipo de licença-sabática. O Conselheiro
36 JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL diz que há várias incertezas a respeito de diversos pontos deste
37 tema. Existia uma proposta, há pouco formulada, de retirada de pauta. Talvez isso fosse o
38 mais apropriado, tendo em vista o estudo global da situação. O MAGNÍFICO REITOR diz
39 que a retirada de pauta tem precedência. Submete à votação a retirada da matéria de pauta,
40 sendo reprovada com 19 votos favoráveis e 21 contrários. Mantida a matéria em pauta. Em

1 seguida, submete à votação a minuta de deliberação como consta da pauta, e na próxima
2 reunião discutirão outros afastamentos, sendo aprovada com 5 abstenções. Em seguida,
3 retornam ao andamento normal da Ordem do Dia. O próximo destaque é o item 3 – Proc. nº
4 01-P-23652/12 –, que trata dos seguintes assuntos: 1) Minuta de Deliberação: Proposta de
5 Deliberação que fixa Normas e Calendário para a Consulta à Comunidade para a Escolha do
6 Reitor; 2) Constituição da Comissão Organizadora da Consulta encarregada de proceder a sua
7 realização, nos termos do Artigo 3º da proposta de Deliberação acima. A preocupação foi
8 redigir a deliberação nos moldes das eleições passadas, então, nada está alterado. Também
9 está proposto um calendário, baseado na experiência passada da Secretaria Geral sobre
10 previsão de prazos. Deverá ser constituída e aprovada, ainda, a comissão organizadora de
11 consulta à comunidade, que ficará responsável por todo o processo. A proposta é exatamente
12 igual à das três consultas anteriores, com algumas alterações de data em função de feriados.
13 Outro assunto que também discutiram previamente foi a respeito da possibilidade de
14 introduzir a votação eletrônica, como já sugerida por vários conselheiros, um dos quais o
15 professor Geromel. Embora exista uma comissão estudando a implantação desse sistema de
16 votação, ao discutir amplamente, chegaram à conclusão de que a implantação de um sistema
17 de votação eletrônica pela primeira vez para eleição para reitor acarretaria riscos. O que se
18 supõe o melhor a fazer é a eleição da maneira que sabem como funciona, têm a experiência.
19 Logo depois acontecerá a eleição da representação docente, quando poderia ser testada a
20 votação eletrônica. Mas essa é uma proposta e o Conselho Universitário irá deliberar como
21 achar melhor. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL tem várias considerações a serem
22 feitas a respeito dessa proposta, algumas modificações que gostaria de colocar à consideração
23 do Plenário, mas, neste momento, gostaria de falar um pouco sobre a urna eletrônica, sob dois
24 aspectos. O primeiro é que tem falado aqui desde que foi eleito para esta Casa, há mais de um
25 ano, sobre a necessidade de tentar desenvolver um sistema próprio. Isso não ocorreu. Havia
26 tempo de isso ter sido feito. Não tendo ocorrido, não há como não concordar com essa
27 preocupação do senhor Reitor de que agora não há mais tempo hábil para testar o sistema.
28 Isso deveria ter sido feito antes. Entretanto, como isso não é possível, fez uma pergunta
29 relativa às urnas do TRE. Pergunta primeiramente ao senhor Reitor se a Unicamp fez algum
30 questionamento a respeito da possibilidade de obter essas urnas. Segundo a doutora Patrícia,
31 isso seria impossível. A partir dessa informação está preocupado com esse tema, e acha que a
32 Universidade está na vanguarda dos assuntos acadêmicos e, portanto, deveria estar na
33 vanguarda de como realizar uma eleição. Eleição em papel, sinceramente, acha que não é
34 mais adequada. Outras universidades que verificou, como a Unifesp, que está em processo de
35 eleição para reitor, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, todas realizaram suas
36 eleições através de sistemas eletrônicos próprios. Isso não sendo possível, entrou em contato,
37 em seu nome e não em nome da Universidade, com o doutor Luiz Antonio Alves Torrano,
38 que é juiz de direito e diretor da Cidade Judiciária de Campinas. O doutor Torrano acolheu
39 muito bem este contato, e entrou em contato, ele próprio, com o doutor Nelson Augusto
40 Bernardes, que é o juiz eleitoral da 33ª Zona Eleitoral. O doutor Torrano lhe comunicou que

1 se um pleito da Unicamp chegasse ao doutor Nelson Augusto Bernardes, esse pleito seria
2 deferido. Comunica, portanto, que existe a possibilidade de a Universidade contar com urnas
3 do TRE, que deveriam ser solicitadas com a máxima brevidade. Isso poderia ser feito e,
4 sobretudo, refletir sobre quais condições deveriam adotar para terem uma eleição segura,
5 como está proposto no calendário, daqui a seis meses. O MAGNÍFICO REITOR, para
6 poderem avançar, pergunta ao professor Geromel se ele ainda deseja discutir se a eleição será
7 realizada na forma tradicional, em papel, ou sobre a possibilidade de ser eletrônica, com urnas
8 do TRE. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL responde que deseja discutir isso. O
9 MAGNÍFICO REITOR diz que esse é um passo importante. Precisam discutir aqui para
10 depois avançar nas outras questões. Essa questão deve ser decidida pelo Conselho
11 Universitário. Entende que mesmo existindo a possibilidade de conseguirem as urnas
12 emprestadas, que funcionam com os programas da Justiça Eleitoral, é preciso fazer um
13 procedimento todo novo para a Unicamp. Seria algo experimental para a Universidade. É isso
14 que terão de discutir; se estão dispostos a implantar uma eleição que nunca foi feita, portanto,
15 sujeita a problemas, ou se irão fazer pelo método tradicional, que concorda que é antigo etc.,
16 mas que é o que tem sido feito na Unicamp nas últimas décadas, passível de conferência,
17 checagem etc. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL acredita encontrarem-se em
18 situação difícil para uma decisão hoje. Volta a dizer que alertou sobre essa situação ao
19 Conselho Universitário há mais de um ano. Preocupava-se com essa questão em particular.
20 Acha que no momento não é possível fazer algo novo. Não sabe qual é a implicação, de fato,
21 para um processo eleitoral, com urnas já existentes do TRE. Seria necessário que o Centro de
22 Computação verificasse a viabilidade do processo. Como imagina que isso é feito todo ano
23 eleitoral, isso é algo muito mais fácil do que, eventualmente, desenvolver um sistema próprio.
24 Levantou esse ponto porque lhe parece importante. No item 8, por exemplo, da minuta de
25 deliberação, já consta que o voto será nominal, secreto e através de cédula de papel. Então, de
26 fato, essa questão se coloca. Colocaria outras questões; uma das sugestões seria eleger a
27 comissão organizadora, a COC, no dia de hoje, e colocar a ela várias tarefas que poderia
28 trazer a este Plenário para deliberação, em um mês, para uma reunião extraordinária. Tem
29 várias outras questões. Por exemplo: o calendário proposto não define o período para a
30 campanha eleitoral, e acha importante que esse período seja muito bem definido; o auxílio à
31 campanha de cada candidato deve ser analisado, não necessariamente com as regras que estão
32 aqui, mas regras mais restritas, de exclusividade daquilo que é fornecido pela própria
33 Universidade através do jornal, do sistema de televisão e do seu *site*. Então, questiona a
34 possibilidade de haver a eleição da COC hoje, para que ela instrua, através de estudo, uma
35 deliberação ao Conselho Universitário que seria aprovada, por exemplo, daqui a um mês. A
36 Conselheira DIANA NASCIMENTO MORAES NOVAES diz que antes de considerarem as
37 questões levantadas pelo professor Geromel, existem algumas reflexões que devem ser
38 colocadas a respeito da consulta para Reitor. Primeiramente a universidade pública deveria ser
39 um espaço democrático em todas as suas instâncias, inclusive na escolha do próximo Reitor.
40 E não é essa realidade que se observa na Unicamp nem nas universidades estaduais paulistas

1 como um todo. Para começar, não se trata de uma eleição em si, mas de uma consulta à
2 comunidade universitária que vai ser acatada ou não pelo governo do Estado. E para essa
3 consulta existem três categorias participando: os professores, os funcionários e os estudantes,
4 só que o peso dos votos dos funcionários e dos estudantes é extremamente reduzido, a sua
5 participação vale 1/5 para cada categoria; e isso é muito problemático, porque não
6 desconsidera, mas desvaloriza a participação dessas duas categorias, que são muito
7 importantes para o bom funcionamento e andamento da Universidade. Há vários exemplos de
8 universidades que adotaram o voto paritário das categorias na eleição para Reitor, como a
9 UnB e a Ufes. Nesse sentido, a Unicamp e as estaduais paulistas estão alguns passos atrás no
10 quesito da participação e da democracia dentro da universidade. Sabem que essa não é a única
11 situação em que há falta da participação democrática. Ainda há pouco estavam discutindo a
12 questão do regimento da Universidade e existem várias questões que precisam ser revistas.
13 Inclusive foi discutido neste Conselho, neste ano, punições a estudantes porque participaram
14 de manifestações, de reivindicações por garantia do seu acesso e permanência na
15 Universidade. É muito importante, ao discutirem essa questão, levar em conta a revisão do
16 peso do voto das categorias que vão participar dessa consulta. O Conselheiro ALAN GODOY
17 SOUZA MELLO reforça a questão colocada pelo professor Geromel, sobre a necessidade do
18 voto eletrônico. Sabe que mesmo fora da Unicamp esse já é um assunto polêmico, e aqui
19 dentro há algumas pessoas que lideram essa polêmica, de certa forma; tem o professor Stolfi,
20 alunos, doutores pela Universidade, que acabaram mostrando algumas fraquezas no sistema,
21 mas entende que é importante essa questão da votação eletrônica. Possui uma proposta de
22 mudança, uma proposta prática; como este calendário de votações, particularmente o primeiro
23 turno, se encontra muito próximo do início das aulas, tendo em vista que os alunos
24 ingressantes poderão votar, terão uma capacidade reduzida de poder avaliar e decidir o seu
25 voto. Seria interessante que o calendário pudesse ser um pouco postergado, inclusive para que
26 os alunos possam participar mais ativamente dessa discussão, porque, afinal de contas, 1/5 do
27 peso da votação para essa consulta é dos alunos e eles estarão de volta às aulas apenas no dia
28 26 de março, principalmente no caso dos alunos de graduação. Outra questão é que de certa
29 forma é contrário à posição da conselheira Diana, porque acha que a democracia não deve ser
30 para dentro da Universidade, mas para fora, uma vez que a Universidade é um órgão público e
31 como tal deve visar ao bem público e não necessariamente às corporações que compõem a
32 Universidade; e manter esse formato de escolha atual acaba levando a um modelo mais
33 corporativista da Universidade, onde é preciso agradar os alunos, os funcionários e os
34 docentes, mas ninguém tem de agradar a parte de fora, a população do estado de São Paulo,
35 que é quem paga os impostos. Nesse ponto, o que lhe ocorre é que precisariam urgentemente
36 verificar como se faz para incluir os ex-alunos na participação dessas votações, que é uma
37 questão importante. Na Universidade de Harvard e em várias das principais universidades,
38 principalmente as americanas, mas em outras também, são só os ex-alunos que votam.
39 Docente não vota, funcionário não vota, aluno não vota. Isso é algo interessante de se pensar,
40 porque afasta a questão do corporativismo que acaba existindo dentro da Unicamp. E outra

1 questão a se pensar é como acabam integrando a sociedade, não apenas nessa consulta para
2 Reitor, mas também no próprio Conselho Universitário, pois se pararem para pensar são
3 apenas cinco representantes da comunidade externa. E existem várias outras coisas que
4 precisariam ser discutidas, que enxerga com bons olhos; por exemplo, que em diversas
5 universidades o reitor não pode ser uma pessoa da universidade, ele tem de ser uma pessoa de
6 fora. Em Stanford, por exemplo, isso é uma prática, porque acaba trazendo uma novidade: a
7 administração da universidade acaba fazendo com que ela não se estagne na situação em que
8 ela se encontra. Então, esses são assuntos muito importantes para que discutam, obviamente
9 não para esta consulta, porque são assuntos que precisariam de uma discussão muito ampla
10 sobre a forma como a Universidade é administrada; mas é crucial que avaliem se essas
11 modificações são pertinentes ou não. O Conselheiro JOSÉ ELLIS RIPPER FILHO diz que
12 ainda está incomodado com a questão da urna eletrônica, mas acha que não é uma decisão que
13 consigam tomar aqui hoje. Entretanto, poderiam basicamente aprovar o calendário,
14 encaminhar à COC, e talvez organizar uma pequena comissão técnica para verificar o que
15 aconteceria com as urnas eletrônicas do TRE, o que seria preciso para programar e quais são
16 os aspectos práticos. E quanto à questão de o voto ser em papel ou eletrônico, poderiam adiar
17 para a próxima reunião. Sobre o calendário, toda eleição tem isso, escolhem o Reitor em uma
18 data muito infeliz, mas não dá para adiar, porque o mandato está acabando. Para depois,
19 poderiam tentar ver se é possível alguma reforma, mas isso tem de ser feito com muito tempo,
20 talvez estendendo o mandato do futuro reitor por uns três meses para a eleição cair em uma
21 época em que a Universidade esteja funcionando regularmente. Em relação ao voto de ex-
22 alunos, é particularmente contrário. Acredita que seria interessante incluir os professores
23 voluntários. Deve votar quem está vivendo a Universidade, e a maioria dos ex-alunos não
24 está. O Conselheiro CLÁUDIO JOSÉ SERVATO diz que na página 19 da pauta, no item 3.1,
25 inciso IV da minuta de deliberação, consta que um membro da representação dos servidores
26 técnico-administrativos deverá ser indicado por seus pares. O mandato da atual bancada
27 expira em dezembro, e já terão nova eleição; pergunta se devem indicar alguém hoje e
28 substituir no futuro. Quanto à eleição, já é uma reivindicação antiga dos funcionários a
29 questão da paridade. Faz parte do grupo Apesar, e como representante do grupo já solicitou
30 que fossem utilizadas as urnas eletrônicas do TRE; isso faz aproximadamente cinco anos. Na
31 época, a reitoria informou que todas as urnas deveriam permanecer lacradas por um ou dois
32 anos devido às eleições municipais que tinham ocorrido. É um pouco diferente do que o
33 professor Geromel comentou agora. A proposta do professor Geromel quanto à questão das
34 urnas eletrônicas seria a ideal se houvesse realmente possibilidade. O Conselheiro FELIPE
35 TANNUS MOREIRA DA COSTA, frisando a questão da paridade, diz que a Universidade é
36 construída pelos professores, pelos funcionários e pelos estudantes. Há inúmeros projetos que
37 são tocados em conjunto. É importante reconhecer também a importância da categoria dos
38 trabalhadores da Funcamp e também dos professores que já são aposentados, mas continuam
39 com atividades acadêmicas. O que a bancada discente propõe para o Conselho Universitário é
40 a alteração do ponto 10.2 da minuta de deliberação, que para a ponderação dos votos seja

1 aplicada a proporcionalidade de 1/3 para cada categoria: 1/3 para a categoria docente, 1/3 para
2 a categoria dos servidores técnico-administrativos e 1/3 para a categoria discente. O
3 Conselheiro JOSÉ ANTENOR POMILIO tem vários comentários sobre a proposta. Irá
4 começar pelo calendário que prevê inscrições para o início de fevereiro, e isso remetendo ao
5 item 5 da minuta, que se refere aos auxílios às campanhas, explicitando o que a Unicamp
6 disponibilizará a todos os candidatos inscritos e lista um conjunto de facilidades a esses
7 candidatos, portanto, só poderão saber depois da inscrição, o que significa que essas
8 facilidades estarão disponíveis somente em fevereiro. E todos sabem que a campanha já está
9 acontecendo. Já houve reuniões com candidatos nas unidades e acredita que esteja ocorrendo
10 na Universidade como um todo. Então se coloca uma lacuna de regulamentação. Deveriam se
11 preocupar um pouco com isso, porque, de alguma forma, se faz de conta que a campanha vai
12 acontecer a partir do dia 08 de fevereiro e, na prática, ela já está acontecendo. Não que o que
13 esteja acontecendo seja alguma coisa que fuja do que esta Universidade sempre fez, mas isso
14 parece um pouco estranho. Uma possibilidade seria antecipar o início das inscrições e permitir
15 que elas se estendessem por mais tempo. Isso colocaria, por outro lado, uma diferença: quem
16 se inscrever agora, ou quem esperar para se inscrever em fevereiro terá menos condições?
17 Existe uma movimentação grande na Universidade e não devem ignorar, até porque é
18 impossível. Seria preferível tentar que as regras contemplassem essa movimentação, que a
19 Universidade tivesse uma previsão de como essa campanha deve acontecer. Particularmente
20 gostaria que ela não fosse como as campanhas das eleições municipais; acha que a
21 Universidade não tem necessidade de *outdoors*, de panfletagem, de cartazes. Esta é uma
22 comunidade pequena que se conhece e que quer discutir ideias; ela devia estar muito mais
23 baseada em programas e debates do que no *marketing* das campanhas. Esse é seu gosto
24 pessoal, pode haver pessoas que gostem de carro de som e tudo o mais, mas essa é uma
25 questão que poderia ser discutida pela COC. E acha importante também que houvesse um
26 controle sobre os recursos gastos nesta campanha, ou seja, que as candidaturas ou tivessem
27 seus recursos de campanha disponibilizados pela própria Universidade ou, se houver a
28 possibilidade de uso de outros recursos financeiros, que houvesse uma prestação de contas.
29 Francamente, gostaria de saber, caso algumas candidaturas se utilizem de outros meios de
30 propaganda, qual o custo dessas coisas e quem são os financiadores. Na verdade, acha que a
31 eleição aqui deveria ser só com os recursos próprios da Universidade. Agora, caso acreditem
32 ser possível fazer campanha através de outros meios, como eleitor gostaria de saber quem
33 sustenta essas campanhas e quanto custou; então a comissão poderia atuar nessa direção e
34 criar algumas normas. Tem objeções em aprovar o texto como está, porque ele tem algumas
35 dificuldades que passam pela possibilidade da urna eletrônica ou não, mais esse prazo de
36 inscrição só em fevereiro e, portanto, com a campanha, tecnicamente, devendo começar só em
37 fevereiro, o que considera irreal. É necessário pensar em uma maneira de contemplar as
38 campanhas que estão colocadas e criar regras para que isso ocorra da melhor maneira,
39 academicamente falando. O MAGNÍFICO REITOR irá lembrar alguns dados. Não será por
40 proposta da Administração que mudanças grandes no processo de eleição serão feitas, a não

1 ser que o Conselho Universitário aprove o contrário, porque a experiência da Unicamp mostra
2 que quando tentam mudanças em eleições grandes como essa, sem testes prévios, os
3 problemas são grandes. O doutor OCTACÍLIO MACHADO RIBEIRO diz que a primeira
4 tentativa de votação eletrônica foi para a eleição dos servidores técnico-administrativos, em
5 2008. O MAGNÍFICO REITOR diz que teve de ser anulada. O doutor OCTACÍLIO
6 MACHADO RIBEIRO diz que sim, houve um problema com o *software* e a eleição teve de
7 ser refeita. O MAGNÍFICO REITOR pergunta sobre a experiência da Unicamp com as urnas
8 do TRE. O doutor OCTACÍLIO MACHADO RIBEIRO responde que talvez a doutora
9 Patrícia tenha mais dados, porque quando ela era secretária geral houve um contato com o
10 TRE, e houve uma dificuldade. A senhora Lêda estava narrando a dificuldade para obter as
11 urnas, e observa que o problema não é apenas esse, mas também a preparação do *software*. A
12 eleição da Unicamp é com ponderação, 3/5, 1/5, 1/5; não é simples como a eleição geral como
13 conhecem. O MAGNÍFICO REITOR esclarece que quando a doutora Patrícia consultou
14 oficialmente o TRE, este não entregou as urnas. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL
15 pergunta se a consulta foi realizada agora. O MAGNÍFICO REITOR responde que não foi
16 consultado oficialmente agora, isso foi nos anos anteriores. Seja como for, acredita que para a
17 formação da comissão organizadora da consulta não existe nenhuma objeção a ser como aqui
18 proposta: 4 diretores de unidade, 3 membros da representação docente, 1 membro da
19 representa discente, 1 membro dos servidores e 1 membro da comunidade externa. Podem
20 escolher a comissão organizadora. Em relação às datas do calendário, esclarece que ele foi
21 exaustivamente estudado pela Secretaria Geral. A senhora LÊDA SANTOS RAMOS
22 FERNANDES diz que o calendário foi bastante estudado. A semana santa, que se inicia no
23 dia 24 de março, tem apenas três dias úteis e por isso se preocuparam com a frequência de
24 funcionários, docentes e alunos nesse período; concluíram que essa semana é inviável para
25 ocorrer o pleito, tanto o primeiro quanto o segundo turno. Pensaram em um calendário
26 observando a data da posse do novo Reitor, que é quando o mandato da atual gestão termina,
27 dia 19 de abril. Ao preparar o calendário, há necessidade de refletir em um prazo para a
28 organização da posse, um prazo para o Governador fazer a indicação e um prazo para o Consu
29 se reunir, considerando a data de 19 de abril. Além disso, há prazos para recursos para cada
30 etapa, tanto para o primeiro turno, quanto para o segundo. Há também a preparação das
31 listagens para cada etapa. Avaliando todos esses prazos, chegaram a essa proposta de
32 calendário. O que, de certa maneira, atrapalhou a elaboração do calendário foi a semana santa,
33 no final de março, e o carnaval, que cairá na segunda semana de fevereiro. Com esse olhar
34 fizeram a proposta do primeiro turno ocorrer na primeira semana de março e o segundo turno
35 já na semana do dia 18 ao dia 22; são semanas com cinco dias úteis. Queria deixar clara a
36 questão dos prazos: prazos para recursos, para convocação do Conselho; prazos observando
37 que até o dia 19 de abril todo o processo deverá estar concluído. O Conselheiro RODNEI
38 BERTAZZOLI diz que, pelo que está entendendo, e tende a concordar com os professores
39 Geromel e Pomilio, a maior preocupação aqui é com a data de inscrição dos candidatos e
40 tentar tornar a campanha oficial o mais cedo possível. Nesse sentido, seria muito interessante

1 que pudessem antecipar a data de inscrição dos candidatos, porque, a partir desse momento, a
2 campanha começa oficialmente e de acordo com as normas que a comissão determinar. Acha
3 importante deixar que a campanha aconteça formalmente e dentro das normas. Deixa como
4 sugestão que a data de inscrição dos candidatos seja antecipada para novembro deste ano, que
5 deixe em torno de um mês para as inscrições dos candidatos, impugnações etc., e então, a
6 partir do final de novembro a campanha se inicia oficialmente. A Conselheira GLÁUCIA
7 MARIA PASTORE diz que em um momento tão importante como este acha sempre muito
8 necessário olharem para as experiências passadas. Elas não apontam que as inscrições em
9 fevereiro tenham causado algum tipo de problema, até porque a consulta para Reitor tem
10 como característica muita conversa entre a comunidade docente, discente e de funcionários;
11 ela não se parece com uma eleição realizada fora da Universidade. Não sabe se é bom o
12 excesso de preocupação em relação a determinar o figurino com tanta nitidez, porque as
13 experiências anteriores têm demonstrado que apuraram e depuraram um processo muito
14 seguro. Aproveita para dizer que a preocupa urna eletrônica agora. Como proposto pela
15 Administração, acredita que seja interessante para a próxima eleição das representações
16 docentes, porque existem mecanismos de adaptação. É preciso se pautar pelas experiências
17 passadas, pelo sucesso obtido. A inovação, obviamente, sempre cabe, mas nessas
18 circunstâncias onde as etapas já são tão demoradas e sérias, com possibilidade de recursos,
19 com preparação da reunião do Conselho Universitário e o tudo mais, acha desnecessária.
20 Precisam do tempo dessa conversa, até para que os candidatos se definam realmente, porque
21 pode ser que candidatos, ao percorrerem o *campus*, decidam não se candidatar. Então, se
22 fizerem com que se inscrevam como candidatos antes de fevereiro correm riscos
23 desnecessários, porque nem sempre quem se propõe está realmente determinado; ele vai
24 pensar, vai conversar, vai ouvir os colegas, a comunidade, e pode ser que depois dessas
25 conversas decida que não quer se inscrever. Não enxerga um ganho real nessa proposta que
26 foi aventada. O MAGNÍFICO REITOR diz que para adiantar a discussão e não prejudicar as
27 possíveis observações que foram colocadas, reitera a experiência passada da Universidade
28 com esse método tradicional aqui descrito. Ele é sujeito a críticas, é demorado etc., mas
29 sabem que funciona, dessa forma foram eleitos os últimos cinco ou seis reitores. Entende que
30 ele pode ser alterado com cuidado, mas acredita que a hora não é esta. A comissão, depois de
31 estabelecida, é autônoma para propor regras para a campanha, e não precisa explicitar agora,
32 nesta resolução, pode ser feito posteriormente. A comissão, inclusive, depois de estabelecida,
33 pode estudar o calendário e caso julgue necessário alterá-lo, pode solicitar outra reunião.
34 Gostaria de encaminhar do modo tradicional: escolhem a comissão aqui, que ficará
35 encarregada de estabelecer regras e procedimentos para a campanha, e caso a comissão julgue
36 que existe algum inconveniente grave no cronograma, solicitará mudança e o Consu será
37 convocado para deliberar; mas já fica aprovado o procedimento aqui colocado. Sabe que essa
38 posição não é unanimidade, mas não gostariam de propor mudanças agora para se
39 arrependerem no futuro. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL diz que gostaria de
40 fazer uma proposta. O MAGNÍFICO REITOR diz que o professor fará e irão votar. A

1 Conselheira SHIRLEI MARIA RECCO-PIMENTEL diz que há um pequeno ajuste que deve
2 ser feito. No item 2.1 do calendário consta o fechamento do colégio eleitoral no dia 08 de
3 fevereiro como uma data geral para as três categorias; só que no item 6.1 se estabelece que
4 para os alunos ingressantes pelo vestibular esse colégio eleitoral será fechado no dia 28 de
5 fevereiro. Seria necessário fazer uma adequação para que os dois itens não fiquem
6 incompatíveis. O MAGNÍFICO REITOR diz que a professora tem razão. A senhora Lêda já
7 havia notado essa incoerência e corrigiu. O item 6.2 passa a ter a seguinte redação: “O
8 Colégio Eleitoral de docentes e de servidores técnicos e administrativos deverá ser
9 estabelecido até 08 de fevereiro e o de discentes até o dia 28 de fevereiro.” Se a minuta de
10 deliberação for aprovada, em seguida escolherão a comissão que terá autonomia para instituir
11 as regras de campanha e propor outras alterações, caso julgue necessário. O professor
12 Geromel tem uma proposta alternativa. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL
13 encaminha no sentido de fazerem a votação sobre o calendário, exclusivamente, como
14 colocado no item 2.1. O MAGNÍFICO REITOR diz que há duas propostas. A proposta da
15 Mesa é votar toda a deliberação; se aprovada, em seguida, escolherão a comissão. A proposta
16 do professor Geromel é votar, inicialmente, apenas o calendário. Irá colocar em votação a
17 primeira, porque se for aprovada, já fica resolvido. A Conselheira DIANA NASCIMENTO
18 MORAES NOVAES diz que a bancada discente fez uma proposta de alteração da aplicação
19 da proporcionalidade dos votos. O MAGNÍFICO REITOR diz que essa questão consta dos
20 Estatutos da Universidade. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL pergunta por que
21 não votam, inicialmente, o calendário. O MAGNÍFICO REITOR diz que sua proposta é
22 aprovar como um bloco; depois escolhem a comissão e caso a comissão julgue necessária a
23 alteração, que estude com cuidado com a Secretaria Geral, ela propõe mudanças que serão
24 analisadas por este Conselho. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL propõe o
25 encaminhamento que lhe parece o mais normal: colocam em votação essa proposta com
26 destaques. O MAGNÍFICO REITOR diz que irá colocar em votação toda a deliberação, com
27 exceção do calendário, e depois o submeterá à votação. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO
28 GEROMEL diz que existem outros destaques a serem feitos. A Conselheira DIANA
29 NASCIMENTO MORAES NOVAES diz que a bancada discente havia destacado o ponto 10
30 também. O MAGNÍFICO REITOR esclarece que esse item depende de alteração dos
31 Estatutos e do Regimento da Unicamp; agora isso não pode ser feito. O Conselheiro FELIPE
32 TANNUS MOREIRA DA COSTA diz que poderiam destacar para formarem um início de
33 discussão. Se não for para ser votado agora, colocam para depois, mas é importante destacar.
34 O MAGNÍFICO REITOR, com exceção do item 2, submete à votação todo o restante da
35 minuta de deliberação, referente ao item 3 da Ordem do Dia, sem prejuízo de que, para o
36 futuro, sejam estudadas as alterações de modernização do sistema de votação, sendo
37 aprovada, com 43 votos favoráveis, 4 contrários e 5 abstenções. Pergunta ao professor
38 Geromel se ele tem uma proposta específica. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL
39 responde que sim; irá fazer uma proposta de datas que pode ser contestada. Acolhe o que foi
40 dito em função da necessidade de cumprir alguns prazos. Mas, por exemplo, colocaria as

1 inscrições dos candidatos entre os dias 02 e 04 de janeiro, a campanha eleitoral do dia 08 de
2 janeiro ao dia anterior ao término do primeiro turno. Se consultarem outras universidades que
3 realizam eleições, está ocorrendo agora eleição na Unifesp, por exemplo, e existe exatamente
4 isso – há inscrições, todos os prazos de impugnação e depois uma data bem definida para a
5 campanha eleitoral decidida por regras justas pela comissão que organiza a consulta, através
6 de seu conselho universitário. Gostaria de deixar explícito que a campanha eleitoral tenha um
7 início e um final. Essa é sua proposta concreta: inscrições antes e uma campanha eleitoral de
8 dois meses. A Conselheira SILVIA FERNANDA DE MENDONÇA FIGUEIRÔA pergunta
9 se entre o primeiro e o segundo turno – porque aqui está previsto que possa acontecer um
10 segundo turno – não haveria campanha eleitoral visando a uma definição no segundo turno. O
11 Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL responde que a pergunta procede. Deveriam
12 prever a campanha eleitoral também entre o primeiro e o segundo turno, como normalmente
13 ocorre. Quis somente dar um exemplo para que possam construir essa solução de explicitar o
14 tempo da campanha eleitoral sob a égide da comissão. O MAGNÍFICO REITOR esclarece
15 que a comissão será escolhida em seguida. Pergunta ao professor Geromel se ele teria alguma
16 coisa contra, escolhida a comissão, colocarem o calendário, em princípio, como está aqui e,
17 depois, a comissão analisaria possíveis alterações. Porque, por exemplo, nunca colocaram as
18 inscrições no início de janeiro, pois essa é uma época em que muita gente tem compromissos
19 fora da Universidade. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL acha que devem fazer o
20 contrário: não aprovam o calendário e remetem a situação à comissão para que traga ao
21 Conselho Universitário, daqui a um mês, bem estudado sobre todos esses aspectos, inclusive
22 os aspectos da campanha eleitoral. O MAGNÍFICO REITOR diz que teria de ser uma Sessão
23 Extraordinária, que teriam de convocar somente para discutir o calendário. O Conselheiro
24 JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL diz que está bem assim. O MAGNÍFICO REITOR diz que
25 colocará as duas propostas em votação: uma é aprovar o calendário como consta da pauta e a
26 comissão analisa, se a comissão julgar que está adequado, não volta para este Conselho
27 deliberar; a outra é não aprovar o calendário, a comissão propõe o calendário e então farão
28 uma reunião extraordinária do Consu para deliberar. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO
29 GEROMEL diz que nessa segunda proposta que está fazendo, a comissão deveria prever no
30 calendário, inclusive, a possibilidade de um prazo adequado para a campanha eleitoral.
31 Gostaria que a comissão de organização da consulta, além de se debruçar sobre o calendário,
32 verifique efetivamente todos os pontos angulares importantes que ela deva trazer a este
33 Conselho para garantir, sob todos os aspectos, uma consulta justa e precisa; sugere que a
34 reunião aconteça daqui a um mês. É nesse sentido, como sempre ocorre, que está fazendo sua
35 proposta. Mais do que isso. Não tem problema algum que a comissão, ao contrário, estude
36 todos esses aspectos em um mês e com vagar e com parcimônia traga ao Conselho
37 Universitário todas as soluções sobre esses problemas que estão colocando. Portanto,
38 solicitaria aos conselheiros que permitam implementar essa inovação no calendário da
39 Universidade, de definir um período para a campanha eleitoral explicitamente. O
40 MAGNÍFICO REITOR diz que qualquer que seja a definição, a comissão tem autonomia para

1 propor mudanças e solicitar a convocação do Conselho Extraordinário. O Conselheiro
2 FELIPE TANNUS MOREIRA DA COSTA solicita um aparte. Se for para marcar uma
3 reunião extraordinária do Conselho Universitário, considera importante discutirem o ponto
4 10.2, porque tanto os estudantes quanto os funcionários levantaram essa questão, e é
5 importante ao menos discutir. O MAGNÍFICO REITOR esclarece que esse assunto já foi
6 vencido, somente o calendário não foi votado. O Conselheiro FELIPE TANNUS MOREIRA
7 DA COSTA diz que a bancada discente coloca sua insatisfação nesta reunião do Conselho
8 Universitário e irão bater na mesma tecla na Sessão Extraordinária. O MAGNÍFICO REITOR
9 diz que colocará em votação as duas propostas, uma contra a outra: os favoráveis ao
10 calendário como consta aqui e depois, sem prejuízo que a comissão escolhida proponha
11 alterações, mas se não propuser, estará aprovado; a outra proposta é o calendário em aberto e
12 a comissão escolhida propõe e convocarão uma reunião extraordinária, no prazo de um mês,
13 aproximadamente. Submete à votação a primeira proposta, que recebe 46 votos favoráveis;
14 em seguida, submete à votação a segunda proposta, que recebe 3 votos favoráveis. As
15 abstenções são 3. Portanto foi aprovado como está na pauta. A comissão analisará se o
16 calendário está adequado ou não. Passa à Constituição da Comissão Organizadora da
17 Consulta: área de Exatas, professora Silvia Figueirôa; área de Biológicas, professor Paulo
18 Araújo; área de Humanas, professor Esdras Silva; área de Tecnológicas, professora Liliane
19 Ferrareso. Para esta composição, a presidência da comissão é do diretor mais antigo no cargo,
20 que seria a professora Silvia Figueirôa. Três membros da representação docente: professor
21 Adalberto Bassi, professor Guilherme Wood e professor Osvaldir Taranto. Um membro da
22 representação discente: acadêmico Sylla Taves. Um membro da representação dos servidores:
23 senhor Jessé Targino. Um membro da comunidade externa: senhor Alberto Soares. Com isso
24 encerram a composição da comissão, que tem a professora Silvia Figueirôa como presidente.
25 Como decidido aqui, solicita que a comissão estude o calendário; se houver algum problema,
26 ela sugere as mudanças, analisando com a Secretaria Geral todos os prazos. As regras da
27 campanha não estão prevista, caso a comissão queira, pode definir. A Conselheira SILVIA
28 FERNANDA DE MENDONÇA FIGUEIRÔA diz que devem ser levadas em consideração
29 todas as ponderações feitas aqui, por vários conselheiros; apenas aquelas que implicam
30 alteração estatutária não, pois é impossível de atender neste momento, mas todas as outras
31 discussões e ponderações têm de ser levadas em conta. A professora Gláucia lembrou bem
32 que as eleições na Universidade têm transcorrido sem grandes problemas e dentro dos padrões
33 de civilidade. Acredita que essas regras não têm por que serem completamente abandonadas.
34 O MAGNÍFICO REITOR agradece antecipadamente a todos os membros da comissão, pois
35 esse é um trabalho difícil. Esclarece ao professor Geromel que a comissão que está tratando
36 da votação eletrônica prevê que para a próxima eleição dos representantes docentes seja feita
37 através de urna eletrônica, de maneira que até os professores que estejam no exterior possam
38 votar. Espera que dê certo na próxima eleição. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL
39 tem certeza que dará. Penitencia-se porque essa fala vem, hoje, um ano após ter alertado que
40 essa situação, de fato, ocorreria. O MAGNÍFICO REITOR diz que não proporem uma

1 eleição eletrônica, pela primeira vez, para consulta para escolha de Reitor, porque o risco é
2 muito grande. Dessa maneira, todos sabem que funciona, o que oferece mais segurança para a
3 Universidade como um todo. O Conselheiro PAULO SÉRGIO FRANCO BARBOSA diz que
4 não viu a votação formal para a constituição da COC, viu somente as indicações. O
5 MAGNÍFICO REITOR esclarece que a comissão é formada por quatro diretores de unidades
6 de ensino, sendo um representante de cada área, indicado pelos diretores das respectivas
7 áreas. Mas colocará para votação oficial. Submete à votação a constituição da Comissão
8 Organizadora da Consulta à Comunidade para Escolha do Reitor da Unicamp de 2013, como
9 segue: área de Exatas, professora Silvia Figueirôa; área de Biológicas, professor Paulo
10 Araújo; área de Humanas, professor Esdras Silva; área de Tecnológicas, professora Liliane
11 Ferrareso. Para esta composição, a presidência da comissão é do diretor mais antigo no cargo,
12 a professora Silvia Figueirôa. Três membros da representação docente: professor Adalberto
13 Bassi, professor Guilherme Wood e professor Osvaldir Taranto. Um membro da
14 representação discente: acadêmico Sylla Taves. Um membro da representação dos servidores:
15 senhor Jessé Targino. Um membro da comunidade externa: senhor Alberto Soares, sendo
16 aprovada por unanimidade. O MAGNÍFICO REITOR interrompe a Sessão para uma pausa
17 para o almoço. Reiniciando a Sessão, diz que é preciso concluir algumas indicações de
18 comissões que constam do Expediente; houve a necessidade de consultar membros docentes e
19 diretores durante o almoço para a constituição dessas comissões. Passará à leitura das
20 indicações para que fique registrado em Ata. Para a Comissão de Planejamento Estratégico
21 Institucional – Copei, foram indicados os três representantes dentre os dirigentes da área da
22 Saúde para mandato de um ano, conforme Deliberação Consu: professores Manoel Barros
23 Bértolo, Superintendente do HC, Oswaldo da Rocha Grassiotto, Diretor do Caism e Cármino
24 Antonio de Souza, Diretor do Hemocentro. Para a Comissão de Vagas Docentes – CVD, foi
25 indicado um representante da área de Tecnológicas, como titular, em substituição ao professor
26 Paulo Sérgio Franco Barbosa, a partir de 07.10.12, o professor José Antenor Pomilio, e como
27 suplente o professor Rodnei Bertazzoli. Para a Comissão de Vagas Não Docentes – CVND,
28 foi indicado um representante da área de Humanas, como suplente, em substituição ao
29 professor Fernando Sarti, a partir de 30.11.12, a professora Nádia Farage. Para a Comissão de
30 Atividades Interdisciplinares – CAI-Consu, foram indicados dois diretores de unidades como
31 representantes titulares, em substituição aos professores Paulo Ferreira de Araújo e Rodnei
32 Bertazzoli: os professores José Antenor Pomilio e Jacks Jorge Junior. Em seguida, passa ao
33 próximo item a ser discutido, item 4 – Proc. nº 08-P-23998/11 –, que trata de Recurso da
34 Congregação do Instituto de Física face as Deliberações Cepe 348/12 e 349/12, referentes a
35 promoções por mérito de docentes da Unidade. Passa a palavra ao professor Daniel. O
36 Conselheiro DANIEL PEREIRA diz que como o senhor Reitor mencionou, trata-se de um
37 recurso da congregação do IFGW ao Consu para que este mantenha as decisões da
38 congregação, que foram tomadas por unanimidade, baseadas em pareceres de mérito emitidos
39 por uma comissão de avaliação associada à nova carreira docente. Do ponto de vista do
40 Instituto, este não é um recurso contra nenhuma comissão, nem contra qualquer docente

1 envolvido no processo, mas um recurso em defesa de um princípio, que para o Instituto é
2 fundamental, o princípio de avaliação por pares. Esse princípio é um pilar no sistema de
3 ciência e tecnologia e, apesar de imperfeito, consideram que é o melhor procedimento. Com
4 relação à carreira docente, independentemente se for promoção por mérito ou provimento de
5 cargos e funções por concurso, a avaliação por pares se faz através de comissões de avaliação
6 e de bancas às quais é delegada a atribuição de fazer a avaliação. Em condições normais, o
7 entendimento é que se deve verificar se os procedimentos foram adequadamente satisfeitos, e,
8 ou acatam o parecer ou o rejeitam, jamais o alteram. Do ponto de vista de análise de
9 procedimentos, existem questões de forma e de conteúdo. As questões de conteúdo estão
10 associadas a questões de mérito e sabem que na carreira docente há um balizador que deve ser
11 considerado pelas comissões de avaliação, que são os perfis acadêmicos. É possível que em
12 instâncias distintas da comissão de avaliação, questões de avaliação de mérito sejam
13 observadas e, eventualmente, quando elas não forem contempladas pela comissão de
14 avaliação se rejeite esses pareceres. Mas nunca se pode substituir o parecer de mérito de uma
15 comissão de avaliação ou de uma banca por outro parecer. Quer dizer, rejeitar é equivalente a
16 não homologar o processo e, portanto, este deveria ser feito dentro da unidade. Quanto à
17 questão de balizamento sobre a análise da comissão de avaliação que está associada aos perfis
18 acadêmicos, várias unidades têm perfis que definem indicadores quantitativos mínimos para
19 serem satisfeitos e, em geral, são essas as condições que, historicamente, a Cadi tem analisado
20 e verificado uma eventual discordância. No caso dos perfis do Instituto de Física, eles são
21 fundamentalmente qualitativos e, portanto, a análise de mérito tem uma grande conotação
22 subjetiva e, de fato, a competência é da comissão de avaliação que é definida para essas
23 situações. Isso do ponto de vista conceitual geral. Com relação a estes dois processos em
24 pauta e o processo dentro do Instituto de Física, relata que foi um processo relativamente
25 tranquilo; houve pouco desgaste ou tensões internas, apesar de um grande número de pessoas
26 terem participado. Acreditam que essa tranquilidade no trabalho da comissão de avaliação se
27 deveu basicamente a duas decisões que a congregação adotou antes do processo ser iniciado,
28 o primeiro deles é que todos os docentes que pleiteassem promoção por mérito seriam
29 analisados pela mesma comissão, de tal forma que essa comissão pudesse ter um olhar
30 isonômico e até mesmo comparativo entre os vários docentes e pudesse classificá-los no
31 melhor enquadramento possível. Foi definida uma comissão de avaliação extremamente
32 experiente, formada por pessoas profundamente conhecedoras da comunidade de Física do
33 Brasil e, não por acaso, o presidente dessa comissão foi um ex-diretor do Instituto de Física
34 por duas vezes. A segunda decisão que a congregação adotou foi que após a emissão do
35 parecer de mérito da comissão, se existisse algum docente que quisesse se manifestar, do
36 ponto de vista de uma reconsideração, poderia fazê-lo, e esses pedidos de reconsideração
37 seriam encaminhados a essa mesma comissão, para que ela pudesse apreciar essas novas
38 manifestações e, eventualmente, reconsiderar o seu parecer. Esse processo envolveu quarenta
39 docentes. A comissão esteve cerca de três meses com todo o material em mãos, discutiu e
40 emitiu quarenta pareceres circunstanciados. É importante essa consideração para ficar claro

1 que o processo se deu ao mesmo tempo com todos os docentes. A comissão recomendou 14
2 promoções para o nível MS-5.3, 13 promoções para o nível MS-5.2 e não recomendou
3 promoção de sete colegas do nível MS-5.1. Também houve seis candidatos de nível MS-3.
4 Sete colegas solicitaram reconsideração à comissão e, portanto, esses sete processos foram
5 enviados em um segundo momento para a Cadi. Inicialmente foram enviados 33 processos
6 com recomendações para promoção para os níveis MS-5.3, MS-5.2, MS-5.1, ou não
7 recomendação, e todos os processos foram aprovados por unanimidade pela congregação.
8 Esses processos passaram pela Cadi, em um primeiro momento, sem nenhuma observação ou
9 objeção. Aqueles sete colegas que solicitaram reconsideração foram reavaliados pela
10 comissão, por um prazo de cerca de dois meses, em uma nova discussão, e a comissão
11 manteve o parecer inicial para seis desses colegas e para um deles recomendou a promoção
12 solicitada. Quando esses sete processos foram para a Cadi, portanto, nesse segundo momento,
13 a relatora, para dois desses casos, discordou do parecer da comissão de avaliação, e mais do
14 que isso, emitiu um novo parecer de mérito onde recomendava um enquadramento distinto
15 daquele sugerido pela comissão. E esse parecer serviu de base para o parecer da Cadi, que
16 também subsidiou a discussão na Cepe. A questão básica que se coloca para o Instituto de
17 Física é que foi um processo que ocorreu dentro da maior normalidade institucional, os
18 quarenta processos foram analisados por uma mesma comissão de especialistas,
19 profundamente conhecedora da área de Física e da comunidade de Física do Brasil, e acredita
20 que não foi adequado dois casos serem colocados separados desse contexto geral com uma
21 sugestão de enquadramento distinto daquele da comissão de avaliação. O processo de
22 avaliação por pares, como falou inicialmente, não é perfeito, ele pode ser falível, as comissões
23 são formadas por membros da comunidade, e ninguém é infalível. No entanto, se um parecer
24 de mérito é analisado por outra instância, que verifica que ele não atendeu adequadamente
25 critérios acadêmicos e de perfil associados a questões de mérito, o que se pode fazer é rejeitá-
26 lo, nunca modificá-lo. No entender do Instituto, nestes casos em particular, não parece que
27 tenha havido um problema de qualquer natureza por parte da avaliação da comissão. Um
28 parecer de mérito para ser considerado não adequado, ou seria um parecer cuja comissão não
29 teve sensibilidade ou competência para tratá-lo ou, eventualmente, questões de tendências,
30 para o bem ou para o mal. O Instituto não reconhece nenhuma dessas dificuldades para essa
31 comissão. Como disse, foram analisados quarenta processos, o Instituto aprovou 39 por
32 unanimidade, houve enquadramentos em todos os níveis, inclusive dez colegas que não
33 receberam promoção, três ficaram no nível MS-3.1 e sete no nível MS-5.1; portanto, não
34 existiria nenhuma motivação para que a decisão da congregação, baseada na análise de mérito
35 da comissão, fosse modificada. E é nesse sentido do recurso que gostaria de contar com a
36 sensibilidade dos colegas para que se mantivesse a decisão da Unidade. O MAGNÍFICO
37 REITOR diz que antes de passar a palavra ao professor Pilli, fará uma colocação de ordem
38 geral em relação a um conceito colocado. Existe diferença entre concurso e promoção por
39 mérito nas regras institucionais da Unicamp. Os concursos para ingresso nos níveis MS-3 e
40 MS-6, decisões de comissões examinadoras, de bancas, somente são sujeitas à nulidade, o

1 parecer não pode ser modificado. No caso da promoção por mérito, o parecer da Cadi pode ou
2 não coincidir com o da congregação e com o da comissão de avaliação. No caso de mudança
3 de carreira, este Conselho Universitário manteve essa regra institucional. Portanto, a comissão
4 de avaliação emite um parecer, que a congregação da unidade, ou outra comissão analisa,
5 segue para a Cadi, que emite um parecer que pode ou não coincidir com o da unidade. No
6 caso de não haver coincidência, segue para deliberação da Cepe, que pode ou não coincidir
7 com o que deseja a unidade. O Conselheiro RONALDO ALOISE PILLI diz que o professor
8 Daniel já historiou como esses processos tramitaram e chegaram até a Cadi, e é importante
9 frisar que esse foi o único caso, de todos os casos de promoção por mérito, que o processo
10 chegou à Cadi já com o recurso apresentado por sete docentes e já analisado pela comissão de
11 especialistas, com o parecer da congregação. Em nenhum outro caso a Cadi recebeu processos
12 para emitir pareceres onde havia recursos por parte dos interessados. Desses sete casos, a
13 Cadi, como sempre fez, com base em pareceres de seus relatores, deliberou favoravelmente
14 em relação a cinco casos, de acordo com a congregação do Instituto de Física, e destacou dois
15 deles por entender que mereciam uma discussão mais elaborada. A razão foi que para um dos
16 casos em que a promoção solicitada pelo docente não foi recomendada pela comissão de
17 especialistas, ela entendeu que não havia demonstração clara de liderança nacional e
18 internacional do interessado. Em seu recurso o professor procurou demonstrar sua liderança e
19 na letra do perfil estabelecido pelo Instituto de Física, a palavra liderança não consta, consta
20 reconhecimento nacional e internacional. A Cadi entendeu que havia no recurso e no próprio
21 histórico e currículo do interessado elementos para reconhecer esse ponto. No segundo caso,
22 havia por parte da comissão de especialistas uma indicação de que a professora não ocupara
23 cargos de chefia ou de direção na unidade, mas, novamente, no perfil da docente continha
24 atividades de caráter administrativo, a docente havia sido vice-coordenadora de graduação e
25 atualmente é a representante suplente do Instituto de Física na própria Cadi. Esses pontos
26 foram destacados pela relatora, e não foi em função apenas da sua opinião que a Cadi decidiu.
27 A votação está expressa no parecer e, no caso, foram 12 votos contrários à posição da
28 congregação contra nove, portanto, favoráveis ao recurso, e no outro caso, 11 votos também
29 contrários à posição da congregação e nove votos favoráveis à posição da congregação e o
30 número de abstenções ficou em torno de cinco. Acredita que o recurso da congregação do
31 IFGW também foi aprovado por certa votação a favor e contra; e na Cadi da mesma maneira.
32 A Cadi sempre trabalhou dessa forma, ou seja, os processos que chegam recebem o parecer de
33 um relator e esse parecer subsidia as discussões, mas ele nunca é determinante. Há casos de
34 pareceres de relatores que não são aprovados. Frisa também que a portaria que deu origem à
35 Cadi reconhece que ela deve se manifestar sobre questões de mérito; está disposto nas
36 portarias que deram origem a esta comissão: “As manifestações da Cadi serão apresentadas
37 sob a forma de pareceres circunstanciados e conclusivos sobre o mérito das propostas”. E
38 entre as prerrogativas da Cadi, como todos sabem, está a questão da promoção por mérito.
39 Estranha quando se imputa ao fato de a Cadi ter emitido um parecer e ter destacado algumas
40 inconsistências dentro do próprio perfil, que isso seja tomado como um fato grave. De forma

1 alguma. Grave seria se à Cadi fosse subtraído o direito de se manifestar sobre questões de
2 fundo, pelas quais ela foi criada. De fato, o que houve na Cadi foi uma discussão bastante
3 serena, profunda, demorada, sobre esses dois casos, e a decisão foi, como foi também o
4 processo de promoção por mérito no IFGW, bastante tranquilo. Então, a questão maior é se às
5 demais instâncias cabe ou não opinar sobre pareceres de comissões de especialistas, ou se às
6 demais comissões cabe apenas aprovar ou rejeitar, como afirma em seu recurso a congregação
7 do IFGW. Sua particular opinião é que no momento em que o presidente da comissão de
8 avaliação de desenvolvimento institucional cercear a prerrogativa de discutir mérito, que é
9 algo que está nas letras da criação desta comissão, é melhor que esse presidente deixe a sua
10 função, porque ele estará cerceando uma discussão que é prerrogativa, é o *locus* maior para
11 que ela seja feita. Sob esse aspecto, acredita que a discussão da Cadi direcionou a discussão
12 para esses dois casos porque ali havia realmente elementos que talvez a comissão de
13 especialistas, ou não tivesse dado a devida prioridade ou atenção, ou tivesse analisado de
14 outra maneira, distinta daquela da Cadi. Lembra que isso também tem estado bastante
15 presente nas reuniões, quando se discute promoção por mérito, a necessidade de rever os
16 perfis de diversas unidades. No caso particular do Instituto de Física isso foi apontado pela
17 relatoria, os perfis para os níveis MS-5.2 e MS-5.3, no que tange aos requisitos acadêmicos,
18 são idênticos; a única diferença é que para o nível MS-5.3 consta requisito de atividades
19 administrativas. Então, se sob o ponto de vista acadêmico, de liderança, de reconhecimento,
20 publicação, formação de recursos humanos, o docente atende ao perfil do nível MS-5.2, ele
21 também atende, à luz das normas do perfil da Unidade, para o nível MS-5.3. Esse foi um
22 ponto bastante discutido e que subsidiou a decisão final da Cadi. Volta a reiterar que os
23 trabalhos da Cadi se pautam por uma análise cuidadosa dos processos, subsidiada pelos
24 pareceres dos seus relatores, porque dessa forma as discussões se tornam muito mais densas e
25 mais maduras antes da tomada de decisão. Em nenhuma situação é cerceada a liberdade dos
26 membros da Cadi de discutir e opinar, e isso foi o que pautou sua decisão nesses dois casos. A
27 questão também de comparar com o caso anterior de outra unidade em que o parecer da
28 comissão de especialistas foi modificado pela congregação, e isso também foi apontado pela
29 Cadi, e o processo, por decisão da Cepe, retornou à unidade, ela também não encontra muita
30 similaridade, porque nesse caso os sete processos chegaram à Cadi já com o pedido de
31 reconsideração dos interessados, analisados pela comissão de especialistas e deliberados pela
32 congregação. Não havia o que estabelecer em termos de nulidade de processo. Havia um
33 recurso dos interessados e uma decisão da congregação da unidade. E por 12 votos a nove em
34 um caso e 11 votos a nove em outro, a Cadi manifestou-se favoravelmente ao pleito dos
35 interessados, que nos dois casos era promoção para o nível MS-5.3. O MAGNÍFICO REITOR
36 abre para discussão do Plenário. O Conselheiro ADALBERTO BONO MAURIZIO SACCHI
37 BASSI diz que ultimamente não tem solicitado muito a palavra, só o faz quando tem bastante
38 convicção. Acha que o professor Pilli esclareceu de modo perfeito o que ocorreu na Cadi.
39 Cabe-lhe apenas dizer que a relatora é conhecida no Instituto de Química como uma pessoa
40 extremamente rigorosa. Um parecer dela em uma das últimas reuniões da congregação não foi

1 acatado por ser considerado rigoroso demais. Tem certeza de que a Cadi discutiu o assunto
2 com muita tranquilidade e que o parecer foi muito ponderado. Conforme o professor Pilli
3 acabou de dizer, havia sete recursos e apenas dois foram acatados pela Cadi. Lembra também
4 que a Cadi foi criada na gestão do professor Vogt há bastante tempo; e pode estar enganado,
5 mas não se lembra de outra ocasião em que a Cadi tenha se manifestado contrariamente a uma
6 congregação; nesse caso, não porque a congregação pedia mais para o seu docente e a Cadi
7 achava não ser possível, mas ao contrário, por achar que o docente merecia mais do que o
8 proposto pela unidade. Se isso ocorreu em outro caso, deve ter sido raríssimo na história da
9 Cadi. Esse assunto foi discutido em uma reunião da Cepe em que estava presente, e essa
10 discussão também foi bastante tranquila; a Cepe endossou o parecer da Cadi. Tudo isso parece
11 institucionalmente correto. Lamenta que a congregação do Instituto de Física venha ao Consu
12 para impedir a reclassificação de dois docentes considerados meritórios pela Cadi e pela
13 Cepe. O Conselheiro LUIZ FERNANDO MILANEZ diz que ao fazer o pedido de promoção
14 por mérito ele passa por uma comissão interna, de pessoas da unidade, que são da área, que
15 conhecem os critérios e autorizam o docente a concorrer à promoção. No caso do professor
16 Chinellato, há um parecer do departamento, do professor Marcelo Guzzo, atestando que ele
17 possui condições. No caso da professora Lucila, há aprovação do departamento com base em
18 um parecer de três docentes especialistas da área, Amir Caldeira, Alex Antonelli e Marcos
19 Aguiar. Portanto, há pareceres internos da unidade atestando que esses professores têm
20 condições de serem promovidos. Considera que cada órgão cumpriu sua função institucional.
21 Estava presente na discussão da Cadi e também na discussão da Cepe. E existem pareceres
22 internos do próprio Instituto também atestando que essas pessoas têm condições de obter a
23 promoção pretendida. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL diz que fará algumas
24 considerações e também deseja algumas informações adicionais a respeito desses dois casos.
25 Primeiramente, discorda da visão do professor Daniel, pois acha que a Cadi pode alterar um
26 parecer; e mais do que isso, segundo o relator, propor a promoção do docente do nível MS-5.1
27 para o nível MS-5.3. Do ponto de vista formal, parece que isso tudo está correto. Por outro
28 lado, gostaria de salientar e verificar com precisão se quando essa decisão foi tomada pela
29 comissão de especialistas do Instituto de Física e retornou à congregação, esta manteve o
30 parecer da comissão, ou por grande maioria ou por unanimidade. É isso. Ao passo que, se
31 entendeu bem o que disse o professor Pilli, quando a Cadi analisou a mesma condição, a
32 votação foi muito dividida, 11 a nove. O Conselheiro RONALDO ALOISE PILLI esclarece
33 que isso em um caso, e 12 a nove no outro. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL diz
34 que esse é um ponto que acha crucial nessa questão. E vai além. Passa à leitura do que diz a
35 senhora relatora professora Pastore, sobre a professora Cescato: “Considero que a professora
36 Cescato detém todos os requisitos para a promoção para MS-5.3, e não recomendo a
37 aprovação da decisão da congregação do IFGW, ao contrário, recomendo que se aprove a
38 promoção de MS-5.1 para MS-5.3.” Pediria ao professor Daniel que se manifestasse dentro
39 desse contexto. Ou seja, deseja saber se todos os requisitos definidos pelo perfil do Instituto
40 de Física foram ou não atendidos pela professora. Se assim for, a comissão não atuou de

1 forma estrita relativamente ao perfil definido pela Unidade. Gostaria de abrir um pequeno
2 parêntese. Leu o *curriculum vitae* de alguns dos professores no sistema do CNPq, e começou
3 a notar algo que certamente precisará da preocupação desta Casa, no futuro, sobre publicações
4 científicas. Notou que o primeiro docente tem várias publicações em um sistema denominado
5 *O Grupo de Autores Pierre Auger Collaboration*; são centenas de coautores de artigos. Esteve
6 recentemente na banca de um concurso para professor titular na UFRJ, e havia artigos com
7 mais de mil coautores. Está trazendo uma preocupação ao Conselho Universitário no sentido
8 de que esse fato é muito difícil de ser considerado por ele dentro da métrica que
9 estabeleceram até o momento para avaliar esse tipo de publicação. Mas só fecha essa questão
10 porque ocorreu nesse caso e é uma preocupação que gostaria de compartilhar com os colegas.
11 O Conselheiro PAULO SÉRGIO FRANCO BARBOSA diz que esse foi o primeiro ciclo
12 avaliatório e, antes de qualquer coisa, reconhece a qualidade do processo que foi realizado no
13 IFGW, com a possibilidade de recurso, tendo uma comissão única para estabelecer critérios
14 comuns à análise. Reconhece que também houve algumas indagações que eventualmente a
15 própria deliberação que estabelece essa forma de análise, promoção por mérito, tenha deixado
16 omissa. Na FEC havia dúvidas, como, por exemplo, se a comissão de avaliação poderia
17 alterar o pleito do candidato. Por exemplo, para o candidato que pleiteia o nível MS-5.3 se a
18 comissão poderia apenas rejeitar ou fazer uma avaliação de mérito e enquadrá-lo em nível
19 diferente. Outra dúvida era se a congregação poderia alterar o parecer da comissão de
20 avaliação. Essas foram algumas dúvidas que apareceram. É óbvio que, como o professor
21 Daniel comentou, aquele princípio da avaliação por pares é a base de tudo. No entanto, alguns
22 órgãos colegiados têm a competência de fazer avaliação de mérito, outros não. Muitas vezes é
23 difícil para a própria congregação fazer uma avaliação plena. Já a Cadi tem isso na sua própria
24 gênese, avançar e fazer avaliação de mérito. E, em que pese a importância do princípio da
25 avaliação dos pares, entende que também não possa ser essa avaliação a palavra final, porque,
26 caso contrário, ficariam, na expressão alcunhada por um autor americano, “na ditadura das
27 comissões acadêmicas”. Se essa comissão inicial tem a palavra final, tudo que vem na
28 sequência acaba perdendo o valor. Concorda com a posição da Cadi e, aliás, na legislação que
29 dispõe sobre a promoção por mérito não consta absolutamente nada sobre o parecer da
30 comissão de avaliação ter de ser acatado no todo ou rejeitado. O Conselheiro JÚLIO CÉSAR
31 HADLER diz que este é um assunto bastante polêmico. Sente-se constrangido de participar da
32 discussão porque faz parte dos quarenta docentes que foram julgados. Quando esse assunto
33 foi discutido pela Cepe chegou a se manifestar, mas absteve-se na votação. Quando foi à
34 congregação, também se absteve, embora tenha se manifestado. E se estão sob a égide daquilo
35 que falou o senhor Reitor e o professor Paulo Barbosa, que o questionamento do IFGW em
36 parte está inválido porque a Cepe tem o poder de alterar o parecer ou contrariar a unidade, a
37 congregação e a comissão, então a discussão da questão fica um pouco prejudicada. Houve
38 um processo, como o professor Daniel historiou, com uma comissão de alto nível que
39 analisou quarenta casos, aprovou a grande maioria e depois aprovou um recurso. A comissão
40 de avaliação, sobre o professor Chinellato, diz que ele é qualificado, tem méritos, mas coloca

1 uma restrição de que o papel de liderança científica não está claramente evidenciado na
2 comunidade nacional. O professor entrou com o recurso e a comissão manteve sua posição. A
3 relatora da Cadi foi bastante pontual quanto a esse aspecto, ela escreveu: “a palavra
4 ‘liderança’ não faz parte do perfil do docente MS-5.3 do IFGW.” Mas isso está implícito,
5 nenhuma unidade deseja um docente nível MS-5.3 que não seja líder, pelo menos em nível
6 nacional; não é necessário estar escrito no perfil. E também, o que ela continuou dizendo em
7 seu parecer, a comissão também reconheceu que é o mérito científico do candidato. Com
8 relação à outra candidata, professora Lucila, não sabe se passou despercebida ou não a
9 questão da atividade administrativa; a relatora mencionou que ela foi coordenadora associada
10 de graduação, e a comissão, à luz desse mesmo fato, manteve o parecer anterior e, da mesma
11 forma, no seu parecer inicial, reconheceu os méritos da candidata. E, nesse caso, no parecer
12 da relatora da Cadi constou uma frase que achou estranha, quase no final: “Se alguém que
13 pleiteasse promoção para MS-5.3 devesse ter participado em comissões e exercido cargos de
14 chefia e direção, poucos seriam os promovidos.” Acha que nessa frase ela foi infeliz.
15 Contabilizou os cargos que têm certa importância no Instituto, e se considerar diretor
16 associado e diretor, são 14 que fazem a Instituição prosseguir no rumo certo. Ao longo de
17 cerca de 30 anos, que é o tempo de carreira de um docente, não são tão poucos. Entende que a
18 relatora, neste caso, também foi um pouco pontual. Comparando os dois pareceres, nos dois
19 casos, enxerga mais sabedoria no parecer da comissão de avaliação do Instituto. Isso é
20 somente uma opinião. Agora, desagradando a todos, declara que irá se abster, porque
21 participou desse processo e não pretende votar. A Conselheira NÁDIA FARAGE deseja se
22 manifestar acerca desse recurso, mas sob o ponto de vista formal, porque no mérito se
23 posiciona a favor dos professores que entraram com o recurso. Acha que tem uma questão de
24 mérito aqui que parece passível de recurso. No entanto, estranha o encaminhamento, porque
25 embora não tenha localizado a deliberação da promoção por mérito, lembra-se que um dos
26 artigos dizia que o parecer da comissão de especialistas homologado pela congregação
27 seguiria para manifestação da Cadi. Então, manifestação, do seu ponto de vista, é acatar ou
28 rejeitar, mas não modificar resultados. Nesse sentido acata o parecer da relatora nos dois
29 casos. O MAGNÍFICO REITOR diz que lerá o § 2º do Artigo 6º da Deliberação Consu-A-
30 03/11, que esclarecerá essa dúvida: “As propostas de reclassificação por avaliação de mérito,
31 aprovadas em primeira instância pelas Congregações, deverão ser encaminhadas à Cadi para
32 parecer. Os pedidos de promoção por mérito que obtiverem parecer da Cadi concordantes
33 com o da Congregação da Unidade serão remetidos à Cepe apenas para ciência. As propostas
34 que receberem pareceres discordantes entre a Cadi e a Congregação da Unidade deverão ser
35 submetidas à Cepe para apreciação.” A Conselheira NÁDIA FARAGE diz que era
36 exatamente a isso que iria chegar, agradece pela intervenção. Mas o caso é que a Cadi deve
37 emitir um parecer, mas ela não deve aprovar ou reprovar, e é esse ponto, então concorda com
38 todo o parecer da colega Heloise Pastore, em ambos os casos, mas a última oração do parecer
39 é que parece extrapolar as atribuições da Cadi. Ela não pode recomendar o contrário de
40 alguma coisa. Ela pode não aprovar algum parecer e segue à Cepe e a Câmara deve

1 homologar ou não o resultado. No caso, se a Cepe solicitasse, parece que outra comissão de
2 especialistas, seria a maneira mais judiciosa de resolver essa questão, como aconteceu no caso
3 da Faculdade de Engenharia Química. Mas nesse mesmo caso da FEQ, a congregação não
4 havia homologado o resultado da comissão de especialistas. Porque senão, ao contrário do
5 colega que a antecedeu, acredita que se a comissão de especialistas faz uma indicação e ela
6 pode ser modificada por instâncias superiores, então não é preciso chamar a comissão de
7 especialistas, porque então o mérito seria resolvido pela Cadi. Não é bem assim. Acha que há
8 um problema de encaminhamento aqui, que pediria outra solução que não é só a de aceitar ou
9 rejeitar o parecer da Cepe. A Conselheira SILVIA FERNANDA DE MENDONÇA
10 FIGUEIRÔA diz que uma parte do que ia falar já foi dito, se trata da deliberação. Entende que
11 a Cadi emitiu esse parecer porque já havia um recurso, como lembrou o professor Pilli, então
12 por isso há essa manifestação. E isso está previsto na deliberação, isso está previsto no manual
13 que todos receberam aqui, que mostra como tem de ser o fluxo. Em relação ao que falou o
14 professor Júlio, lendo o parecer da relatoria da Cadi, esse aspecto que o professor chamou
15 atenção como algo pontual é uma conclusão de um arrazoado que é realizado antes. A relatora
16 menciona nos parágrafos anteriores que o professor que está recorrendo está envolvido em
17 pesquisas no exterior, com grupos alemães, que ele foi convidado por colegas brasileiros a
18 fazer parte de experimentos no *Cern* (Organização Europeia para a Pesquisa Nuclear), e faz
19 parte de um projeto Cepid-Fapesp. E afirma: “Tudo isso mostra a participação em ambientes
20 científicos no exterior e em experimentos importantes, dos quais ele não teria participação se
21 sua pesquisa não fosse relevante. Esses convites, no Brasil e no exterior, reconhecem, além de
22 qualquer dúvida, o mérito do colega e de suas contribuições para a comunidade científica.”
23 Então, esse aspecto que ela menciona depois, que a palavra liderança não faz parte do perfil,
24 mas está embutida, como lembrou o professor Júlio, está bem argumentado aqui. E seu
25 encaminhamento é para que sigam as normas que aprovaram neste Conselho. Podem alterá-
26 las depois, se entenderem que elas não estão funcionando; mas no momento o que está em
27 vigor é a Deliberação Consu-A-03/2011, de 26 de abril de 2011, e esta deliberação prevê que
28 em caso de discordância a Cepe deve tomar a decisão. A Conselheira GLÁUCIA MARIA
29 PASTORE diz que este caso é bastante curioso, porque, se entendeu bem, houve recurso da
30 decisão da unidade à Cadi, que não julgou o recurso. O Conselheiro RONALDO ALOISE
31 PILLI esclarece que a Cadi recebeu o processo *in totum*, com o recurso já analisado pela
32 comissão de avaliação e pela congregação e, obviamente, considerou esse documento como
33 parte. A Conselheira GLÁUCIA MARIA PASTORE diz ser nesse ponto que acha
34 preocupante. Tende a concordar com o que disse a professora Nádia. Já foi dito isso aqui
35 inclusive que não se altera decisão de comissão de avaliação; quer dizer, mas dependendo do
36 caso alteram? Precisam decidir exatamente o que querem fazer. O MAGNÍFICO REITOR diz
37 que, segundo as regras da Unicamp, o parecer da banca examinadora nos casos de concursos
38 para ingresso de professor doutor ou professor titular não pode ser alterado, estará sujeito
39 somente à anulação ou não homologação. No caso das promoções por mérito, após avaliação
40 na unidade, a Cadi analisa e pode modificar o parecer da comissão examinadora. Isso já

1 aconteceu dezenas de vezes. Houve numerosos casos em que a comissão tinha uma posição,
2 endossada pela congregação da unidade, a Cadi pensava diferente e então a Cepe deliberava.
3 Na promoção por mérito isso pode acontecer. A Conselheira GLÁUCIA MARIA PASTORE
4 diz que não entende por que o recurso veio junto. Pergunta por que o recurso não foi feito
5 depois para a Cepe. Acredita que esta tramitação esteja errada. O MAGNÍFICO REITOR
6 acha que este seja um procedimento próprio do Instituto de Física, porque isso não consta na
7 deliberação referente à promoção por mérito. Mas, neste caso, o professor Daniel e o
8 professor Pilli podem explicar melhor. A Conselheira GLÁUCIA MARIA PASTORE diz que
9 gostaria de ouvir o professor Daniel e quem participou desse processo, porque não faz
10 sentido, em sua opinião, que o recurso venha a ser avaliado pela Cadi. O Conselheiro
11 DANIEL PEREIRA, respondendo à dúvida da professora Gláucia, diz que no Instituto de
12 Física a análise de mérito é feita pela comissão de especialistas ou pela banca,
13 independentemente se se trata de promoção por mérito ou concurso. Isto porque, para o
14 Instituto, essa é uma questão acadêmica. Obviamente a Cadi tem a prerrogativa de abordar a
15 questão de mérito e, portanto, se ela se manifestar contrariamente, deve justificar. Por
16 exemplo, a comissão não fez bem o seu trabalho, existem inconsistências, como o professor
17 Pilli colocou, que são evidentes, e então a Cadi não concorda com a comissão de avaliação.
18 Exatamente por esse entendimento o Instituto adotou a seguinte sistemática: a avaliação de
19 mérito na nova carreira equivale ao trabalho de um parecerista que analisa um artigo
20 científico, ou de um assessor da Fapesp que analisa um projeto a ela encaminhado. Nesses
21 casos, como não existe o contato direto entre os envolvidos, se o parecer não for adequado, na
22 visão daquela pessoa, ela faz um recurso à Fapesp ou ao *referee*, para que ele reveja a sua
23 posição, com base nos argumentos que ela coloca. Ou seja, a pessoa não gostou daquela
24 proposta de enquadramento ou do parecer, ela destaca os pontos que julga que não foram bem
25 avaliados, como o professor Pilli mencionou, e à comissão é oferecida uma nova oportunidade
26 de análise dentro desse ponto de vista. E ela, então, revê a sua posição ou a mantém. E nesses
27 casos essa análise profunda, com cinco especialistas, foi feita em todos os casos; em seis, os
28 pareceres foram mantidos, tendo sido alterado em um deles, e a congregação, por
29 unanimidade, aprovou todas as manifestações novas da comissão de especialistas. A Cadi teve
30 acesso a essas informações e isso contribuiu para que o parecer do relator as considerasse.
31 Mas, de fato, foi uma decisão interna da Cadi. Diz não ter nenhuma dúvida de que tudo o que
32 está acontecendo está previsto na deliberação da nova carreira. O questionamento do Instituto
33 é a análise de mérito efetuada por um membro da Cadi contra uma análise de mérito efetuada
34 por uma comissão de especialistas. A relatora da Cadi tem todo o direito de fazê-lo, e ela o
35 fez, explicando por que não concordava com a comissão de especialistas. Mas ela foi além;
36 emitiu um parecer onde consta que em sua opinião o docente deveria, sim, ser promovido para
37 o nível MS-5.3, ou seja, substituiu a decisão do parecer de mérito da comissão de avaliação.
38 Do ponto de vista do Instituto, isso é um equívoco, por vários motivos, e o primeiro deles é
39 que claramente os relatores da Cadi não possuem todas as ferramentas e os indicadores para
40 realizar uma análise em profundidade, como faz a comissão de avaliação. Neste caso, a

1 relatora tomou um caso isolado, observou indicadores que considerou excelentes, e o são, mas
2 a comissão de avaliação, que fez essa análise conjunta com os quarenta colegas, apesar desses
3 excelentes indicadores, não recomenda a promoção para nível MS-5.3, mas para nível MS-
4 5.2. Então, essa questão é fundamental, tendo em vista que a comissão fez essa análise
5 isonômica e comparativa para os quarenta casos. Já a relatora analisou apenas alguns, que
6 tiveram esse parecer associado a um recurso. Portanto, ela não está olhando o todo, mas
7 apenas a parte. A parte é excelente, mas houve um olhar para o todo realizado por uma
8 comissão de especialistas, extremamente capacitada, experiente e reconhecida na área,
9 presidida por um ex-diretor, por duas vezes, do Instituto de Física. Insiste que a comissão de
10 especialistas tem muito mais competência para analisar esses detalhes do que um relator da
11 Cadi, com todo o respeito à opinião deste. Naquelas dezenas de casos a que o senhor Reitor se
12 referiu, nos quais a Cadi foi contra a comissão de especialistas, sem nenhuma exceção, a Cadi
13 recomendava a não promoção e então seguia para a Cepe discutir a promoção que teria sido
14 sugerida pela comissão de especialistas. Em nenhum caso houve o contrário porque nenhum
15 caso de reprovação, na promoção por mérito, é encaminhado para a Cadi, inclusive há uma
16 deliberação que prevê isso, apesar do entendimento diferente do professor Pilli, que exigiu
17 que inclusive os processos dos docentes reprovados fossem para a Cadi. Então, em nenhum
18 momento na história da Unicamp uma promoção por mérito negada na unidade chegou à
19 Cadi, nem houve uma reversão de parecer de menos para mais na Cadi. Outra questão
20 mencionada pelo professor Pilli foi a revisão de critérios e perfis acadêmicos. Diz que o
21 Instituto de Física se orgulha muito dos seus perfis, que são os mesmos há muitos anos, e eles
22 são absolutamente qualitativos, subjetivos, pouquíssimo quantitativos, exatamente porque
23 quem tem competência para analisar o mérito são as comissões de avaliação e as bancas. Por
24 isso não são estabelecidas quantidades de trabalhos, por exemplo. Já a questão da liderança ou
25 do impacto internacional é aferida pela comissão de avaliação, pelas bancas, que têm essa
26 atribuição, no modo de ver do Instituto. O professor Bassi comentou que lamenta que a
27 congregação se manifeste impedindo a promoção de dois docentes. No entanto, a congregação
28 está defendendo um princípio de avaliação por pares, e não impedindo promoções. Diz que
29 sete colegas não obtiveram nenhuma promoção e não estão nessas circunstâncias; todos eles,
30 apesar de não terem gostado do resultado, entenderam que o parecer da congregação foi
31 adequado. Onze outros colegas foram enquadrados como nível MS-5.2 e não houve parecer
32 questionando um detalhe ou outro, para que eles também, eventualmente, fossem promovidos
33 para nível MS-5.3. Portanto, é uma questão de como se olha; certamente o Instituto não tem
34 interesse em não promover os docentes, em não contribuir para o desenvolvimento da carreira
35 acadêmica. Entretanto, existem critérios rígidos universais que sempre foram estabelecidos e
36 utilizados dentro do Instituto de Física, e que devem ser motivo de orgulho para a Unicamp.
37 Os indicadores e as contribuições do IFGW não são de uma unidade corporativa, de forma
38 alguma. O professor Geromel mencionou a questão da formalidade da institucionalidade, com
39 a qual concorda, e por isso está sendo apresentado este recurso ao Consu. A Cepe optou por
40 adotar o parecer da Cadi, com base no parecer de mérito de um colega da Cadi, em detrimento

1 de um parecer de mérito de cinco especialistas da área de Física, e é essa a justificativa do
2 recurso. Diz que respeita todas as manifestações, mas o caso é que o parecer de mérito de uma
3 comissão de especialistas, que se debruçou sobre quarenta processos do Instituto de Física
4 durante meses, e que definiu um conjunto de professores para nível MS-5.3, outro para nível
5 MS-5.2 e outro para nível MS-5.1, está sendo questionado em dois casos por um parecer de
6 mérito de uma colega, e esse parecer foi adotado pela Cadi. Esse parecer não apenas discorda
7 do parecer da comissão de especialistas como modifica o encaminhamento. Portanto, na
8 prática, adotar a decisão da Cepe, com base no parecer da Cadi, que é fundamentado no
9 parecer da relatora, significa reconhecer que a comissão de especialistas não fez o seu
10 trabalho adequadamente. O MAGNÍFICO REITOR esclarece que quando a Cepe analisou
11 esses casos, ela o fez com base nos pareceres da Cadi, mas havia também recursos dos
12 professores interessados contra a decisão da congregação. Portanto, o material disponível à
13 Cepe não se limitava ao recurso interno, existia também o recurso contra a decisão da
14 congregação. Por sua vez, a Cadi analisa pareceres de comissões de especialistas há muito
15 tempo, e é plenamente institucional discordar. Nunca houve, como o professor Daniel se
16 referiu, casos de ela mudar o parecer para um nível superior, porque é pela primeira vez que
17 esse novo enquadramento funcional está sendo feito. Quer dizer, a Cadi está se deparando
18 com isso pela primeira vez. Anteriormente havia apenas a promoção por mérito para os níveis
19 MS-5 e MS-6, e os denegados não eram encaminhados à Cadi. O Conselheiro JOSÉ
20 ANTENOR POMILIO observa que o Artigo 6º da Deliberação Consu-A-003/2011, no seu §
21 2º, menciona que “As propostas de reclassificação por avaliação de mérito, aprovadas em
22 primeira instância pelas Congregações, deverão ser encaminhadas à Cadi para parecer”. Em
23 relação à fala do professor Daniel, entende que os casos foram encaminhados à Cadi
24 devidamente, porque os docentes foram aprovados para o nível MS-5.2, embora tenham
25 solicitado a promoção para o nível MS-5.3. Se as solicitações tivessem sido simplesmente
26 negadas, não seguiriam para a Cadi e não seriam julgadas. De qualquer maneira, as
27 solicitações foram analisadas pela Cadi, cuja relatora emitiu o seu parecer de mérito; ele foi
28 encaminhado à Cepe, que tinha, portanto, dois pareceres para considerar, o da relatora da Cadi
29 e o da comissão de especialistas da unidade, e optou por um deles. Cada membro da Cepe
30 usou seus critérios para decidir. Acredita que no momento enfrentam a mesma situação:
31 possuem o parecer da relatora da Cadi, aprovado pela Cadi; e o parecer da comissão de
32 especialistas do Instituto de Física, aprovado pela congregação; e eles, mesmo não sendo
33 especialistas nas áreas relacionadas, terão de decidir por um dos pareceres. Ou entram no
34 mérito do perfil e do currículo, pesquisando *Currículo Lattes*, comparando com o perfil do
35 Instituto de Física, com os demais docentes, e cada um emite o seu próprio parecer de mérito,
36 votando de acordo com isso; ou acompanham um dos pareceres. Considera que não possui
37 condições de entrar na questão do mérito neste momento; votará com base na competência de
38 quem exarou os pareceres. O MAGNÍFICO REITOR esclarece que de qualquer maneira esses
39 casos seriam encaminhados à Cepe porque os docentes fizeram um recurso especial à Cepe.
40 Dos quatro recursos enviados à Câmara, ela aprovou dois e reprovou dois. O Conselheiro

1 RONALDO ALOISE PILLI diz que em primeiro lugar não há questionamento algum com
2 relação à avaliação por pares. Acredita que essa é a melhor maneira de se realizar uma
3 avaliação ponderada. No entanto, a crença na infalibilidade de uma comissão de especialistas
4 também não é algo que seja facilmente aceitável por todos. Neste caso em particular, também
5 a ênfase tem sido dada ao parecer da relatora, mas, na verdade, reafirma que ele foi
6 amplamente discutido pela Cadi, e fez questão de mencionar o resultado da votação para
7 deixar claro que houve uma divisão. Isso faz parte do papel institucional da Cadi. Não houve
8 omissão de nenhuma informação, foi tudo muito transparente, e foi um debate muito longo. E
9 o que foi apontado é que havia duas inconsistências na avaliação da comissão de especialistas,
10 e que a Cadi, afinal, reconheceu que esses dois colegas mereciam a promoção pleiteada.
11 Havia recurso à decisão da congregação do IFGW. Em nenhum momento a Cadi poderia
12 deixar de considerar esse recurso. Para a Cadi era uma situação de escolha binária: havia uma
13 decisão da congregação e havia o recurso dos interessados. E preservar pessoas de eventuais
14 injustiças também é valorizar a Instituição. Então, a Cadi, de uma forma não unânime,
15 decidiu, por 11 votos a 9 em um caso e 12 votos a nove em outro, em favor dos dois docentes.
16 Portanto, o parecer é da Cadi, não é de uma relatora; a Cadi tomou essa decisão. Ela poderia
17 ter rejeitado o parecer da relatora, como já o fez em outras situações, mas analisando o que foi
18 apontado pela comissão de especialistas para não atender ao pleito desses dois docentes, a
19 Cadi entendeu que talvez a comissão não tivesse valorizado devidamente a participação deles
20 nas duas atividades que foram consideradas insuficientes pela comissão. Portanto, acredita
21 que estão particularizando muito a questão do parecer da relatora. Todos sabem que pareceres
22 de relatores subsidiam, mas não determinam; considerar o contrário seria diminuir o papel da
23 Cadi. O MAGNÍFICO REITOR pergunta ao professor Daniel se o último recurso da
24 congregação do IFGW foi aprovado por unanimidade. O Conselheiro DANIEL PEREIRA
25 responde que não foi por unanimidade, foram 13 votos favoráveis, 7 contrários e 5
26 abstenções. O Conselheiro WATSON LOH diz que, como membro da Cepe, participou dessa
27 discussão e votou pela decisão da congregação. Comenta que na análise do processo houve
28 um momento em que a Procuradoria Geral encaminhou que não deveriam mexer na ordem da
29 indicação, mas depois ela voltou atrás. A própria decisão da Cadi, como comentou o professor
30 Pilli, foi bastante dividida, assim como na Cepe. Isso indica que a decisão é bastante
31 complicada, e que as questões que estão sendo analisadas não são objetivas. Se o perfil fosse
32 quantitativo no sentido simplesmente de preenchimento de números, este caso não teria sido
33 encaminhado para o Consu. Se, ao contrário, entrarem na particularidade de analisar
34 indicativos qualitativos, que é a natureza do perfil do Instituto de Física, diz ter a mesma
35 dúvida já levantada pelo professor Pomilio sobre a competência que possuem para realizar
36 essa análise. Repetiu na reunião da Cepe um comentário do professor Geromel sobre o fato de
37 boa parte da decisão dos membros ter sido tomada com base no *Lattes* dos docentes, ao passo
38 que a comissão provavelmente teve acesso a uma documentação muito mais completa, e deve
39 ter feito essa análise por um período de tempo muito mais longo do que puderam fazer aqui.
40 Portanto, reitera a sua posição de que essas comissões têm todo o direito de se manifestar,

1 inclusive de reverter uma decisão, mas deveriam fazê-lo simplesmente acatando ou
2 decretando a nulidade. Acredita que a decisão sobre mérito é feita pela comissão, e se não
3 houve nenhum procedimento incorreto, devem acatar essa decisão. O Conselheiro JOSÉ
4 CLÁUDIO GEROMEL diz que a última fala do professor Daniel foi bastante esclarecedora e
5 relevante. Quando questionado pelo senhor Reitor a respeito de qual teria sido a votação na
6 congregação, revelou que a congregação do IFGW também ficou dividida. Do mesmo modo
7 que outros colegas aqui, diz que não é especialista na área, e precisará portanto se mirar em
8 alguma das decisões, seja na da Cadi, seja na do Instituto de Física. E quando se refere ao
9 Instituto de Física, avalia principalmente como a sua congregação se manifestou, mais do que
10 a comissão de especialistas. Como ficou claro que o próprio Instituto também está dividido,
11 perante a incerteza, votará a favor dos docentes. O Conselheiro DANIEL PEREIRA diz que
12 não sabe se o professor Geromel entendeu corretamente, mas o parecer da comissão de
13 especialistas foi unânime; já a questão do encaminhamento do recurso teve 13 votos
14 favoráveis ao encaminhamento do recurso, 7 contrários ao encaminhamento do recurso e 5
15 abstenções. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL responde que entendeu exatamente
16 dessa forma. Isso significa que quando os docentes prepararam as diversas argumentações em
17 relação àquela primeira definição da comissão de especialistas, essa manifestação dos
18 docentes, como recurso, foi aprovada por 13 votos a 7, e não mais por unanimidade. A
19 Conselheira NÁDIA FARAGE solicita um esclarecimento, porque entende que irão votar o
20 recurso da congregação do Instituto de Física, o que nada tem a ver, neste momento, com a
21 situação dos docentes. Diz que houve uma decisão tomada pela Cepe, mas não é ela que está
22 valendo aqui. O MAGNÍFICO REITOR responde que não é ela que está valendo, no entanto,
23 o recurso da congregação do IFGW é contra a decisão da Cepe. Dessa forma, se acatado o
24 recurso da congregação, a decisão da Cepe é revertida e os docentes voltam para o nível MS-
25 5.2. Diz que submeterá à votação a decisão da Cepe, que foi favorável aos dois docentes,
26 contra o recurso da congregação do IFGW. A Conselheira GLÁUCIA MARIA PASTORE
27 questiona se votarão o recurso. O MAGNÍFICO REITOR responde que votarão diretamente
28 para facilitar o entendimento sobre o que estão decidindo: aqueles favoráveis à decisão da
29 Cepe, de promover os docentes, de acordo com a recomendação da Cadi, levantarão a mão
30 primeiro. Em seguida levantam a mão os favoráveis à congregação do Instituto, portanto, a
31 favor do recurso, contra a decisão da Cepe. A Conselheira GLÁUCIA MARIA PASTORE diz
32 que o que tem de ser votado é o recurso. O MAGNÍFICO REITOR diz que então será feito
33 assim. Aqueles favoráveis ao recurso são contrários à decisão da Cepe, e os contrários ao
34 recurso do IFGW são favoráveis à Cepe. Não havendo mais observações, submete à votação o
35 recurso da congregação do Instituto de Física, que recebe 15 votos favoráveis, 18 votos
36 contrários e 8 abstenções. Portanto, o recurso do Instituto de Física foi rejeitado, sendo então
37 mantida a decisão da Cepe de promover os docentes ao nível MS-5.3. Em seguida, passa à
38 discussão do item 5 – Proc. nº 01-P-23202/12 –, que trata da Constituição de Comissão de
39 Acompanhamento dos Processos Eleitorais dos Representantes Discentes da Graduação, para
40 cumprimento de mandato de 01 ano, a partir de 01.01.13, nos termos da Deliberação CONSU-

1 A-07/07. Diz que o Conselho Universitário precisa constituir a comissão e aprovar o
2 calendário. A comissão de acompanhamento é formada por dois docentes, dois servidores e
3 dois discentes. A indicação é a seguinte: docentes, professor Vivaldo e professora Silvia Gatti;
4 servidores, senhora Margarida Barbosa e senhor Cláudio Servato; discentes, um de graduação,
5 que será indicado posteriormente, e um de pós-graduação, acadêmico Joni Amorim. Passa à
6 leitura das informações sobre o calendário: “Período de inscrição de 05 a 19 de outubro;
7 período de cancelamento, 22 a 23 de outubro; eleições, 06 a 09 de novembro; apuração, 10 de
8 novembro; período de recursos, 12 a 14 de novembro”. Não havendo mais observações,
9 submete à votação o calendário da eleição, que será realizada por sistema convencional
10 (cédulas de papel), bem como a constituição da Comissão de Acompanhamento dos Processos
11 Eleitorais dos Representantes Discentes da Graduação: representantes docentes: Profs. Drs.
12 Vivaldo Silveira Junior e Maria Silvia Viccari Gatti; representantes dos servidores técnico-
13 administrativos: senhores Cláudio José Servato e Margarida Barbosa; representantes
14 discentes: graduação: indicará posteriormente, pós-graduação: Joni de Almeida Amorim,
15 sendo o calendário e a comissão aprovados por unanimidade. Em seguida, passa à discussão
16 do item 9 – Proc. nº 36-P-05482/11 –, em nome da Faculdade de Ciências Aplicadas, que trata
17 de Proposta de Alteração da Deliberação Consu-A-15/11, que dispõe sobre o Perfil
18 Acadêmico de Professor Titular (MS-6) e critérios e procedimentos para realização de
19 concursos para provimento de cargo de Professor Titular da Faculdade de Ciências Aplicadas.
20 O item foi destacado pelo professor Geromel. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL
21 diz que se trata da alteração da deliberação sobre o perfil para a realização de concurso para
22 professor titular na FCA. Destacou a matéria para dizer que considera o nível definido no
23 perfil aquém do adequado. Como membro do GT da FCA, votou contrariamente, mas foi
24 vencido e, portanto, registra sua abstenção para esta votação. O Conselheiro SÉRGIO LUIZ
25 MONTEIRO SALLES FILHO esclarece que essa proposta de perfil foi uma deliberação do
26 GT. Na verdade, já está sendo realizada uma mudança no perfil de titular, atendendo à nova
27 composição de docentes da FCA, ao próprio planejamento e à forma como a Faculdade está
28 se organizando. Esse perfil é bem mais elevado do ponto de vista quantitativo – a Faculdade
29 optou por adotar critérios quantitativos – do que anteriormente. E essa modificação é
30 consoante com aquilo que também já foi aprovado, que são os critérios de promoção por
31 mérito para os níveis MS-3.2, MS-5.2 e MS-5.3. Com essa mudança, a Faculdade alcança
32 uma nova composição, com uma nova proposta coerente. E foi feita uma modificação na
33 Cadi, e é isto que está sendo votado: essa modificação também para cima, portanto, dentro do
34 que se espera de um perfil de professor titular na FCA. Não havendo mais observações, o
35 MAGNÍFICO REITOR submete à votação o perfil de professor titular e os critérios de
36 procedimento para realização de concursos para provimento de cargo de professor titular na
37 FCA, que são aprovados com 3 abstenções. Em seguida, passa à discussão do item 10 – Proc.
38 nº 01-P-22890/08 –, em nome da Faculdade de Ciências Aplicadas, que trata da Proposta de
39 constituição da Congregação da FCA, aprovada pelo GT em 28.08.12. O item foi destacado
40 pelo professor Sérgio. O Conselheiro SÉRGIO LUIZ MONTEIRO SALLES FILHO diz que a

1 FCA vive um momento importante, que é a proposta de criação da sua congregação. Foi
2 anexado a este item de pauta o relatório de gestão que traz um conjunto bastante amplo de
3 informações sobre a FCA, como ela evoluiu nesses anos; foi anexado também o Planes que
4 acabaram de concluir, e que ainda precisa de alguns ajustes, mas já houve na FCA quatro
5 rodadas de planejamento. Acredita que esses dois documentos subsidiam bem a proposta de
6 criação da congregação. Evidentemente isso tudo foi muito discutido na FCA, no próprio GT,
7 e é um processo que vem amadurecendo já há algum tempo. A Faculdade tem, hoje, cerca de
8 75 docentes, quarenta funcionários, aproximadamente dois mil alunos, oito cursos de
9 graduação implementados, e este ano se formarão as seis primeiras seis turmas; duas apenas
10 ficam para o ano que vem, pois são cursos de Engenharia, que têm duração de cinco anos. A
11 comissão de graduação foi constituída logo no primeiro ano. E tudo o que consta no Planes,
12 principalmente no relatório de gestão, em termos de bons resultados, é fruto dos esforços não
13 só da sua gestão, como das gestões anteriores. A FCA recebeu, desde o seu início, um
14 conjunto de visões que, de alguma forma, moldou o que ela é hoje. Este ano foi concluída a
15 contratação dos docentes. Em 2010, foi encaminhada uma proposta de pós-graduação, e desde
16 2011 já existe o programa de mestrado; além disso, recentemente foram elaboradas três novas
17 propostas à Capes, sendo uma de doutorado (complementando o programa atual de mestrado)
18 e duas outras nos temas de Pesquisa Operacional e de Ciências Sociais Aplicadas, ambas
19 aprovadas na CCPG e encaminhadas no presente ano para avaliação da Capes. A comissão de
20 pós-graduação está funcionando, e com uma questão bastante interessante do ponto de vista
21 gerencial que é criar um ambiente interdisciplinar. A FCA, como todos sabem, tem oito
22 cursos – Engenharia de Produção, Engenharia de Manufatura, Gestão do Agronegócio, Gestão
23 de Comércio Internacional, Gestão de Empresas, Gestão de Políticas Públicas, Nutrição e
24 Ciências do Esporte –, sem departamentos; não há nada semelhante na Unicamp, do ponto de
25 vista da diversidade, ainda que haja unidades sem departamento, hoje, mas com essa
26 diversidade temática não existe. E é uma experiência genial, maravilhosa, que certamente
27 ainda tem muito pela frente para que sedimente uma identidade interdisciplinar. É um esforço
28 diário, e todos concordam que o trabalho interdisciplinar é interessante, bonito, que deve ser
29 incentivado, mas a resiliência disciplinar é muito forte e tende a levar cada um para o seu
30 campo disciplinar; ainda assim, acredita que estejam conseguindo, por meio de um conjunto
31 bastante grande de ações, que englobam desde a graduação, a pós-graduação e principalmente
32 a pesquisa, criar ambientes, instâncias interdisciplinares, perspectivas, formação, debates, e
33 isso tem evoluído muito bem. Diz que é oriundo de uma unidade que tem essa perspectiva
34 interdisciplinar, o Instituto de Geociências, e depois de atuar por 28 anos no Departamento de
35 Política Científica e Tecnológica, onde convivem profissionais como engenheiros agrônomos,
36 filósofos, economistas, engenheiros metalúrgicos, engenheiros civis, sociólogos, enfim, um
37 conjunto bastante diverso de pessoas, vivencia também essa experiência da diversidade na
38 FCA. Para ele, isso é muito interessante e superior a tudo o que havia presenciado
39 anteriormente nesse sentido, e acredita que a Faculdade está em um bom caminho. Em relação
40 à pesquisa, elaboraram juntamente com a PRP uma estratégia para organizar a pesquisa em

1 centros de pesquisas. Há no momento sete propostas de centros de pesquisas, com
2 aproximadamente quarenta laboratórios sendo implementados, com uma alavancagem de
3 recursos de pesquisa nas fontes de financiamento bastante expressiva. Em comparação a
4 outras unidades, a FCA está no terço superior da Unicamp, em termos de alavancagem, e
5 esses dados constam do relatório de atividades. Já em relação ao quadro docente, a FCA
6 possui desde docentes nível MS-3 até nível MS-6, com mais três docentes nível MS-6
7 devendo se integrar, por meio de concurso, já a partir do ano que vem ou final deste ano. As
8 condições, de seu ponto de vista, estão instauradas. A institucionalidade da FCA contou até
9 hoje e continua contando com o GT Limeira, que é designado pelo Consu, que tem auxiliado
10 imensamente a colocar a FCA em uma boa trajetória, através de reuniões mensais, com pautas
11 densas. E internamente foi criada uma estrutura de governança baseada em comissões. Há
12 comissões de graduação, de pós-graduação, uma comissão forte de pesquisa, comissão de
13 biblioteca, de extensão; criaram também uma área de internacionalização, um escritório de
14 projetos, definiram e implantaram organogramas, áreas de apoio, com rotinas, e criaram uma
15 comissão de governança que reúne todos os coordenadores de graduação, de pesquisa e de
16 pós-graduação, com representação estudantil em todas elas. Esse grupo de governança prepara
17 a pauta do GT e, de alguma maneira, também já aprendeu a entender como a Unicamp
18 funciona, a entender as instâncias, os colegiados, como funcionam o Consu, a CAD e a Cepe,
19 o que é muito importante. Portanto, houve um aprendizado também de institucionalidade.
20 Além de consolidar os cursos, criar os programas de pós-graduação, implementar extensão,
21 possuir uma produção acadêmica e científica crescente, como mostra o relatório, a Faculdade
22 também se posiciona muito bem em relação às outras unidades da Unicamp. Acredita que seja
23 oportuno e maduro trazer neste momento a proposta de criação da congregação da FCA ao
24 Conselho Universitário. Existe uma exposição de motivos na pauta, onde consta um resumo
25 do que comentou, juntamente com um conjunto de dados para que os conselheiros possam
26 melhor analisar a situação da FCA. Sabe que possuem grandes desafios pela frente
27 relacionados à consolidação da pesquisa, criação e consolidação da identidade, e à
28 infraestrutura. Muitos dos problemas de infraestrutura apresentados nesta Casa são
29 verdadeiros, mas são devidos, em grande parte, à burocracia relacionada com a legislação do
30 setor público, questão de licitação, Lei 8.666/93, entre outros fatores bem conhecidos pelos
31 gestores públicos. Entende que é hora de a FCA ter mais autonomia, contar sempre com a
32 colaboração dos colegas e enfrentar esses desafios agora com a sua própria institucionalidade,
33 dentro da sua congregação, criando as suas rotinas internas, a sua forma de tomar decisões.
34 Não tem dúvida de que hoje ela já planeja, já avalia os seus resultados, tem consciência do
35 conjunto de atividades que uma unidade de excelência precisa desempenhar; o GT também
36 não teve dúvida disso, por isso encaminhou ao Consu favoravelmente. Portanto, para ele é
37 uma satisfação, depois de dois anos à frente da direção da FCA, apresentar esta proposta de
38 criação da congregação e dar início, assim que possível, a uma nova fase da unidade. O
39 Conselheiro FELIPE TANNUS MOREIRA DA COSTA agradece as palavras do professor
40 Sérgio e diz que, dentro dos recursos às vezes até limitados que a FCA possui, ele vem

1 fazendo um excelente trabalho como diretor, e isso precisa ser reconhecido pelos estudantes.
2 Parabeniza-o por todo o trabalho. Como estudante da FCA, expressa que a congregação é
3 muito importante na visão dos alunos. Os estudantes da FCA se organizaram e possuem
4 representantes discentes em todos os órgãos deliberativos da Unicamp, desde a parte interna
5 na FCA, nas comissões, nos grupos de governança, no GT de Limeira, assim como nas
6 comissões da Unicamp, na CCG, Cepe, CAD e no Consu. Isso também criou um
7 amadurecimento por parte dos estudantes em saber como lidar com a Unicamp, como aprovar
8 seus projetos, como trabalhar junto com a diretoria e a Reitoria. E apesar de os estudantes
9 reconhecerem a responsabilidade da Reitoria sobre a falta de infraestrutura – por exemplo, a
10 FCA ainda não possui complexo esportivo, laboratórios, biblioteca – e em não se posicionar
11 perante o governo do Estado de São Paulo sobre o 0,05% do ICMS paulista, acordado pela
12 Instituição e pelo Estado de São Paulo, os estudantes também reconhecem a surpreendente
13 competência dos professores da FCA em administrar e conduzir o *campus*, mesmo sem o
14 orçamento adequado. Os professores se dedicam muito e são plurais em suas atividades, pois
15 além da carga horária puxada das aulas, participam de várias comissões, se dedicam em
16 tempo integral à FCA, e isso é um ganho muito grande para a Unidade. Entretanto, os
17 estudantes também percebem que todos os órgãos deliberativos são antidemocráticos, pois
18 falta a paridade a que já se referiu aqui hoje. Diz que a FCA amadureceu bastante nesses
19 quatro anos de funcionamento, mostrou a eficiência de resposta perante os desafios que foram
20 surgindo, e isso tanto por parte do corpo docente quanto pelo corpo discente e pelos
21 funcionários, porque no começo havia pouquíssimos funcionários para abranger todas as
22 funções da FCA, e eles mostraram uma competência além do normal; superaram todas as
23 expectativas, pois conseguiram fazer com que tudo funcionasse mesmo com um orçamento
24 baixo, mesmo sobrecarregados, e nunca ficaram desmotivados. É uma luta que a categoria
25 também precisa fazer, para que haja mais funcionários na FCA para que eles não fiquem
26 assoberbados, que é o que vem acontecendo. Os desafios existem, mas a comunidade da FCA
27 não desistiu e não se desmotivou, os estudantes continuaram também a acreditar que tudo
28 daria certo em quatro anos, e realmente tem dado. Concluindo, diz que os estudantes, visando
29 à autonomia e ao crescimento sadio da Unidade, são favoráveis à criação da congregação,
30 reivindicando que a formação seja constituída de forma democrática, contendo o mesmo
31 número de membros das três categorias, com o mesmo peso de voto. Solicita ao Consu que
32 considere que a congregação é uma peça fundamental para a FCA, a partir de agora. O
33 MAGNÍFICO REITOR informa que o laboratório já está pronto e será inaugurado em breve.
34 Informa ainda que o refeitório também está pronto, a quadra está em processo de finalização,
35 o campo de futebol está sendo feito, e o recurso para realizar toda a outra parte já está
36 alocado. O Conselheiro FELIPE TANNUS MOREIRA DA COSTA observa que essas
37 conquistas são resultado de um processo de reivindicação por parte dos estudantes, de pressão
38 constante, de mobilização que vem desde o primeiro ano. O MAGNÍFICO REITOR diz que a
39 Unicamp encaminhou à Assembleia Legislativa a solicitação de recurso suplementar no
40 orçamento, no entanto ela não foi atendida. O Conselheiro MARCELO KNOBEL, como

1 presidente do GT de Limeira, instituído pelo Consu, diz que este é um passo importante e
2 fundamental para a Unidade. Agradece todos os membros do Consu, todos os representantes
3 discentes, todos que participaram desse GT nesses anos todos, porque foi uma carga de
4 trabalho razoável, abrangendo uma reunião mensal em que ficavam praticamente a tarde toda
5 reunidos e se debruçavam sobre diversos processos. No momento, há vários membros do GT
6 elaborando pareceres, há ainda diversas situações e questões que são colocadas. Então,
7 agradece todo o empenho e dedicação do grupo de trabalho atual e dos anteriores. Se a
8 congregação for aprovada, esse grupo de trabalho se extinguirá. Agradece a todos,
9 especialmente à senhora Mônica Rovigati, ATU da Faculdade, que faz um trabalho
10 excepcional juntamente com sua equipe. O Conselheiro SÉRGIO LUIZ MONTEIRO
11 SALLES FILHO solicitou a palavra para poder estender os agradecimentos. Acredita que boa
12 parte dos funcionários e docentes estejam assistindo à transmissão desta reunião, todos
13 obviamente com muito interesse e muito dispostos a tocar adiante a Escola com essa nova
14 institucionalidade. Agradece muito os colegas docentes – eles têm, como disse o conselheiro
15 Felipe, se desdobrado; agradece muito também os funcionários, que são de uma competência
16 extraordinária. Também destaca a senhora Mônica Rovigati, que com toda sua experiência se
17 dedica absurdamente à FCA, portanto agradece os funcionários na pessoa dela. Agradece
18 também os alunos, com quem está construindo um diálogo que acredita ser bastante
19 importante para o futuro, pois não é possível construir a Escola sem um diálogo permanente
20 com os estudantes, afinal, a FCA já é a maior unidade em número de alunos de graduação, são
21 mais de dois mil estudantes. Agradece ainda os colegas e ao senhor Reitor, pela oportunidade
22 de assumir a função de diretor durante esse período. Não havendo mais observações, o
23 MAGNÍFICO REITOR submete à votação a constituição da congregação da FCA, sendo
24 aprovada por unanimidade. O Conselheiro SÉRGIO LUIZ MONTEIRO SALLES FILHO
25 agradece e a FCA recebe uma salva de palmas. O MAGNÍFICO REITOR parabeniza a FCA e
26 solicita ao professor Sérgio que transmita as congratulações a todos os docentes, funcionários
27 e alunos. Acredita que esse é um passo fundamental na autonomia dessa comunidade jovem e
28 muito importante para a Universidade. O MAGNÍFICO REITOR diz que o item 11 – Proc. nº
29 01-P-27568/11 – se refere à Segunda Revisão do Orçamento 2012, Demonstrativo
30 Receita/Despesa, já aprovada. Registra que a COP recomenda no seu parecer, como foi
31 aprovado na CAD, que a reposição dos 25% de vagas de funcionários técnico-administrativos
32 aposentados Esunicamp seja prioritária, e será prioritária, se houver possibilidade, neste
33 semestre, ou, de todo modo, para o primeiro semestre do ano que vem. Informa que casos
34 excepcionais de unidades que necessitem podem ser solicitados, como sempre foi feito, serão
35 analisados e, havendo possibilidade orçamentária, serão atendidos e posteriormente
36 descontados quando os 25% forem alocados. Em seguida, passa à discussão do item 20 –
37 Proc. nº 01-P-14482/12 – em nome de Centro de Estudos de Petróleo, Contrato - Partes:
38 Unicamp/Funcamp e a Petrobras, Executores: Ricardo Augusto Mazza/FEM e Eugênio E.
39 Rosa/FEM, Vigência: 1460 dias, a partir da data de assinatura, Recursos: R\$3.610.209,00.
40 Resumo do Objeto: execução, pela Universidade, sob regime de preço global, de serviços de

1 Características do Escoamento Multifásico com CO₂ a Elevadas Pressões. O assunto foi
2 retirado de pauta na última reunião do Conselho Universitário. Ele foi discutido amplamente
3 nas Pró-Reitorias de Pós-Graduação e de Extensão. Trata-se de um contrato entre a Petrobras
4 e a Unicamp em que havia dúvida sobre propriedade intelectual e atuação de alunos e
5 pesquisa realizada. Quando foi retirado de pauta, o Conselho Universitário aprovou que se
6 houvesse uma solução poderia ser assinado *ad referendum* para homologação do Consu. Foi
7 isso o que aconteceu, para que não houvesse prejuízo para o Cepetro e para os estudantes
8 envolvidos. O Conselheiro JOÃO FREDERICO DA COSTA AZEVEDO MEYER diz que o
9 professor Euclides e ele, após a reunião do Conselho Universitário, realizaram uma série de
10 encontros com a equipe da FEM, com os professores Rodnei Bertazzoli, Ricardo Augusto
11 Mazza, Eugênio Spanó Rosa, e puderam verificar que a proposta seguia de maneira
12 absolutamente semelhante a todos os contratos anteriores e que o conteúdo do projeto era o
13 mesmo que já havia sido aprovado. Quando o contrato retornou, a Petrobras o colocou
14 indevidamente dentro de um formato que exigia que ele passasse novamente pelas instâncias.
15 Não possuem a menor dúvida de que as teses terão a sua divulgação garantida, como sempre
16 aconteceu com todos os trabalhos da Petrobras; a empresa é que usou uma documentação que
17 utiliza normalmente com outros organismos. Do ponto de vista legal, o texto é o mesmo de
18 todos os outros contratos que possuem com a Petrobras. Houve uma pequena diferença, pelo
19 modo como a Petrobras reencaminhou para a Unicamp, mas não há na documentação nada
20 que seja diferente daquilo que fazem. Nessas condições, tanto o professor Euclides quanto ele
21 recomendam fortemente que esse projeto seja aprovado e trazido ao Consu para homologação,
22 como foi combinado na última Sessão. O MAGNÍFICO REITOR diz que o parecer emitido
23 recomendou que o assunto fosse trazido ao Consu e que fosse estabelecido um grupo de
24 trabalho para rediscutir os procedimentos internos relativos à aprovação de convênios e
25 contratos, no tocante às questões da propriedade intelectual e cláusulas de sigilo e
26 confidencialidade. O Conselheiro JOÃO FREDERICO DA COSTA AZEVEDO MEYER diz
27 que o parecer teve por objetivo dirimir totalmente as dúvidas e se recomendou constituir um
28 grupo de trabalho, uma vez que não foi somente na Unicamp que houve problemas com esse
29 tipo de documentação da Petrobras. No Consu diversas pessoas manifestaram que devem
30 insistir com a Petrobras, no entanto, para que as pessoas envolvidas no projeto, à semelhança
31 de tudo que foi feito até hoje se mantenha com garantias da Petrobras. Então, o professor
32 Euclides e ele fizeram essa recomendação para poderem dirimir qualquer dúvida, para darem
33 um andamento mais rápido a tudo que fazem em colaboração e com a cooperação da
34 Petrobras. A Conselheira GLÁUCIA MARIA PASTORE solicita ao professor João Frederico
35 algumas informações para a próxima reunião, no que diz respeito aos convênios Petrobras,
36 especificamente sobre qual é o aporte de verbas envolvido durante os últimos cinco anos. Tem
37 curiosidade quanto a isso porque sabe dos investimentos que a Petrobras vem fazendo nas
38 diversas instituições brasileiras. Sabe da seriedade do grupo, como tudo foi criado, o trabalho
39 do professor Trevisan, dos colegas da Faculdade de Engenharia Mecânica e outros. O
40 Conselheiro JOÃO FREDERICO DA COSTA AZEVEDO MEYER lembra que a relação

1 com a Petrobras não ocorre apenas através da Faculdade de Engenharia Mecânica, cita de
2 memória o IG e o Imecc que têm contratos com a Petrobras. A Pró-Reitoria de Extensão e
3 Assuntos Comunitários também está planejando submeter diversos projetos na área cultural,
4 um deles, inclusive, está em fase de elaboração. O MAGNÍFICO REITOR comenta que o
5 professor Trevisan, do Cepetro, está presente e que depois poderá dar algumas explicações. O
6 Conselheiro JOSÉ ELLIS RIPPER FILHO diz que foi uma das pessoas que levantou dúvidas
7 sobre esse projeto. Coloca que o seu problema principal é com os alunos, na questão da
8 propriedade intelectual. Entende que o aluno que está na Universidade tem o direito de no
9 momento em que for para o mercado de trabalho poder relatar os projetos de que participou.
10 Podem até aceitar alguns contratos que atrasem a publicação, mas não que a impeçam. E acha
11 que a Unicamp, muitas vezes, não enfatizou isso. Pouco depois de ele montar sua empresa,
12 propôs um convênio para financiar uma pesquisa Unicamp, e a minuta do convênio trazia uma
13 cláusula de sigilo garantida, algo que sua empresa nunca havia solicitado, o que considera um
14 completo absurdo. Nesse caso em particular, o pessoal do Cepetro o procurou e eles lhe
15 demonstraram, para sua satisfação, que o contrato não impõe qualquer tipo de restrição, de
16 médio prazo, para os alunos eventualmente publicarem os seus trabalhos e teses. Votará pela
17 aprovação do projeto, porém gostaria de sugerir que isso se tornasse uma norma para todos os
18 projetos. O Conselheiro SYLLA JOHN LERRO TAVES diz que a sua dúvida é se nesse tipo
19 de convênio, em que há a previsão de bolsas, os contratos dos bolsistas são feitos diretamente
20 com a empresa, no caso a Petrobras, ou com a Universidade. Se for diretamente com a
21 Petrobras, provavelmente essas cláusulas se repetem também nos contratos dos bolsistas;
22 talvez seja necessário, no momento de renegociar e rever os termos do contrato, também rever
23 os termos nos contratos do bolsista. O Professor OSVAIR VIDAL TREVISAN diz que a
24 questão foi muito bem colocada pelo professor João Frederico. Esse contrato se insere em um
25 contexto muito maior. A Unicamp tem um relacionamento com a Petrobras de longa data – o
26 Cepetro comemorará 25 anos no próximo dia 1º de novembro. Ao longo de sua história,
27 houve mais de duzentos acordos principalmente para pesquisa, mas muitos também para
28 ensino; cerca de dois terços deles são os chamados contratos e um terço são os termos de
29 cooperação ou convênios, sendo que a maioria dos convênios foi estabelecida a partir de
30 2006, por conta de um grande investimento que a Petrobras vem fazendo nas universidades. E
31 por essa razão era melhor fazer acordos de cooperação, em que a transferência da
32 propriedade, dos bens e da infraestrutura fica muito mais fácil. Mas antes de 2006 quase a
33 totalidade das operações era feita por meio de contratos, cujos termos são exatamente iguais
34 aos que constavam no caso em discussão. Quando os convênios começaram a ser realizados,
35 as universidades, de alguma forma, se reuniram através da Associação Nacional dos
36 Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – Andifes e fizeram uma
37 renegociação dos termos de propriedade intelectual e de sigilo junto a Petrobras, já que os
38 termos eram acordo e cooperação. E a Petrobras colocou nessa negociação, que durou alguns
39 meses, alguns termos mais suaves do que aqueles que estão mencionados no contrato. Não
40 quer defender a empresa, mas o contrato é um contrato padrão utilizado para todos os tipos de

1 serviços que ela realiza. Os contratos são formulados para reger a compra de produtos ou
2 serviços. E a atividade de pesquisa, por mais fundamental que seja, para a empresa se encaixa
3 nessa segunda categoria, por isso o contrato é denominado contrato de serviços. É uma
4 terminologia que não condiz muito com a que se utiliza dentro da Universidade. Com esses
5 contratos, a Petrobras é acompanhada de perto pelo Tribunal de Contas da União, pelo
6 Ministério Público, por acionistas, então ela tem aquelas cláusulas relativamente duras no que
7 diz respeito à propriedade intelectual e ao sigilo. Mas, pelo histórico de relacionamento nesses
8 25 anos, formação de mais de quatrocentos mestres e doutores no programa que é apoiado
9 pela Petrobras, através do Cepetro, não há nenhum caso de conflito, seja em propriedade
10 intelectual, seja em sigilo, na divulgação de trabalhos em congressos, revistas ou na
11 publicação das teses. Houve casos em que se pedia um pouco mais de discricção no momento
12 da divulgação das teses. Foram aprendendo, ao longo dessa convivência, que há áreas que são
13 mais sensíveis à divulgação, que são as áreas do *core business* da Petrobras, que envolvem
14 campos, reservas, dados geológicos etc., que pertençam a um ativo da empresa. Mas os dados
15 referentes a conhecimento, processos, tecnologia, são mais negociáveis, mas de qualquer
16 forma reitera que nunca tiveram contratempo e conflito nesse aspecto. Respondendo à
17 professora Gláucia sobre a questão dos investimentos, diz que até 2002 estavam em um
18 patamar de contratos firmados com a Petrobras situado em torno de US\$2 milhões ao ano. Por
19 volta de 2002 a 2006, esse patamar saltou para US\$5 milhões e, de 2006 em diante, ano
20 passado, por exemplo, tiveram um salto para a faixa dos R\$33 milhões, ou seja, US\$15
21 milhões. A Petrobras chama a Unicamp de parceira preferencial, porque tem havido um
22 relacionamento de altíssimo nível e confiança. Envia pessoas da Universidade
23 rotineiramente para o Centro de Pesquisa da Petrobras – Cenpes, que é um dos melhores
24 centros de pesquisa do mundo, para serem treinadas, para absorverem procedimentos,
25 conhecimento, e também recebem semanalmente técnicos de alto nível para discutir aspectos
26 de desenvolvimento dos projetos, das pesquisas etc. É dentro desse contexto que se encaixa
27 esse contrato que está em análise pelo Conselho Universitário. Prestadas essas informações,
28 acredita que poderiam tentar suavizar esses termos de propriedade intelectual e de sigilo,
29 nesses contratos, se agirem da mesma forma que têm agido na questão dos convênios, quer
30 dizer, de uma forma concatenada com todas as universidades. A Petrobras é realmente uma
31 companhia muito grande, fica muito difícil para um pesquisador ou mesmo uma universidade
32 estabelecer uma negociação, mas se for feita em conjunto, as possibilidades do sucesso se
33 tornam muito maiores. O Conselheiro RODNEI BERTAZZOLI diz que esse assunto foi
34 trazido ao Conselho Universitário pela Agência de Inovação da Unicamp – Inova por conta da
35 cláusula de confiabilidade que o contrato estabelece. E não possuíam antes, inclusive ele,
36 todas essas informações que foram apresentadas agora. Depois da última sessão do Consu,
37 quando a matéria foi retirada de pauta para que fossem esclarecidos alguns pontos, os dois
38 docentes proponentes do convênio mostraram como as coisas estão organizadas, prepararam
39 um documento que foi anexado ao processo, fornecendo todos os esclarecimentos. Nesse
40 documento, todas as dúvidas levantadas pelo Conselho Universitário foram resolvidas.

1 Tiveram a atenção também de, além desse documento que foi anexado ao processo, preparar
2 outro um pouco mais longo, mais explicativo, para distribuir. Eles conversaram com vários
3 conselheiros e devem ter apresentado também esses documentos ou as justificativas e os
4 esclarecimentos necessários. Solicita a todos os conselheiros que aprovelem essa proposta de
5 convênio, considerando que as dúvidas que foram levantadas foram dirimidas. Como diretor
6 da Faculdade de Engenharia Mecânica, foi pego de surpresa, tomou conhecimento desse
7 convênio na pauta do Conselho Universitário. Não houve problema algum de tramitação pelo
8 fato de os professores terem feito uma proposta diretamente através do Cepetro. Estão
9 perfeitamente corretos; a Universidade regulamentou dessa forma. Mas coloca que talvez
10 precisem conversar melhor sobre o fato de as unidades – e são muitas – não terem
11 conhecimento da participação dos seus docentes, e o diretor não ter nenhuma posição da
12 congregação ou da unidade para trazer. A FEM é uma unidade que tem, provavelmente, o
13 maior número de docentes atuando em centros e núcleos. Acha que precisam começar a
14 pensar em construir ou pavimentar um pouco melhor essa estrada que, no passado, ligava tão
15 umbilicalmente a Faculdade de Engenharia Mecânica e os Centros e Núcleos. Evidentemente
16 reconhecem toda a importância da Petrobras nesse processo, bem como de outras agências
17 reguladoras com as quais também mantêm algum tipo de convênio. Mas seria importante que
18 se reconhecesse que neste momento a Unidade pode dizer que está fornecendo recursos
19 humanos e espaço físico para a execução de projetos sobre os quais não tem opinião, ou não
20 se é perguntado sobre a conveniência de ter esses projetos na unidade – é claro que é
21 conveniente, porém, precisam se manifestar em alguns sentidos. É de supor que esses
22 convênios não tenham espaço para serem executados dentro do Cepetro e não há nenhum
23 problema que eles sejam executados nas unidades. Tanto que acabaram de receber um espaço
24 novo de pesquisa na Faculdade de Engenharia Mecânica, construído com recursos do CT-
25 Infra, cuja ocupação foi feita mediante um edital interno de projetos, e nomearam uma
26 comissão que avaliou se os projetos tinham o pré-requisito para ocupar o prédio novo, sendo
27 um dos espaços concedido para um grupo de pesquisa que só realiza projetos através do
28 Cepetro, então estão bastante ligados. E, nesse sentido, pensa que a unidade não pode tomar
29 conhecimento do projeto em que os seus docentes estão envolvidos apenas quando surgem na
30 mesa do diretor os pedidos de complementação de salário para os docentes e funcionários
31 envolvidos. Está regulamentado dessa forma, mas acredita que podem fazer de uma maneira
32 diferente e melhorar esse caminho que liga as unidades ao Cepetro. Acredita que a unidade
33 tem de ter – considerando que há resultados a apresentar, respostas à Capes a serem
34 fornecidas em relação à qualidade do programa de pós-graduação, respostas à Universidade
35 em termos de produtividade e um planejamento estratégico para cumprir – o direito de se
36 manifestar sobre a conveniência ou pertinência de cada projeto executado, não somente
37 através do Cepetro, mas de outros centros e núcleos. Até mesmo para um docente que propõe
38 um projeto Fapesp a unidade é obrigada a se manifestar se concorda ou não, portanto neste
39 caso precisariam pelo menos dar ciência. Acha que a unidade também precisa poder se
40 manifestar sobre a pertinência de esses convênios complementarem salários, principalmente

1 de funcionários administrativos e técnicos, senão o que sobraria para as unidades no final das
2 contas seria cerca de 1% da taxa AIU, além da gestão de um descontentamento do restante
3 dos seus funcionários técnico-administrativos que não estão incluídos na complementação
4 recebida pelos funcionários que participam desses projetos. Devem reconhecer a importância
5 da participação da Petrobras na promoção da geração de conhecimento, principalmente na
6 geração de tecnologia, e o interesse que os docentes têm em participar, mas de alguma forma,
7 acha bastante razoável que a unidade não levasse esse *bypass* que normalmente leva, que
8 tivesse, pelo menos, uma ciência prévia do encaminhamento desses projetos. No mês de
9 fevereiro, procurou o professor Trevisan para conversar, falaram do futuro da pesquisa de
10 petróleo na Unicamp e como ampliá-la, sobre o futuro que ele vê para a pós-graduação em
11 petróleo. Gostaria de poder continuar conversando com o professor também em outras
12 situações e estreitar a relação do Cepetro com a Unidade, tendo em vista que a gênese do
13 Cepetro foi a partir da FEM. No mais, é favorável a aprovação da proposta. A Conselheira
14 GLÁUCIA MARIA PASTORE diz que pediu a palavra porque tem um projeto de
15 relacionamento com a Petrobras através da Universidade Federal da Bahia. Nota que há uma
16 disputa brasileira para quem consegue mais recursos da entidade Petrobras, não apenas pelo
17 recurso em si, mas pelo prestígio que isso significa. A importância da Petrobras, a seriedade
18 do seu trabalho, o que ela representa para o país é tão importante que vê um movimento para
19 que cada unidade, cada universidade esteja mais ligada a ela. Em visita à Universidade
20 Federal da Bahia lhe chamou atenção a informação prestada pelo professor que coordena o
21 projeto, relatando que ele recebeu um dos maiores valores dentro do que a Universidade
22 Federal da Bahia normalmente consegue para inaugurar um laboratório de biotecnologia do
23 petróleo. E tomou um choque, considerando os centros que a Unicamp tem, mas é coerente,
24 tendo em vista que na Bahia eles trabalham há algum tempo nessa área. Então, a sua
25 preocupação foi saber exatamente dessa participação em relação à Unicamp. Comenta
26 também que sempre que estão envolvidos com a Petrobras, a referência é o professor Trevisan
27 e a Faculdade de Engenharia Mecânica. Isso é um prestígio muito grande para eles. Dirigindo-
28 se ao professor Trevisan, diz que se sentem muito agradecidos pelo seu trabalho dedicado
29 todos esses anos, pois sem essa força de vontade não teriam nem como ultrapassar as barreiras
30 que possuem no próprio sistema, como citado pelo professor Sérgio, as burocracias que
31 existem e que tanto atrapalham. Entende a preocupação do professor Rodnei, enquanto
32 diretor, mas é importante lembrar que trabalham com núcleos e centros e uma das principais
33 funções é agilizar essas execuções. O próprio diretor da FEA, por exemplo, também não tem
34 muito contato com determinados projetos que são desenvolvidos por professores que
35 pertencem à Faculdade e que participam também de outro centro, o Núcleo de Estudos e
36 Pesquisas em Alimentação – Nepa, mas acredita que com uma conversa bem próxima possam
37 conciliar ainda mais atenção e menos burocracia. O Conselheiro JOSÉ ANTENOR POMILIO
38 diz que esse assunto só veio à discussão porque o contrato estabeleceu uma regra distinta do
39 ponto de vista da propriedade intelectual, senão fosse isso teria passado como todos os outros,
40 todavia, isso propiciou uma leitura mais atenta a diversos aspectos. O que lhe chamou a

1 atenção na ocasião, e de outros colegas também, foi que eram nomeados estudantes que
2 participariam do projeto e não havia na documentação então acessível nenhuma referência da
3 Petrobras em relação ao reconhecimento dessas atividades por parte de ex-estudantes. Na
4 verdade, o que havia no texto do contrato eram as restrições de divulgação. Quando os
5 colegas da Faculdade de Engenharia Mecânica foram conversar com ele também a esse
6 respeito, levantou este ponto, ou seja, que gostaria que houvesse no texto, assim como todas
7 as restrições colocadas, o lado que defendesse os estudantes, que garantisse a eles o direito de
8 utilizar as informações para as suas atividades acadêmicas. Responderam-lhe que isso
9 constava do plano de trabalho, e, de fato, agora está na documentação. Passa à leitura do
10 primeiro parágrafo do plano de trabalho, um documento da Petrobras, que diz: “Além dos
11 resultados tangíveis listados acima, o presente projeto resultará em outros intangíveis como a
12 formação de recursos humanos em nível de graduação, mestrado e doutorado capazes de
13 compreender esse tipo de escoamento (...)”. Ou seja, a Petrobras afirma que sabe que existirão
14 atividades de formação de recursos humanos, em nível de graduação e de pós-graduação,
15 portanto, com as suas características próprias de publicidade dos resultados e tudo o mais. Na
16 reunião passada, o plano de trabalho não estava dentre os documentos disponibilizados, estava
17 apenas no processo. E, portanto, não conseguiu obter essa informação. O que ele disse ao
18 professor Eugênio, quando conversaram, é que esse parágrafo lhe satisfaz, pois indica que a
19 Petrobras tem conhecimento de que haverá formação de recursos humanos de graduação e de
20 pós-graduação, mestrado e doutorado, e de que ela tem ciência de quais são as regras para que
21 isso ocorra. Portanto, está de acordo com a aprovação. O Conselheiro JOÃO FREDERICO
22 DA COSTA AZEVEDO MEYER diz que se inscreveu para ler uma parte do documento que
23 receberam, às folhas 15 e 16 do arquivo: “Adiciona-se que os gestores do projeto da Petrobras
24 nunca externaram, em nosso histórico de relacionamento, qualquer menção que pudesse ser
25 indicativo de que haveria restrições a qualquer tipo de publicação. Muito pelo contrário,
26 sempre houve incentivo para que fossem publicados os resultados das pesquisas básicas e
27 fundamentais que temos desenvolvido e, principalmente, as defesas”. Diz que os
28 coordenadores de extensão de todas as unidades e representantes da Procuradoria Geral e de
29 outros órgãos da Universidade e da Funcamp participam do Conselho de Extensão – Conex,
30 onde são analisados todos esses documentos, antes de sua aprovação final. Então, para a Preac
31 existe um contato formal com a unidade, embora isso não chegue sempre ao diretor da
32 unidade, mas são analisados no Conex todos os cursos que serão ministrados na Extecamp,
33 todos os projetos e eles são posteriormente encaminhados ao Escritório de Convênios e
34 Contratos. Eles têm tido um convívio muito produtivo e muito rápido e as pessoas que
35 solicitam urgência na aprovação de projetos sabem que eles têm feito o possível para agilizar
36 esse trâmite, mas sempre com o conhecimento de todos os coordenadores de extensão da
37 Universidade. Considera muito frutífera essa discussão, porque traz à baila o fato de que a
38 extensão não se restringe aos projetos da Estação Guanabara, do Espaço Cultural da Casa do
39 Lago, da Coordenadoria de Desenvolvimento Cultural, ou de assuntos comunitários, como o
40 Projeto Rondon, mas que extensão é colocar a ciência da Universidade a serviço da sociedade

1 como um todo, e isso pode envolver a Embraer, a Petrobras. Agradece o professor Trevisan,
2 porque se considera uma das pessoas que tem dificuldades com a Petrobras, visto que trabalha
3 com poluição provocada em acidentes com petróleo em mares costeiros, mas o faz com o
4 perfil mais baixo possível, pois não deseja atrapalhar o apoio que a Petrobras tem oferecido,
5 embora sempre alerte e disponibilize à Petrobras os resultados do grupo que coordena.
6 Comenta que o que a Preac faz não é assistência. A Preac está se interessando junto com o
7 IEL, com o IFCH e com a FCM pela situação de hepatite dos índios no Vale do Javari, no
8 Amazonas, mas sua atuação é oferecer formação para as pessoas, preparar o projeto com o
9 Ministério da Saúde, Ministério do Exterior, com a Funai, ou seja, fazer extensão com ensino
10 e com pesquisa. Já era a favor da aprovação na última Sessão do Consu, mas está contente por
11 essa matéria ter sido destacada, porque traz à baila um aspecto da extensão que nem sempre é
12 lembrado. O Conselheiro RODNEI BERTAZZOLI diz que não está querendo introduzir
13 etapas de decisão, pareceres, mas algo do tipo Fapesp; não quer que o coordenador de
14 extensão ou a comissão de pesquisa tenham de emitir parecer, por exemplo. Mas acredita que,
15 pelo menos, a direção da unidade deve tomar ciência do projeto que está sendo submetido,
16 como, no caso da Fapesp, se possuem a infraestrutura para garantir que o processo seja
17 executado; no caso dos projetos Petrobras, ter ciência de quem são os funcionários
18 envolvidos, quais departamentos, quem são os docentes. São conhecimentos importantes que
19 a unidade precisa ter, sem necessariamente burocratizar as etapas de submissão e tramitação.
20 O Conselheiro JOSÉ ELLIS RIPPER FILHO diz que um problema foi levantado. Ele
21 coordenou, há quase 40 anos, o primeiro projeto da Unicamp que permitia complementação
22 salarial, com a Telebras. Na época, o diretor do Instituto de Física, professor Rogério Cezar de
23 Cerqueira Leite, com sua longa amizade e confiança, simplesmente não se preocupou com
24 esse fato. Alertou-o que ao ter autoridade de complementar salário de professores e
25 funcionários era, potencialmente, um centro de poder paralelo. Diz que criou regras muito
26 rígidas de quem poderia ser complementado e com a aprovação explícita do diretor, que
27 foram muito úteis porque assumiu a diretoria do IFGW dois anos depois, e, quando esses
28 convênios começaram a aparecer, teve problemas com o coordenador de projetos que
29 utilizava complementação salarial como um processo de favorecimento de pessoas próximas a
30 ele. Como havia criado regras, quando tinha essa autoridade de complementar salário,
31 conseguiu segurar, apesar de ter tido alguns conflitos. Então, acredita que para
32 complementação de salário o diretor deve ter poder de veto, porque é preciso saber
33 administrar e se existem regras claras é possível gerenciar. O Conselheiro RODNEI
34 BERTAZZOLI afirma que é desse modo. A semente do professor Ripper funcionou. Se o
35 diretor autorizar, ele recebe; se não autorizar, não recebe. O Conselheiro JOSÉ ELLIS
36 RIPPER FILHO agradece. Na época teve muito cuidado com isso pois é algo que precisa ser
37 muito rígido, visto que os possíveis conflitos internos são muito complicados. O
38 MAGNÍFICO REITOR aponta que a Unicamp tem tudo isso muito bem regulamentado. O
39 Conselheiro SYLLA JOHN LERRO TAVES gostaria de ser esclarecido se todos os contratos
40 de bolsistas são via Funcamp ou se são firmados diretamente com a Petrobras. O Professor

1 OSVAIR VIDAL TREVISAN responde que todas as bolsas são pagas via Funcamp.
2 Comentaré algumas das observações que foram feitas referentes ao Cepetro e às suas funções.
3 Na verdade estão elencando problemas que já foram tratados. A missão do Cepetro é
4 promover a geração, a divulgação do conhecimento na área de Petróleo, e o centro não
5 reivindica monopólio de contato com a Petrobras ou com qualquer outra empresa. Orgulham-
6 se de ter desenvolvido ao longo desses 25 anos conhecimento, maturidade e, sobretudo,
7 credibilidade junto à indústria do petróleo, o que facilita o trânsito, a negociação e essa
8 interação, que é complicada. Quando o pesquisador se propõe a fazer um projeto com a
9 Petrobras, ele pode fazer da forma como quiser; caso o centro seja procurado, são
10 disponibilizados todos os seus recursos e todas as suas facilidades – que não são muitas, tendo
11 em vista que possuem sete funcionários administrativos para viabilizar esses contratos. Há um
12 conselho científico, que é a instância máxima do Cepetro, e um conselho administrativo.
13 Fazem parte do conselho científico os cinco diretores das unidades que mais se envolvem com
14 o Cepetro, que são a FEM, o IG, o Imecc, a Feec e a FEC, além de cinco representantes da
15 indústria. Fazem parte hoje do conselho administrativo, que é por onde tramitam todos os
16 processos que depois são encaminhados ao conselho científico, o diretor da Faculdade de
17 Engenharia Mecânica e a diretora da Faculdade de Engenharia Química. Os processos, dessa
18 forma, são também comunicados a esses representantes. Quanto à complementação, acha que
19 a questão já foi respondida e seguem estritamente as regras que a Unicamp estabeleceu. E é
20 preciso seguir também as regras que a Petrobras coloca. O MAGNÍFICO REITOR agradece
21 ao professor Trevisan. Reitera que estão votando a homologação porque o contrato já foi
22 assinado; havia urgência. E, juntamente com isso, estão seguindo o parecer dos dois pró-
23 reitores, cuja recomendação é que o Conselho Universitário constitua um grupo de trabalho
24 visando aprimorar a tramitação desses contratos em relação à propriedade intelectual e às
25 relações, quer dizer, atualizar as normas para evitar novas discussões. As Pró-Reitorias
26 envolvidas são a de Extensão e Assuntos Comunitários, a de Pesquisa e a de Pós-Graduação.
27 Além dos pró-reitores, passa a sugerir nomes para constituir o grupo de trabalho: diretores –
28 Rodnei Bertazzoli e Watson Loh; representante docente – Luiz Fernando Milanez;
29 representante da Inova – Roberto Alencar Lotufo; um pós-graduando – Alan Godoy Souza
30 Mello. Diz que se houver mais alguém que deseje participar, deve procurar o professor João
31 Frederico. A seguir, submete à votação a homologação desse contrato e a formação do grupo
32 de trabalho, sendo aprovadas por unanimidade. Outros itens destacados estão em bloco. A
33 Conselheira NÁDIA FARAGE diz que todos os itens destacados são para registro de
34 abstenção, em bloco: itens de 62 a 67, 79, 80, 81, 84, 91 e 92. O MAGNÍFICO REITOR
35 submete à votação todos os itens referidos pela professora Nádia, sendo aprovados com 3
36 abstenções. Nada mais havendo a tratar, declara encerrada a Sessão e, para constar, eu, Lêda
37 Santos Ramos Fernandes, Secretária Geral, lavrei a presente Ata e solicitei a Daniela da Silva
38 Menali que a digitasse para ser submetida à aprovação do Conselho Universitário. Campinas,
39 25 de setembro de 2012.

NOTA DA SG: A presente Ata foi aprovada na **130ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO**, realizada em 27 de novembro de 2012, com as seguintes alterações:

- fls. 522, linhas 06, onde constou: “(...) congregação; neste caso, não porque a congregação pedia (...)”, constar: “(...) congregação, não porque a congregação pedia (...)”

- fls.466, linhas 11, onde constou: “(...) o cálculo do CRP (...)”, constar: “(...) no cálculo do CRP (...)”; e linhas 22, onde constou: “(...) para posterior análise da CCPG”, constar: “(...) para posterior análise da CCG”